

IVRE

REVISTA ESPAÇO



Espaço Livre. Vol. 8, num. 15, jan. jun./2013

Nº 15



ISSN 2316-3011

Revista Espaço Livre

Espaço Livre. Vol. 8 num. 15, jan. jul./2013.

www.espacolive.net

ISSN 2316-3011

Capa: *Petroleuses*, 1871.

Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG-UFG
Jacira Reis Veiga/UFG
João Gabriel da Fonseca Mateus/UFG
Lisandro Braga/UFMS-UFG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF	Juversino de Jesus Júnior/UEG
André de Melo Santos/UFG	Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-UFG
Cleiginaldo Pereira dos Santos/SME	Lisandro Braga/UFG
Cleito Pereira dos Santos/UFG	Lucas Maia Santos/IFG-Anápolis
Deivid Carneiro Ribeiro/IFG	Marcos Augusto Marques Ataidés/UEG
Edmilson Borges/UFG-CAJU	Maria Angélica Peixoto/IFG
Edmilson Marques/UEG-UFG	Mateus Ório/UFG
Erisvaldo Souza/UEG-FASAM	Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ
Felipe Corrêa Pedro/USP-ITHA	Nildo Viana/UFG
Fernando Lima Neves/USP	Ovil Bueno Fernandes/UEG
Flávio Pereira Diniz/UFG	Renato Dias de Souza/UEG
Jean Isídio dos Santos/UEG	Thiago Lemos da Silva/UFU
Jacira Reis Veiga/UFG	Uelinton Barbosa Rodrigues /UFG-UEG
João Alberto da Costa Pinto/UFG	Veralúcia Pinheiro/UEG
João Gabriel da Fonseca Mateus/UFG	Weder David de Freitas/IFG
José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG	Wellington Rodrigues/CAJU
José Santana da Silva/UEG-UFG	

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e entregues via o seguinte e-mail: espacolivre@ymail.com

Sumário

Apresentação <i>Edmilson Marques</i>	06
A neutralidade axiológica em Max Weber: crítica e convergência de um debate <i>Alan Ricardo Duarte Pereira</i>	08
O Maio de 68: da luta espontânea a luta autogestionária <i>Alberto Alves da Silva</i>	20
Primeiros estudos sobre o processo de valorização do capital <i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	24
Questões organizativas do Anarquismo <i>Felipe Corrêa</i>	33
Os Desdobramentos do Planejamento Urbanístico de Goiânia <i>Gizelly Braz Vieira dos Santos</i> <i>Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu</i>	49
Industrialização, Impasses do Desenvolvimentismo e a Educação Ambiental <i>Ivonaldo Leite</i>	57
A Resistência Corporal diante do Trabalho Alienado <i>Jean Costa Santana</i>	67
Capitalismo e Autogestão Social <i>José Alves Nunes do Nascimento Júnior</i>	76
A ideia de <i>Morte</i> no Movimento Punk brasileiro do início dos anos 80: uma análise de capas de discos e letras de músicas <i>Luiz Eduardo de Jesus Fleury</i>	79
Imaginário e Ideologia: As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo <i>Nildo Viana</i>	90
Crítica à política agrária da União Europeia: um processo de (contrarreforma) <i>Paulo Alfredo Schönardie</i>	104

Resenhas

O marxismo autêntico de Karl Korsch

112

João Gabriel da Fonseca Mateus

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural – NUPAC apresenta ao leitor a décima quinta edição da Revista Espaço Livre - REL. Este número trás um conjunto de textos que contribuem para a análise de diversos fenômenos sociais que integram a sociedade em que vivemos. Desta forma, as propostas aqui apresentadas tornam este número relevante por discutirem questões que corroboram para a complexidade do mundo atual.

A sua relevância vai de encontro com a necessidade de crítica desapiedada do mundo existente, um mundo fundado sob a égide da luta de classes, criado à imagem e semelhança da burguesia, a classe exploradora que se apropria das riquezas produzidas e faz do mundo, um mero objeto para atender à sua compulsiva necessidade de consumo de coisas supérfluas, de ter cada vez mais, de querer engolir tudo e a todos. Os seus interesses, portanto, geram uma sociedade coisificada, dominada pela miséria, pela pobreza, pela violência, por guerras, enfim, por um conjunto de questões que faz desta sociedade o lugar do aprisionamento, o lugar onde a vida é demarcada por grilhões.

A coisificação do mundo gerou um mundo dominado pelas coisas, onde as mercadorias produzidas dominam os seus criadores, os seres humanos. Por este motivo impõe-se uma necessidade premente da luta pelo fim deste mundo coisificado, de uma luta que desencadeie uma nova história em que o ser humano seja o referencial gerador da vida. A luta por um novo mundo, no entanto, deve perpassar, paralelo à luta prática e cotidiana estabelecida pelos trabalhadores, pela luta cultural. É sabido pela teoria proletária que a emancipação humana será obra dos trabalhadores, mas Marx já observara que a teoria se transforma em uma arma poderosa assim que é efetivada através da luta, no embate direto com a classe explora (burguesia) e controladora (burocracia).

É com o objetivo de contribuir com a luta por uma nova sociedade que seja destituída de classes sociais e de fortalecer a luta proletária para a constituição de um processo revolucionário, que a Revista Espaço Livre vem prestando o seu trabalho no campo da crítica de questões sociais. Assim, a crítica figura como o princípio, como o fundamento dos textos que publicamos desde o seu primeiro volume. Desta forma, as diversas perspectivas teórico-metodológicas que compõe as suas edições de uma forma ou de outra, alguns mais, outros menos, corroboram com este objetivo da REL.

Enfim, neste prelúdio aos artigos que o leitor terá acesso, não iremos, desta vez, apresentar com detalhes as temáticas deste número. E não faremos isso para não tornar cansativa a sua leitura, devido a quantidade de textos que compõem esta edição. Ao visitar o prefácio o leitor poderá ter uma ideia dos temas aqui apresentados. Antes de concluir, porém, deixamos aqui os nossos sinceros agradecimentos aos autores dos textos pela colaboração e por tornar possível que a Revista Espaço Livre apresentasse mais uma edição ao seu público leitor. Com este conjunto de textos estamos convencidos de que mais uma vez a REL atingiu o seu objetivo de prestar um serviço à luta pela emancipação humana.

Sem mais delongas, desejamos ao leitor uma boa leitura e deixamos o convite para contribuir com as futuras edições da Revista Espaço Livre.

Edmilson Marques



A neutralidade axiológica em Max Weber: crítica e convergência de um debate

Alan Ricardo Duarte Pereira

O presente trabalho tem como objetivo primordial analisar, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos de Max Weber, as implicações e discussões em torno da chamada neutralidade axiológica. Assim, buscaremos recuperar, no centro do pensamento de Weber, os procedimentos científicos responsáveis pela objetividade do conhecimento. Num primeiro momento, apresentaremos à concepção de Weber com relação à neutralidade axiológica e, posteriormente e no final do artigo, tentar-se-á investigar as limitações do pensamento Weber recorrendo, por sua vez, a perspectiva marxista (especialmente à interpretação, como também, às críticas de Nildo Viana referente à neutralidade axiológica). Para tanto, o trabalho ocupasse, em linhas gerais, em não somente apresentar às ideias de Weber, mas, acima de tudo, de compreender suas limitações e, portanto, considerar que o legado weberiano, assim como suas principais ideias precisam, nos dias atuais, de uma reavaliação.

O tema da neutralidade axiológica é, sem dúvida, um assunto que levanta discussões e atrai, como uma fruta saborosa e convidativa, os intelectuais comprometidos com um saber – aparentemente – “científico e objetivo”. O tratamento rigoroso de determinadas questões, assim como os elementos teórico-metodológicos, fazem parte de um repertório que busca constantemente, a sua maneira, a utilização correta dos procedimentos científicos com o objetivo de elaborar resultados plausíveis e, sobretudo, objetivos. Dentro desse contexto, a figura de Max Weber é referência obrigatória, por um lado, ao desenvolver um método específico para as ciências sociais, ou seja, o método compreensivo e, de outro lado, por conferir legitimidade as ciências sociais e elevá-la, diretamente, ao estatuto de ciência (WEBER, 2004). Na obra de Weber e, por conseguinte, na sua vida individual, a “neutralidade axiológica” ou precisamente a “isenção de valores” (*Wertfreiheit*) assume um papel fundamental – e, por sinal, onipresente – em seus postulados teóricos.

Do ponto de vista social e histórico, a neutralidade axiológica é um procedimento exequível, em outras palavras, é possível isentar-se dos valores construídos socialmente e elaborar, por sua vez, um conhecimento autêntico? Em que medida e circunstâncias, a

neutralidade axiológica não passa (e limita-se) em uma utopia científica? Parafraseando o historiador Febvre (1989), a cidade da objetividade pode, realmente, vigiar e expulsar, de vez, o cavalo de Tróia da subjetividade? Essas questões, embora sucintas, ajuda-nos a pensar, de fato, as características do saber científico e, com isso, esquivar-se das armadilhas preparadas especialmente pela sociedade capitalista e suas relações de dominação burguesa.

Para tanto, o presente estudo, em estado propedêutico, tem como objetivo primordial analisar, sob o ponto de vista marxista, a ideia de neutralidade axiológica segundo a perspectiva de Max Weber. A escolha desse autor – ao invés de outros estudiosos – deve-se ao fato de apresentar, com bastante visibilidade, as principais teorias e concepções em relação à neutralidade axiológica e, portanto há “(...) evidências claras de que, desde cedo, Weber acreditara ser esta uma das características essenciais do trabalho científico” (MATA 2010, p. 264).

De início, duas questões são válidas e esclarecedoras para nossa discussão: em primeiro lugar, é fundamental contextualizar que a palavra “objetividade”, em contraposição a “subjetividade”, era uma aspiração intelectual que, na época de Weber e no campo do positivismo do século XIX, significava a independência completa dos valores e posições de um indivíduo. Por outro lado, a palavra “objetividade” denotava, basicamente, a análise pura de um objeto, isto é, sem intermediários. Desse modo, a compreensão dos fenômenos sociais e políticos, em termos científicos, só teriam validade a partir do momento que o cientista abnegasse seus valores e concepções pessoais e, finalmente, realizasse uma análise precisa sem mediações e ideologias.

Outra questão fundamental é, ademais, o conceito de axiologia. O que é axiologia?¹ Para muitos, e seguindo a etimologia da palavra, é considerada “ciência dos

¹ Evidentemente, o significado para o termo axiologia é, de fato, polissêmica. Originalmente, à nomenclatura axiologia surge atrelado às problemáticas filosóficas e, mais adiante, no século XIX com a sociologia (especialmente com o positivismo de Auguste Comte e seus seguidores) assume papel central. Para a *Encyclopedia Britannica* define-a, em linhas gerais, como “Axiology, (from Greek *axios*, “worthy”; *logos*, “science”), also called Theory Of Value, the philosophical study of goodness, or value, in the widest sense of these terms. Its significance lies (1) in the considerable expansion that it has given to the meaning of the term value and (2) in the unification that it has provided for the study of a variety of questions— economic, moral, aesthetic, and even logical—that had often been considered in relative isolation. The term “value” originally meant the worth of something, chiefly in the economic sense of exchange value, as in the work of the 18th-century political economist Adam Smith. A broad extension of the meaning of value to wider areas of philosophical interest occurred during the 19th century under the influence of a variety of thinkers and schools: the Neo-Kantians Rudolf Hermann Lotze and Albrecht Ritschl; Friedrich Nietzsche, author of a theory of the transvaluation of all values; Alexius Meinong and Christian von Ehrenfels; and Eduard von Hartmann, philosopher of the unconscious, whose *Grundriss der Axiologie* (1909; “Outline of Axiology”) first used the term in a title. Hugo Münsterberg, often regarded as the founder of applied psychology, and Wilbur Marshall

valores” ou, mais adiante, um ramo científico que, para além das questões valorativas, preocupa-se em elaborar um conhecimento, por assim dizer, objetivo. Se analisarmos a axiologia do ponto de vista prático e não somente teórico, conclui-se, de fato, que é uma proposta de difícil aplicação. Em outras palavras, “uma ciência dos valores é algo inexistente (...) não passa de uma proposta que nunca se realizou (...) esta definição é marcada por uma inocência que releva seu caráter ideológico” (VIANA, 2007, p.29). Desse modo, deparamo-nos, ao recorrer à neutralidade axiológica, com questões complexas e, portanto, carregada de concepções ideológicas em que o conhecimento, assim como os valores, assume determinada autonomia – e, não obstante, uma fetichização.

Urban, whose *Valuation, Its Nature and Laws* (1909) was the first treatise on this topic in English, introduced the movement to the United States. Ralph Barton Perry's book *General Theory of Value* (1926) has been called the magnum opus of the new approach. A value, he theorized, is “any object of any interest.” Later, he explored eight “realms” of value: morality, religion, art, science, economics, politics, law, and custom. A distinction is commonly made between instrumental and intrinsic value—between what is good as a means and what is good as an end. John Dewey, in *Human Nature and Conduct* (1922) and *Theory of Valuation* (1939), presented a pragmatic interpretation and tried to break down this distinction between means and ends, though the latter effort was more likely a way of emphasizing the point that many actual things in human life—such as health, knowledge, and virtue—are good in both senses. Other philosophers, such as C.I. Lewis, Georg Henrik von Wright, and W.K. Frankena, have multiplied the distinctions—differentiating, for example, between instrumental value (being good for some purpose) and technical value (being good at doing something) or between contributory value (being good as part of a whole) and final value (being good as a whole). Many different answers are given to the question “What is intrinsically good?” Hedonists say it is pleasure; Pragmatists, satisfaction, growth, or adjustment; Kantians, a good will; Humanists, harmonious self-realization; Christians, the love of God. Pluralists, such as G.E. Moore, W.D. Ross, Max Scheler, and Ralph Barton Perry, argue that there are any number of intrinsically good things. Moore, a founding father of Analytic philosophy, developed a theory of organic wholes, holding that the value of an aggregate of things depends upon how they are combined. Because “fact” symbolizes objectivity and “value” suggests subjectivity, the relationship of value to fact is of fundamental importance in developing any theory of the objectivity of value and of value judgments. Whereas such descriptive sciences as sociology, psychology, anthropology, and comparative religion all attempt to give a factual description of what is actually valued, as well as causal explanations of similarities and differences between the valuations, it remains the philosopher's task to ask about their objective validity. The philosopher asks whether something is of value because it is desired, as subjectivists such as Perry hold, or whether it is desired because it has value, as objectivists such as Moore and Nicolai Hartmann claim. In both approaches, value judgments are assumed to have a cognitive status, and the approaches differ only on whether a value exists as a property of something independently of human interest in it or desire for it. Noncognitivists, on the other hand, deny the cognitive status of value judgments, holding that their main function is either emotive, as the positivist A.J. Ayer maintains, or prescriptive, as the analyst R.M. Hare holds. Existentialists, such as Jean-Paul Sartre, emphasizing freedom, decision, and choice of one's values, also appear to reject any logical or ontological connection between value and fact”. (ENCYCLOPEDIA BRITANNIC). É interessante observar nessa conceituação que o termo axiologia, além de ser considerado teoria do valor, perpassa não somente às ciências humanas, mas, sobretudo, às ciências naturais e exatas. Em outras palavras, “Because “fact” symbolizes objectivity and “value” suggests subjectivity, the relationship of value to fact is of fundamental importance in developing any theory of the objectivity of value and of value judgments”. A contraposição entre fato e valor evoca, nesse contexto, a problemática da objetividade (sinônimo de fato) e da subjetividade (valor). Com base nessas postulações, nomeadamente do positivismo, Max Weber irá fundamentar toda sua teoria da neutralidade axiológica (*Wertfreiheit*).

Dentro desse contexto, qual seria, aliás, a concepção de Max Weber ao desenvolver, em seus escritos, a ideia de neutralidade axiológica? Teria esse autor, como os demais de sua época, caído na ideia ingênua de acreditar na neutralidade como um campo isento de qualquer concepção ideológica ou subjetiva? Ademais, qual procedimento torna possível uma efetiva neutralidade em que o indivíduo é capaz de produzir, a seu modo, um conhecimento (totalmente) puro? Para responder essas questões, além de uma análise pontual e concisa das principais ideias e procedimentos desenvolvidos pelo respectivo autor em estudo, por fim, é necessário recorrer à própria trajetória intelectual de Weber.

A preocupação de Weber com a objetividade nas ciências sociais, ou mais precisamente, com as ciências da cultura, é resultado, de um lado, do contexto histórico-social da República de Weimar na Alemanha, instaurada logo após a I Guerra Mundial e ligado, diretamente, à legitimação das ciências humanas num contexto marcado, sobretudo, pelas ideias de cientificidade e a emergência de um método contingente e plausível para as ciências humanas, já que, em decorrência da hegemonia das ciências naturais e do positivismo, a disputa entre as duas tendências no âmbito estritamente científico eram, de fato, conflituosas. Naquela conjuntura, e durante a existência de Weber, em determinadas passagens de suas obras, é possível perceber, de modo categórico, a exposição de problemas enfrentados pelas universidades alemãs, impregnadas de ideologias, profissão de fé em relação à política e à religião. Nota-se que em sua trajetória intelectual e teórica, a busca da neutralidade axiológica resultou, dentre outros fatores, no abandono da Associação para a Política Social (*Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*) e, mais adiante, a Sociedade Alemã de Sociologia, ou seja,

Frustrado com a resistência e a oposição da maior parte de seus colegas, Weber abandona a Associação para a Política Social, não sem antes travar longa e áspera polêmica com o grande nome da História Econômica e líder da Associação, Gustav Schmoller. Em nome do mesmo ideal Weber abandonaria ainda a Sociedade Alemã de Sociologia, que ele próprio ajudara a fundar (MATA, 2010, p. 263).

É, portanto, nesse contexto que Weber² buscou valorizar um conhecimento objetivo, longe de juízos de valores e o comprometimento com a realidade concreta, em

² De maneira distinta, como demonstra em recente trabalho José D'Assunção Barros (2011) *Max Weber: a harmonização de paradigmas conflitantes*, a obra de Weber, dialeticamente, é perpassada por modelos antagônicos, mas, ao mesmo tempo, estabelece-se, no sistema weberiano, uma harmonização. Para Barros (2011) os principais modelos (ou escolas) onipresentes em Weber são, em resumo, o Historicismo e o

outras palavras, a busca pela neutralidade científica. O título de seu trabalho *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*, não é escolhido aleatoriamente, ou seja, é interessante observar, para nossa discussão, que Weber coloca a palavra “objetividade” entre aspas. Isso mostra, certamente, que o respectivo autor não tratará, de forma simples, o tema da objetividade como algo dado, pronto e acabado; ao contrário, Weber problematiza a ideia de objetividade e a coloca, portanto, em discussão³. Naturalmente, essa preocupação com os termos, além de representar, em certa medida, o avanço intelectual de Weber é, na verdade, uma tentativa – aparentemente exitosa e plausível, no entanto, cheia de falhas e lacunas teórico-metodológicas – de abnegar à ingenuidade e malogro de outros autores (especialmente Durkheim) que defenderam a isenção de valores, mas, ao mesmo tempo, Weber pretende justificar, no campo teórico, a possibilidade da neutralidade axiológica. Destarte, o que percebemos em Weber é, em suma, uma nova abordagem (metodológica e empírica) da neutralidade tentando distanciar-se, por sua vez, de um tratamento mais convencional e acrítico.

Segundo a perspectiva weberiana, o procedimento científico deve ser realizado com objetivo de apreender a realidade concreta, mas, antes de tudo isso, é necessário que o cientista da cultura mantenha uma neutralidade científica para desviar-se das ideias e valores humanos que, no processo de investigação, apareceram como um prato

Positivismo. No entanto, é importante citar, para nossa compreensão, a metáfora utilizada por Barros (2011) cognominada *acorde-teóricos*: na teoria musical o acorde é um conjunto (duas ou mais notas) tocado simultaneamente que produz, portanto, uma sonoridade harmônica; em sentido restrito, o acorde apresenta diferentes sons musicais, por exemplo, o acorde de Do maior é formado pelo dó (nota primeira e, por conseguinte, a nota fundamental), Mi e a nota Sol; em um acorde é possível conectar notas opostas, mas que, em concomitância, produzem uma sonoridade harmônica. Nesse sentido, para Barros (2011), cada pensador produz seu próprio “acorde-teórico”, ora influenciado por notas fora de sua escala musical, porém, coadunadas e, do mesmo modo, refletem as características de uma escola histórica, ou mesmo, a elaboração de um novo som. Dentro desse contexto, Weber anda por caminhos dúbios, ou seja “(...) parece em alguma maneira se situar em uma posição intermediária entre um cientificismo de cunho tendente ao Positivismo, que acredita na possibilidade de alcançar resultados objetivos (...) e um Historicismo que já deixa entrever claramente uma posição relativista, pois admite uma complexa subjetividade do próprio sujeito de conhecimento (...). A ambição de assegurar uma neutralidade científica a maneira positivista constituiu, portanto, a segunda notado “acorde Weber” (BARROS, 2011, p.129-131).

³ Nota-se que no início de sua vida acadêmica, especialmente nas primeiras obras, Weber utilizava as palavras “objetividade”, “neutralidade axiológica” ou mesmo “isenção de valores” sem aspas e, às vezes, como termos equivalentes. Nos últimos escritos, e após 1904, *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais e A ética protestante e o espírito do capitalismo*, em determinadas passagens, é possível perceber como Weber questiona esses termos e, por vezes, critica-os. Para Mata (2010) “O termo *Wertfreiheit* aparece tardiamente nos escritos de Weber. Ele expressa, em última análise, uma melhor fundamentação no plano epistemológico (mas também axiológico) de um princípio que, para Weber, tinha importância verdadeiramente “biográfica”: a ênfase na busca da imparcialidade no trabalho de investigação histórico-social” (MATA, 2010, p. 264).

convidativo cheio de iguarias. No entanto, diante dos pressupostos de Weber e a busca de um conhecimento axiologicamente neutro, cabe perguntar se, de fato, é possível isentar-se dos valores construídos socialmente e, a partir disso, produzir um conhecimento genuíno, livre de quaisquer ideologias? Nas palavras de Barros (2011), “como produzir um conhecimento objetivo, se desde já a própria escolha do seu objeto de estudo o pesquisador (...) atravessado por subjetividades ? (...)”(BARROS, 2011, p.146).

Com o objetivo de explicar suas ideias a respeito da neutralidade axiológica, em termos práticos, Weber propõe a separação rigorosa entre juízo de fato (o que é) e juízo de valor (o que deve ser). A partir da tensão e o contato desses elementos, pode-se, categoricamente, rastrear o epicentro da teoria de Weber: o conhecimento objetivo (juízo de fato) e, em contraposição, o conhecimento valorativo (juízo de valor). Conforme o próprio nome, o juízo de valor é, para Weber, às crenças pessoais, sentimentos, enfim, todos os elementos subjetivos que não podem oferecer, cientificamente, um conhecimento coerente “Juízos de valor não deveriam ser extraídos de maneira nenhuma da análise científica, devido ao fato de derivarem (...) de determinados ideais, e de por isso terem origens ‘subjetivas’” (WEBER, 2006, p. 109). Nesse sentido, percebemos que a preocupação de Weber reside, por assim dizer, em justificar que o juízo de valor não é, em hipótese alguma, confiável para um conhecimento objetivo ou, em certo sentido, não acrescenta nada ao indivíduo preocupado em entender, de modo científico, à realidade. Em outras palavras, o conhecimento guiado por valores pessoais não contribuiu, como também esconde, em sua análise, alguns elementos da realidade. Como consequência, o juízo de valor é responsável por camuflar e, ao mesmo tempo, restringir o campo de análise. Para Weber não cumpre o papel da ciência, pois, “(...) uma das tarefas essenciais de qualquer ciência da vida cultural dos homens é (...) a apresentação clara e transparente de suas ideias, para compreendê-las e para saber o porquê de se ter lutado por elas” (WEBER, 2006, p. 110).

De maneira sistemática e, talvez forçosamente, Weber, a sua maneira, mostra-nos que fazer ciência não implica abandonar (total, aliás) o juízo de valor, ou seja, o juízo está presente desde o começo da pesquisa e perpassa, basicamente, os elementos *a priori* da investigação científica (WEBER, 2005). Após esses primeiros passos, como a delimitação do tema de pesquisa, as fontes e métodos são, portanto, escolhidos pelo cientista da cultura e obedecem, obviamente, suas predileções individuais. Mas como

alcançar a neutralidade científica se desde o primeiro momento os valores cercam o pesquisador como uma muralha intransponível? De fato, a neutralidade científica deve ser estabelecida na hora de reflexão e análise dos dados escolhidos, ou seja,

Considera-se praticamente impossível negar que uma investigação empírica esteja isenta dos fatores históricos, mas deve ser da responsabilidade do homem de ciência ter o compromisso, como pretendia Weber, de chegar a uma determinação objetiva (...) tem como ponto de partida a subjetividade (...) (FONSECA, 1997, p.27).

Em seus argumentos Weber defende a neutralidade axiológica afirmando, quase sempre, que o abandono dos valores pessoais é factível no âmbito científico. Em geral, seus argumentos giram em torno da ideia que cientista da cultura, utilizando-se, por sua vez, da interpretação é um atribuidor de significados. Destarte, sua própria condição é perpassada por valores culturais. De acordo com as palavras peremptórias de Weber (2006),

Não existe nenhuma análise científica puramente objetiva da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais ilimitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos – dos fenômenos sociais, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita e implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, como objetivos de pesquisa (WEBER, 2006, p.43)⁴.

As perguntas da investigação são, verdadeiramente, oriundas da perspectiva do pesquisador, mas, as respostas devem constituir-se livres de julgamentos ideológicos. Para Weber, cabe ao pesquisador refrear, no processo de análise de dados, os julgamentos valorativos e, por conseguinte, elaborar um conhecimento objetivo. Segundo Cohn (2006),

O conhecimento científico é objetivo nos resultados (que valem igualmente para todos os que o procuram), mas não na gênese, pois a força motriz da pesquisa é dada por valores (que valem somente para os que aderem a eles). Isso equivale a dizer que sem referências a valores não se pratica ciência (pois então ela carece de interesse), mas, se o cientista não souber despojar-se dos valores que o guiaram na seleção de seu objeto de estudo ao realizar a pesquisa, cometerá um erro, da perspectiva weberiana: o de apresentar como conhecimento científico com valor universal aquilo que não passa de reiteração em outros termos dos interesses práticos particulares aos quais ele adere

⁴ Segundo Michel Lowy, “os valores determinam as questões da investigação, mas as respostas devem ser estritamente Wert-frei; o objeto de pesquisa foi determinado a partir de um ponto de vista valorativo, mas a démarche concreta da pesquisa científica sobre esse objeto é submetida a regras objetivas e universais, a um tipo de conhecimento de validade absoluta; os valores forjam os instrumentos conceituais, mas a forma de utilizá-lo no estudo científico de causalidade é regida por normas gerais (LOWY, 1995, p.37).

(COHN, 2006, p.11-12).

Para chegar à neutralidade axiológica Weber utiliza um recurso metodológico: os *tipos ideais*⁵. De forma resumida, os tipos ideais representam, basicamente, a construção teórica de causas irrealis para se chegar a causas prontamente reais. A partir desse procedimento, os tipos ideais, é possível detectar, no plano erigido pelo cientista, o que é e, do mesmo modo, o que não deve ser. Para Fonseca (1997),

Weber viu na construção dos tipos ideais um meio do cientista de despir de seu juízo de valor, de excluir toda avaliação. Só mediante fórmulas conceituais típico-ideais é que é possível se chegar a compreensão e explicação da natureza do objeto de estudo, sem a interferência das avaliações, das falsas premissas, da subjetividade (FONSECA, 1997, p.32).

Desse modo, os tipos ideais são um recurso metodológico em que o cientista utiliza-o, mas que, de início é somente um modelo abstrato. Não constitui, de maneira alguma, uma etapa final do processo de investigação, mas apenas um meio. Nas palavras de Weber,

Obtém um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e concretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 2006, p.106).

No tocante à neutralidade axiológica, os tipos ideais, são considerados para Weber uma ferramenta útil. Não representam a realidade, mas apenas indícios da mesma e podem ser utilizado pelos cientistas sociais. A partir desse procedimento, segundo Weber, é possível flexibilizar a pesquisa científica e alcançar, de forma cognoscível, um conhecimento objetivo.

No entanto, ao centrar sua atenção na elaboração de um conhecimento neutro e objetivo, infelizmente, Weber não percebeu que a fragmentação da realidade e, por conseguinte, o caráter independente do conhecimento é, aliás, uma ilusão ideológica criada pela modernidade. Weber caminha por caminhos dúbios: embora ratifique a impossibilidade de um conhecimento puramente neutro, esquece de levar em consideração o caráter histórico e social do conhecimento – não somente do

⁵ Segundo Tragtenberg, “a teoria do tipo ideal é o ponto terminal do processo de pesquisa, representa o momento maduro da metodologia weberiana, o instrumento de pesquisa utilizado por Weber nos seus mais importantes estudos”. (TRAGTENBERG, 2001, p.24).

conhecimento, mas, acima de tudo, o valor (e, portanto, axiológico) que a burguesia instaurou como supremo, ou seja, a troca de mercadorias em detrimento do uso. A resposta (e, portanto, a solução) que Weber desenvolveu para a problemática da neutralidade axiológica e o conhecimento objetivo é, no entanto, formal e reduz-se demasiadamente ao campo conceitual e epistemológico,

Ela não aparece como uma admoestação contra a tomada de posição do historiador, mas se limita à esfera conceitual. Ao defender o uso de conceitos generalizantes também nas ciências históricas (por intermédio dos *tipos ideais*) Weber adverte que tais tipos não são um “ideal” a ser perseguido, mas ficções úteis, “utopias” cuja única finalidade é permitir a análise racional de uma realidade que é “infinita” e, por princípio, inatingível na sua concretude fática. Weber conhecia suficientemente bem os debates teóricos que se desenvolviam no campo das ciências jurídicas e da teologia, e se afastava de ambas as disciplinas precisamente neste ponto. De certa forma, o tipo ideal weberiano pode ser considerado um conceito jurídico “desnormativizado”, um conceito teológico secularizado (MATA, 2010, p. 266-267).

Do ponto de vista marxista a neutralidade axiológica é possível? Ao criticar os valores modernos e sistematizar, no âmbito da teoria marxista, o caráter ideológico derivado, em grande parte, da concepção burguesa do conhecimento, Viana (2007) esclarece que,

Vivemos num mundo valorativo, que é o mundo humano, e somente numa fantasiosa ideologia da neutralidade científica ou autonomia da arte é que se poderia pensar em estar “livres de valores”. O ser humano é um ser valorativo (...). Existem valores universais e valores particulares, autênticos e inautênticos. Logo, os valores não são equivalentes e por isso podemos e devemos optar por determinados valores em detrimento de outros (VIANA, 2007, p.12).

A partir dessas constatações, portanto, considera-se que vivemos num mundo permeado por valores axiológicos, mas acima de tudo, e como demonstra Viana (2007) em sua análise, os valores são constituídos de modo social e, por consequência, historicamente. Esses valores, universais ou não, manifestam-se em todas as esferas da vida, desde a arte até a política. Obviamente, as ideias dominantes, tal como definiu Karl Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, não representam a essência humana, ao contrário, são produtos da falsa consciência sistematizada e produzida em cada época pela classe dominante e classes auxiliares, como a burocracia e, não raro, os intelectuais. Para tanto,

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As

representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico (...) Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real (MARX; ENGELS, 1983, p. 6-7).

A produção intelectual, de acordo com a perspectiva apresentada por Marx, é oriunda do próprio homem. Quer dizer, não surge de fantasias e abstrações metafísicas, ao contrário, tem origem no próprio indivíduo que elaborou-a e, por isso, é construída (e legitimada) socialmente. O fundamental, nesse contexto, é verificar que todos os valores produzidos pelo ser humano, desde a esfera artística até a política, são dotados de significado/influência na medida em que, o próprio indivíduo e/ou a sociedade, atribui valor. Em outras palavras, os valores são atributos sociais e, por conseguinte, não podemos considerá-los como naturais, ou seja, os valores não nascem originalmente com os objetos. Os valores são produzidos pelo homem e, para tanto, significa dizer que um valor, sem dúvida, é fornecido pela sociedade que circunstancia-o. Um determinado objeto, ou mesmo uma teoria científica, só adquire importância, quando o homem lhe atribui seu valor. Desse modo, considera-se que

(...) que os valores não são atributos próprio dos seres e, ao mesmo tempo, que não são “subjetivos”. Não são dotados nem de “objetividade” nem de “subjetividade”. Deixando de lado o caráter ideológico destes termos, derivados da ideologia burguesa do conhecimento, podemos dizer que o valor de uma obra de arte, de uma ação heróica ou de uma frase, não se encontra neles e sim naquele que atribui tal valor: o ser humano (VIANA, 2007, p.23).

Com base nessas constatações, a neutralidade axiológica, mesmo com procedimentos e implicações próprias, é fruto de visões ideológicas que tentam, por sua vez, falsificar a realidade ou mesmo criar condições (embora convidativa e com um caráter nomeadamente científico) para uma tarefa, de fato, impossível no âmbito intelectual e social. Nesse sentido, a figura de Weber é central, uma vez que, tentando

superar as limitações da neutralidade axiológica de sua época pretendeu, com suas formulações e estudos, atingir um nível mais elaborado do conhecimento objetivo (é claro, livre de valores, porém, no final, sem êxito). A partir de seu caráter biográfico – e, ao mesmo tempo, teórico – percebemos a incompatibilidade de suas ideias e a ausência de exequibilidade em seu projeto axiológico, além disso, “(...) há razões para crer que a doutrina dos valores de Max Weber não foi seguida de forma conseqüente nem mesmo por Max Weber”. (MATA 2010, p.271).

De forma sucinta, ao analisar as implicações em torno da neutralidade axiológica em Max Weber, evidentemente, muitas questões saltam aos nossos olhos e mostram-se altamente pertinentes. É inconteste a contribuição de Weber para as ciências da cultura, igualmente, é difícil escamotear que, o processo de investigação científica, é carregado por valores subjetivos. No entanto, a busca pela clássica objetiva não exclui, de maneira absoluta, por assim dizer, sua amiga: a subjetividade. Ao contrário, é no contato (e na fronteira) entre esses dois elementos que surgem, efetivamente, o caráter ideológico do conhecimento científico na sociedade capitalista. Assim, o projeto de neutralidade axiológica em Weber, como pode-se averiguar, não passa de uma formulação puramente conceitual ou, em outras palavras, não consegue sair do terreno epistemológico. Desse modo, o legado weberiano, assim como suas principais ideias, precisa, nos dias atuais, de uma reavaliação.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. Max Weber: a harmonização de paradigmas conflitantes. In: _____. *Teoria da História: acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2011.

COHN, Gabriel. Apresentação: O sentido da ciência. In: WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Axiology*. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/46184/axiology>. Acesso em: fevereiro de 2013.

FEBVRE, Lucien. Viver a história. In: _____. *Combates pela história*. Lisboa: Editora Presença, 1989.

FONSECA, Ailton Siqueira de Souza. BRAZ, Emanuel Pereira. Considerações a respeito da neutralidade axiológica em Max Weber. In: *Revista Expressão da*

- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*. V. 1, n. 1. Mossoró: URRN, 1997.
- LOWY, Michel. *Ideologias e Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- MATA, Sérgio da. “O dever-ser é coisa do Diabo”? *Sobre o problema da neutralidade axiológica em Marx Weber*. *Dimensões*, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2533/2029>. Acesso em: fevereiro de 2013.
- TRAGTENBERG, Maurício. Introdução à edição brasileira: a atualidade de Max Weber. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2001.
- VIANA, Nildo. *Os valores na sociedade moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2005.
- _____. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 2004.

Alan Ricardo Duarte Pereira

Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especializando em Ciências Humanas pela Universidade Gama Filho (UGF). Realizou intercâmbio institucional na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em Portugal ao abrigo do Programa de Mobilidade Luso-Brasileiras do Santander.

E-mail: alanricardoduarte@hotmail.com

O Maio de 68: da luta espontânea a luta autogestionária

Alberto Alves da Silva

O presente artigo visa compreender o significado do movimento estudantil de Maio de 68, sob o prisma de enaltecer a sua contribuição para a história das lutas sociais no atual contexto contemporâneo. Este trabalho pretende realizar uma análise sobre dois olhares que este acontecimento recebeu por parte de sociólogos e historiadores, que se debruçaram em avaliar o contexto social da década de 60, de um lado estão estudiosos que atribuem a rebelião estudantil traços da espontaneidade e impulso estudantil, de outros pesquisadores acreditam que o Maio de 68, foi resultado de uma retomada de consciência por parte dos estudantes, que se auto-organizaram e foram reivindicar mudanças na estrutura social do mundo na época.

Sem dúvidas o Maio de 68, foi um divisor de águas no que consiste a abertura de uma nova consciência por parte da juventude que desejava um novo modelo de sociedade, pautado pela liberdade de gênero e a luta pela paz mundial. Não ficaremos atrelados em apenas apontar esses dois fatores que influenciaram diretamente a organização do levante estudantil, assim como ficou conhecido este movimento. Mas a nossa proposta é analisar este acontecimento histórico como um processo de transição do espontaneísmo jovem, para luta autogestionária.

Na década de 1960, o mundo vivia o auge da Guerra Fria conflito ideológico entre as duas potências mundiais da época o Estados Unidos e a União Soviética que diretamente lutavam pela hegemonia do planeta. A sociedade europeia vivia o apogeu do desenvolvimento tecnológico que muito influencia a burocratização e a privatização do ensino público. Na França como não seria diferente em outras partes do mundo, como na Espanha, Itália, Polônia. Jovens saíram do âmbito acadêmico e foram protestar pelas ruas. Contrários a privatização do ensino, e o tecnicismo nas grades curriculares acadêmicas, estudantes das Universidades de Sorbone, Nanterre, resolveram parar as suas atividades acadêmicas, em entraram em greve. Havia naquele cenário todo um clima de efervescência política que predominava a mentalidade juvenil. Segundo Paes:

Duas outras palavras revelam também o espírito desta década: *contestação e rebelião*. Os inconformados com o mundo em que viviam estiveram em todos os segmentos sociais e em todos os cantos do planeta, não só na Ásia e na África ou na América Latina. Mas, talvez, nenhuma contestação tenha sido tão extraordinária quanto

aquela realizada pela juventude. Ao lado dos *hippies* e dos jovens envolvidos em outras manifestações da chamada contracultura, explodia a rebelião dos “enragés”, os universitários engajados nos movimentos estudantis. Pacíficos ou violentos, os jovens contestaram todas as estruturas: a capitalista e a socialista. O *não* unia todos eles. (PAES, 2004, p. 20).

Seu protesto não era um protesto político e nem ideológico, pelo contrário, os jovens que participaram das movimento estudantil de 68 eram contrários a qualquer corrente ideológica vigente naquela época. Segundo Olgária Matos em seu livro: “*As barricadas do desejo*” o Maio de 68 marcou um novo modelo de luta social que ela mesmo o definiu como espontânea. “Em 1968, o próprio movimento de jovens estudantes e operários praticou a espontaneidade consciente e criadora” (1989, pág. 16). Em outro trecho de seu livro ela aponta que:

O ano de 1968, foi o ano da Grande Recusa: recusa dos partidos oficiais, do marxismo burocratizado, e do mundo venal. Recusa e exigência de transformação de valores; quando a revolta acontece em sociedades “prósperas” e “democráticas”, ela significa uma recusa moral: a obscenidade não é mais a mulher nua que exhibe o púbis, mas o general que exhibe a medalha que ganha do Vietnã (MATOS, 1989, p. 36).

Além de representar a recusa da cultura social vigente tradicionalista e cheia de modismos, o Maio de 68 abriu as portas para o que denominamos de contra cultura da guerra que em plena década de 60 encontrou muitos grupos simpatizantes. Um deles foi o movimento hippie que nasceu com uma proposta de harmonia e paz entre todos os homens. O movimento estudantil do Maio de 68 foi uma ação autônoma de todos os seus integrantes que se reuniram em assembleias e deliberavam a melhor maneira de agir frente as forças opressoras dos governos da Europa. Schilling aponta que:

Paris, com o calçamento revirado, vidraças partidas, postes caídos e carros incendiados, assumiram ares de cidade rebelada. No alto das casas e prédios tremulavam bandeiras negras dos anarquistas. De 18 de maio a 7 de junho, 9 milhões de franceses declararam-se em greve geral. No dia 13 de maio, um milhão e duzentos mil deles marcharam pelas ruas em protesto contra o governo. Liderados por Daniel Cohn-Bendit (Dany le rouge), apelidado de Lenin de Nanterre, Alan Geismar e Jacques Sauvageot, que formavam a linha de frente da contestação, os estudantes colocaram em xeque o regime do velho general. Distanciando-se do marxismo “oficial”, de matriz stalinista, referendado pelos soviéticos e pelo PC francês, muitos deles trataram de ressuscitar pensadores marxistas críticos, que haviam desaparecido do cenário intelectual das esquerdas, tais como Rosa Luxemburgo, Karl Korsch, Antonio Gramsci, o jovem Lukács, bem como os intelectuais da Escola de Frankfurt, dos quais Herbert Marcuse era o mais ativo (SCHILLING, 2008, p. 17).

Como podemos perceber o Maio de 68, foi um movimento, que teve como referências ideias de intelectuais críticos ao marxismo ortodoxo, também denominado marxismo libertário, essa corrente de intelectuais foi idealizadas por autores como Karl Korsch, Lukács, e principalmente Herbert Marcuse filósofo da escola de Frankfurt¹. Suas ideias tiveram um papel preponderante para a idealização do movimento. Devemos salientar que os jovens que participaram das barricadas não lutavam pela tomada de poder, eram avessos a todas as formas de governo do capitalismo vigente, sua luta era coletiva e auto-organizada.

Espontaneísmo ou Autogestão: Fundamentos teóricos do Maio 68.

Como vimos o movimento estudantil de 68, não deteve inspirações de ideais do marxismo burocratizado que denominamos aqui de Marxismo Ortodoxo que teve como seus principais precursores as correntes do leninismo, trotskismo, stalinismo⁶. Fruto de uma consciência coletiva de classe e de uma radicalidade engajadora os jovens das Universidades de Sorbone, Nanterre, se levantaram e foram as ruas levantando faixas, e grafitando palavras de ordem contra o governo burocratizado e neoliberal.

Diferente do que Olgária Matos aponta em seu texto sobre os fatores que motivaram o levante que foram a espontaneidade e o desejo do impulso, não devemos compreender o Maio de 68 como um movimento meramente fundamentado na centralidade do desejo do ser. O Maio de 68 foi um movimento autogestionário, pois em sua organização não se pautou por líderes, nas suas assembleias não haviam divisões de cargos, não havia secretariatos e ambições pelo poder. O sentimento que predominava nas manifestações, era uma radicalidade política já antes vista na experiência vivenciada da Comuna de Paris 1871. Apenas o desejo e a espontaneidade de fazer algo bom não levaria os jovens a saírem de casas para lutarem por transformações sociais. Segundo Viana:

Quando as lutas autônomas são substituídas pelas lutas autogestionárias, o conflito se torna mais grave, a guerra civil oculta se transforma visivelmente em guerra civil aberta e ambos os lados radicalizam suas ações e a vitória da classe capitalista ou da burocracia significa a contra-revolução, enquanto que a vitória da classe operária significa a instauração da autogestão (VIANA, 2008 p. 29).

Embora não alcançado seus objetivos o Maio de 68, foi uma luta autogestionária

⁶ Foi o sistema político implantado por Josef Stalin, que instaurou a repressão, militarizava a sociedade Soviética, consolidando assim uma ditadura burocrática e exploradora.

pois se tornou uma guerra civil aberta pautada pela autonomia de seus membros que organizavam barricadas, piquetes, passeatas panfletagens contra o modelo sócio- político e educacional implantado em seus respectivos países. Suas aspirações foram pela busca por liberdade de direitos de expressão.

Considerações finais

Considerando toda a trajetória das lutas sociais da Europa no século XX, o Maio de 68 sem dúvida alguma representou um marco para a contemporaneidade, não por apenas simbolizar os aspectos da mudança de comportamento das pessoas. O movimento estudantil que se alastrou por toda a Europa no ano de 68 deixou como legado que é possível e viável sim a autogestão social, como os jovens e os operários que si auto-organizaram podemos sim nos mobilizar e lutar pela construção de uma sociedade autogerida.

Referências Bibliográficas

MATOS, Olgaria. *Paris 1968: As barricadas do desejo*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política*. 4º. ed. São Paulo: Afiliada, 2004.

SCHILLING, Voltaire. *A Revolução Inesperada*. Porto Alegre : Memorial do Rio Grande do Sul- Caderno de História nº 47, pgs. 32. 2008.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

Alberto Alves da Silva

Graduado em História UEG
Agente Social da CPT-GO, 3º Região Diocese
São Luís de Montes Belos
Aluno do curso de Técnico em Meio Ambiente
IFG/ IFPR.
E-mail: albertosilva.historia@gmail.com

Primeiros estudos sobre o processo de valorização do capital

Diego Marques Pereira dos Anjos

Pretende-se com o presente texto apresentar nossas primeiras leituras sobre o processo de valorização do capital. Condicionado pela atual etapa de minha formação, apresento os resultados dos primeiros estudos sobre a obra fundamental de Karl Marx, O Capital, sendo que nesse momento priorizamos descobrir como ocorre o processo de valorização do capital, daí que aqui será desconsiderado importantes fenômenos correspondentes à relação social de valorização do capital, tais como o estado e outras instituições reguladoras das relações sociais, alienação e fetichismo, etc. Estamos procurando descobrir o porquê que a relação social capitalista se fundamenta na exploração e opressão, assim, apresentamos aqui o caminho que vamos trilhar nessa descoberta.

A principal contribuição de Marx é a de nos responder no que consiste o capitalismo, sua especificidade histórica, o motivo de ser assim chamada, e não sociedade trabalhista, por exemplo. O que define o capitalismo? Nos escritos de Marx está claro que o processo de produção capitalista é inseparável do processo de acumulação capitalista, o que quer dizer que a organização das relações sociais de produção gira em torno da aquisição de algo a mais de que o capitalista não dispõe, mas de que necessita sua conversão em taxa de lucro para efetivamente colocar em prática o movimento de produção.

Por sua vez esta relação social voltada para a acumulação de capital significa também a produção de uma diversidade de contradições que têm fundamento no próprio processo produtivo e no produto desse processo enquanto as mercadorias por elas mesmas, nem por seu valor de uso nem por seu consumo pessoal, não são o objetivo mas o que dela se pode extrair, um mais-valor, o que gera a situação em que a produção pode ser levada ao infinito, sem mais considerações a não ser o lucro crescente e contínuo que constitui a “lei básica do modo de produção capitalista. Diferindo de outros tipos históricos de explorador, com essa finalidade o capitalista não se utiliza exclusiva ou principalmente do fruto de sua exploração para o luxo pessoal; usa-o cada vez mais para aumentar a própria exploração” (LOUXEMBOURG, 1988, p. 104).

Marx começa sua exposição com a mercadoria, pois no capitalismo a riqueza

aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a sua forma mais elementar, mas logo Marx descobre todas as determinações que atuam em sua constituição (valor de uso, valor de troca, alienação, fetichismo, etc.) e define o valor da mercadoria através do *quantum* de trabalho socialmente necessário para ser produzida (MARX, 1996, p. 169); na análise do processo produtivo da mercadoria a situa no intermédio entre a soma de dinheiro inicial e uma soma de valor maior ao se realizar a venda da mercadoria num mercado consumidor. Tal como antes apontamos a mercadoria não é o objetivo em si, está excluída do ponto de partida e de chegada do processo de acumulação capitalista. A mercadoria somente pode ser a forma mais elementar na sociedade capitalista na medida em que contém propriedades maiores do que aparenta ter, por um lado, na produção capitalista gera-se uma soma de mais-valor, que por sua vez se realiza no processo de circulação do capital (MARX, 1983, p. 33). A relação social fundamental que a mercadoria esconde, para Marx, é a própria relação social fundamental da sociedade capitalista, a divisão entre capitalista e trabalhadores, entre o proprietário das condições de trabalho e o trabalhador como mero possuidor de força de trabalho, condição outra fundamental das condições de trabalho, isto é, a posse dos meios de produção determina o único sujeito ativo da produção capitalista. Ao iniciar e findar o processo de produção de mercadorias todas as suas partes, produtores e produtos, são igualadas sob o domínio capitalista: “É exatamente a posse desses meios de produção pelos não-trabalhadores que transforma os trabalhadores em assalariados e os não-trabalhadores em capitalistas” (MARX, 1983, p. 33).

Na sociedade capitalista, a mercadoria é o produto palpável do processo de trabalho, o resultado da mediação dos homens entre si e destes com a natureza. O processo de trabalho na sociedade capitalista requer o adiantamento das condições de trabalho, que é comandada pelo capitalista em posse de determinado capital global adiantado, reunindo meios de produção, materiais de trabalho, matérias primas, instalações, etc. (capital constante) mais a posse por um determinado tempo de uma massa de força de trabalho (capital variável). Essas duas partes constituem o valor da mercadoria, e embora só atuem em relação uma com a outra, são de natureza diversa e expressam potencialidades diversas. Enquanto a mera posse dos meios de produção não garante o poder absoluto dos capitalistas, a libertação e socialização desses meios de produção da vida expressa a superação do novo elemento que o capitalista se apropria na produção da mercadoria, o mais-valor.

O processo de produção é algo concreto, mas se abstraímos seus momentos e partes constituintes chegamos ao valor da mercadoria: a soma do capital constante com o capital variável (capital social global) acrescido de uma porção de mais-valor. Uma parte da mercadoria trata-se tão somente de reposição de valor, dos gastos na produção, portanto, de preço de custo; enquanto a outra parte da mercadoria constitui-se como um novo valor, isto resulta da dupla condição da força de trabalho, que submetida à forma mercadoria é disposta pelos capitalistas como parte do adiantamento do capital, contando como valor gasto, mas que no processo de produção em funcionamento concreto entra “a própria força de trabalho viva, formadora de valor” (MARX, 1983, p. 25).

Isto significa que por um lado o agrupamento das diferentes partes de valor da mercadoria que só repõe o valor de capital despendido expresse o caráter específico da produção capitalista; mas que por outro lado, o capital despendido “nada tem a ver com a constituição de valor da mercadoria ou com o processo de valorização”. O capitalismo se apoia numa força cujo poder lhe é centenas de vezes maior, ao passo que a produção capitalista de mercadorias produz também a falsa aparência dos preços de custos como uma categoria da própria produção de valor, “o custo capitalista com a mercadoria mede-se no dispêndio em capital, o verdadeiro custo da mercadoria no dispêndio em trabalho” (MARX, 1983, p. 24).

Assim, esclarecemos as duas grandes partes que constituem o valor da mercadoria, o capital constante, que apenas repassa valor ao produto (o que leva ao valor-produto aumentar ou diminuir de acordo com a grandeza absoluta do valor capital) e o capital variável, expresso em força de trabalho, que não repassa seu valor ao produto, ao contrário faz surgir no produto um novo valor criado pelo trabalho (Ibidem, p. 25), e que na totalidade do processo de produção da mercadoria faz com que o processo de trabalho seja ao mesmo tempo processo de valorização:

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 1996, p. 314).

O mais-valor extraído do processo de trabalho, portanto, do processo de valorização, é resumidamente o resultado da apropriação do tempo de trabalho excedente não-pago pelo capitalista, a disposição de ter algo que não possui mas que

mobiliza e põe a seu favor, assim custa ao trabalhador tanto trabalhar para si, obtendo determinado valor do capital (variável) pela sua força de trabalho, o salário, quanto trabalhar para o capitalista ao alienar a “mercadoria como formador de valor. O lucro capitalista provém de que ele tem algo para vender que não pagou” (MARX, 1983, p. 34).

Neste processo de produção e valorização do trabalho produtor de mercadorias, surgem duas medidas diferentes: taxa de lucro medida em relação ao mais-valor sobre o capital global, e a taxa de mais-valor medida somente em relação com a parte do capital variável adiantado.

Porque ocorre esta diferenciação? Como dissemos, o capital adiantado somente tem a capacidade de repassar seu valor aos produtos, a verdadeira valorização ocorre com o capital variável; contudo, mantendo-se a quantidade mobilizada de trabalhadores devido aos métodos da produção capitalista é processada e consumida uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria, matérias-primas e auxiliares, portanto, um volume de capital constante sempre crescente. Neste ponto chegamos no avesso do processo de acumulação, e portanto de valorização do capital, no seu verdadeiro caráter contraditório que é justamente quando as mesmas forças que produzem a grandeza do capital contribuem para a tendência declinante de queda da taxa de lucro. Antes de avançar resumiremos até onde chegamos.

O processo de acumulação capitalista é essencialmente um processo de valorização, excedente do trabalho não-pago, que supera, ao produzir mais-valor, a reposição dos valores da mercadorias dada pela sua parte em capital constante, ou seja, aquilo que o capitalista realmente gasta na produção; dado esse caráter das relações sociais de produção capitalistas a contradição fundamental encontra-se entre capitalistas e trabalhadores, disputando em torno do tempo de trabalho não-pago, de onde os capitalistas retiram, após a realização do capital, seu lucro, e os trabalhadores recebem sua cota do produto social, o salário. Apesar da aparência contrária, a sociedade capitalista se baseia na crescente divisão em duas principais e fundamentais classes com interesses opostos já desde as relações de produção: de um lado os capitalistas individuais, e do outro a massa de trabalhadores.

Vimos como o valor da mercadoria é dado pela soma de capital constante, capital variável e mais-valor, mas se abstraído o mais-valor, os outros elementos constituintes da mercadoria são mera reposição dos capitais adiantados. O desenvolvimento da força

produtiva social do trabalho significa que numa mesma quantidade de tempo e com a mesma quantidade mobilizada de força de trabalho é colocada em movimento uma quantidade maior de maquinaria e capital fixo (matérias-primas e auxiliares) resultando em um número crescente de produtos do trabalho, com menor valor, na medida em que se utilizam de menos trabalho num determinado período de tempo.

Decorre que o que seria o constante desenvolvimento da acumulação capitalista é também o desenvolvimento do movimento tendencial de limitação da acumulação de capitais: a cada nova rodada do processo de valorização entra uma soma menor de trabalho na produção das mercadorias ao tempo em que aumenta a parte gasta em meios de produção, matérias-primas, produzindo uma “composição orgânica crescentemente superior do capital global” (MARX, 1983, p. 164); como ocorre uma diminuição relativa da força de trabalho, decresce a massa de mais-valia em relação com o capital global, que por sua vez expressa a taxa de lucro, produz necessariamente a tendência progressiva, embora não absoluta, de queda da taxa geral de lucro.

Para Marx trata-se de uma “expressão peculiar” do desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho no modo de produção capitalista, em que a expansão concreta da produção de mercadorias produz a realidade crescente de afastamento do objetivo maior da produção capitalista, a valorização e acumulação de capitais; no cerne da acumulação capitalista, na sua forma de valorização, está a “necessidade óbvia” que a taxa média geral de mais-valia se expresse numa taxa geral de lucro em queda.

O desenvolvimento capitalista tem que contornar essa situação, e o próprio aumento da produtividade, com a qual o capitalista aumenta a massa de mais-valor, representa um decréscimo do lucro extraído com essa produtividade. Para manter a taxa de lucro da circulação anterior do capital se faz necessário o aumento do capital global em igual medida que a taxa decrescente de lucro, e para aumentar a acumulação precisa o capitalista adiantar porção ainda maior de capital global, e também de forma mais rápida que a taxa decrescente de lucro; o contínuo crescimento do capital constante, em relação ao decréscimo da parte de capital variável, com o qual por sua vez aumenta a produtividade e, por tanto, a massa de lucro, é também o desenvolvimento da tendência da queda progressiva da taxa de lucro, tomando as mercadorias individuais em relação com a produção global. A contradição está em que “ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos” (MARX, 1983, p. 171),

se expressando no aumento da massa de lucro, de tal forma que a queda da taxa de lucro é acompanhada de aumento na massa de lucro que se obtém com aumento relativo das massas de lucro contidas nas mercadorias e realizadas mediante a venda.

Em termos relativos e absoluto a taxa de mais-valia pode até aumentar, por exemplo, com a intensificação da exploração do trabalho ou com os novos meios de produção, mas como decresce o capital variável, portanto a massa absoluta de trabalho pago e não-pago, incluindo o aumento do trabalho não-pago relativamente ao pago, a taxa de lucro tem de necessariamente decair quando confrontado com o crescimento do capital global adiantado na produção; de qualquer forma a taxa de lucro vai decrescer, mesmo com a taxa de mais-valor elevada, porque na nova rotação do capital a parte não-paga do trabalho decresce em relação à soma global maior e porque na composição do capital a parte em que se expressa o trabalho recém-agregado cai em relação à parte do valor que se representa em matéria-prima, matérias auxiliares, depreciação do capital fixo:

Daí segue que, quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente (MARX, 1983, p. 171).

Toda essa organização das relações de produção só se põe em movimento enquanto relações de classe. Todos os conceitos utilizados (trabalho, mais-valor, capital, entre inúmeros outros) só têm validade enquanto expressam a ação de sujeitos históricos e concretos envolvidos na reprodução da sociedade capitalista. Tanto a lei da acumulação e valorização do capital e a tendência de queda da taxa de lucro que lhe segue são as expressões do domínio da classe capitalista, enquanto a ação sindical, greves, manifestações de rua, ocupações de fábricas e outros locais de produção expressam o início do desenvolvimento da ação dos trabalhadores e que ao mesmo tempo fortalece a tendência de queda da taxa de lucros, obrigando aos capitalistas colocarem em movimento novas estratégias de aumento da extração de mais-valor.

Todo esse movimento tende a sair das relações de produção e avançar para a esfera do estado onde é regulamentado os interesses da classe capitalista (VIANA, 2009). Devido aos limites desse trabalho não tocamos nesse ponto. E avançamos para a questão de que na própria organização das relações de produção existem causas contrárias que explicam o não aprofundamento dessa tendência de queda, e sim sua lenta queda e ainda mais a capacidade de que tal descenso seja contornado.

Para Marx aqui o modo de produção capitalista se revela mais uma vez contraditório, e assim como as mesmas causas que determinam a lei tendencial de queda da taxa de lucro e ao mesmo tempo a crescente acumulação capitalista, também se descobre que são as “mesmas causas que acarretam a queda da taxa de lucro que provocam efeitos contrários, que inibem, retardam e em parte paralisam essa queda” (MARX, 1983, p. 181). Os efeitos contrários não anulam a lei, mas retarda e em parte paralisa a queda da taxa de lucro, isto porque as tendências contrárias também produzem efeitos contraditórios. As principais “influências contrariantes” ao aprofundamento da queda da taxa de lucro são expressas pela elevação do grau de exploração do trabalho; compressão dos salários abaixo do mínimo necessário para suprir as necessidades básicas da força de trabalho; barateamento dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior, e aumento do capital por ações (MARX, 1983, p. 177).

I) A elevação do grau de exploração do trabalho aumenta extração de mais-valia se realizada através do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho; embora a intensificação do trabalho deva ocorrer da forma que não aumente os gastos com o capital constante, o que é característico dessa forma de extração de mais-valor relativo através do aumento da produtividade quando o “trabalhador supervisiona maior volume de maquinaria” (MARX, 1983, p. 177), o que necessariamente leva a diminuição da massa de mais-valor extraída; e por outro lado, o prolongamento da jornada de trabalho que aumenta a massa de mais-trabalho apropriado sem modificar essencialmente a relação entre força de trabalho utilizada e capital constante posto em movimento, mas que por sua vez possui óbvios limites de uso da força de trabalho, embora a loucura da acumulação faça com que o tempo de trabalho se aproxime das 24 horas este não pode de forma alguma ultrapassar tal limite natural. Acrescente à elevação do grau de exploração o uso de trabalho feminino e de crianças (MARX, 1983, p. 178), para aumentar a soma global de salário da família, embora às custas do menos valor em salário dado a estes.

II) Compressão dos salários abaixo do seu valor é uma das causas mais significativas de contenção da queda da taxa de lucro (MARX, 1983, p. 179), e ao mesmo tempo a que mais desperta a reação da classe trabalhadora;

III) Em decorrência do desenvolvimento da força produtiva do trabalho os elementos que a comportam diminuem de valor, o capital constante não cresce na mesma

medida que o seu volume material, não acompanha o aumento da quantidade dos meios de produção (MARX, 1983, p. 179);

IV) A superpopulação relativa derivada da grande quantidade e barateza dos assalariados disponíveis (MARX, 1983, p. 180);

V) Comércio exterior: atua principalmente ampliando a escala da produção, produz aceleração da acumulação e descenso do capital variável em relação ao constante, e com isso reduz a queda da taxa de lucro; assim reduz valor do capital constante e eleva a taxa de mais-valia; embora esteja na base desde o início do desenvolvimento capitalista, com o progresso da produção necessita de mercado sempre mais amplo para o crescente número de produtos (MARX, 1983, p. 180).

Considerações finais

A realidade social que vivemos condiciona e limita o processo de formação individual enquanto objetiva esconder da sociedade as determinações que solidificam a dominação da classe capitalista. O estudo sobre o processo de valorização do capital surge como instrumento fundamental na atividade de descoberta e divulgação das formas de exploração de classe existentes. Sabemos que essa tarefa somente pode ser desenvolvida e aperfeiçoada de forma coletiva, tanto na apropriação das contribuições para a descoberta das formas de exploração quanto na descoberta e enfrentamento cotidiano das formas estabelecidas de dominação. A tarefa a que nos propomos exige esforço intelectual e luta social, de um lado, o combate às ideologias, e do outro a negação das instituições burocráticas, hierarquizadas e exploradoras que escravizam a humanidade.

Referências Bibliográficas

LOUXEMBOURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anti-Crítica*. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

Diego Marques Pereira dos Anjos

Licenciado em História pela Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, graduando em
Ciências Sociais pela Universidade Federal de
Goiás e mestrando em Ciências sociais pela
Universidade Estadual de São Paulo, Campus de
Marília.

E-mail: no.pasaran@yahoo.com.br

Questões organizativas do Anarquismo

Felipe Corrêa

Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir, desde uma perspectiva teórico-histórica, algumas questões organizativas relativas ao anarquismo. Ele contesta a afirmação repetida constantemente, de que esta seria uma ideologia/doutrina essencialmente espontaneísta e contrária à organização. Retomando o debate sobre a organização entre os anarquistas, o artigo afirma haver três posições fundamentais sobre o assunto: aqueles que são contrários à organização e/ou defendem articulações informais em pequenos grupos (antiorganizacionismo), aqueles que defendem somente a organização no nível de massas (sindicalismo/comunitarismo) e aqueles que sustentam a necessidade de articulação em dois níveis, político-ideológico e de massas (dualismo organizacional). Aprofundam-se as posições da terceira corrente, trazendo elementos teóricos de M. Bakunin e, em seguida, apresentando um caso histórico em que os anarquistas sustentaram, em teoria e prática, essa posição: a atuação da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB) entre os anos 1920 e 1940.

Anarquismo: espontaneísmo e antiorganizacionismo?

No epílogo que realiza a compilação de textos de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir I. Lênin sobre o anarquismo (Marx, Engels, Lênin, 1976) – uma obra financiada por Moscou no contexto soviético para promover as ideias do marxismo-leninismo – Kolpinsky (1976, pp. 332-333) afirma que o anarquismo é uma doutrina “pequeno-burguesa”, “alheia ao proletariado”, baseada no “aventureirismo”, nas “concepções voluntaristas” e nos “sonhos utópicos sobre a liberdade absoluta do indivíduo”. Além disso, enfatiza:

São próprios de todas as correntes anarquistas os sonhos utópicos de criação de uma sociedade sem Estado e sem classes exploradoras, *por meio de uma rebelião espontânea das massas populares* e da abolição imediata do poder do Estado e de todas suas instituições, e não por meio da luta política da classe operária, da revolução socialista e do estabelecimento da ditadura do proletariado (KOLPINSKY, 1976, p. 332) (*grifos adicionados; tradução nossa*).

Afirmações desse tipo foram feitas durante toda a história do anarquismo, tanto

por seus adversários, quanto por seus inimigos. Entretanto, diversos estudos recentes de base teórica e/ou histórica⁷ vêm demonstrando que tais afirmações não possuem respaldo na realidade dos fatos.

Conforme sustentado mais detalhadamente em outro estudo (Corrêa, 2012), o espontaneísmo⁸ e a posição contrária à organização não constituem princípios político-ideológicos do anarquismo e, por isso, não são comuns a todas as suas correntes. A questão organizativa caracteriza um dos debates mais relevantes entre os anarquistas e está na base da constituição das próprias correntes do anarquismo.⁹ Uma análise ampla do anarquismo, em termos históricos e geográficos, como a realizada por Michael Schmidt e Lucien van der Walt (2009), permite afirmar que há um setor, minoritário, contrário à organização e outro, majoritário, que a defende; os anarquistas possuem distintas concepções de organização no nível de massas, incluindo articulação comunitária e sindical¹⁰, e diferentes posições acerca da organização específica anarquista.

Três posições anarquistas sobre a organização

De acordo com Schmidt e van der Walt (2009, p. 239), no debate anarquista sobre a questão organizativa, evidenciam-se três posições fundamentais: 1.) o *antiorganizacionismo*, que se coloca, em geral, contra a organização, tanto no nível social, de massas, quanto no nível político-ideológico, especificamente anarquista; esses anarquistas defendem o espontaneísmo ou, no máximo, a articulação em redes informais e/ou pequenos grupos de militantes; 2.) o *sindicalismo/comunitarismo*, compreendendo que a organização dos anarquistas deve se dar somente no nível social, de massas, e que as organizações políticas anarquistas seriam redundantes, em alguns casos até perigosas,

⁷ Dentre os estudos produzidos nos últimos anos, que tomam por base cortes históricos e geográficos amplos – trabalham com uma periodização de longo prazo, autores e episódios de diversos países e continentes –, podem-se citar: Corrêa, 2012; Corrêa, 2013; Schmidt e van der Walt, 2009; Schmidt, 2012; Schmidt e van der Walt, no prelo; Silva, 2013.

⁸ Trata-se da noção de que as massas se mobilizam por si mesmas, sem necessidade de organização, articulação ou preparação prévias, podendo, assim, chegar a prover processos de transformação de grande envergadura. Diferencia-se, portanto, da noção de “espontaneidade”, componente inevitável de qualquer mobilização popular transformadora.

⁹ De acordo com Corrêa, (2012, pp. 168-186), são três os debates centrais entre os anarquistas, tomando como base sua continuidade e permanência, e que constituem os fundamentos da definição de suas correntes (anarquismo de massas e anarquismo insurrecionalista): posições favoráveis e contrárias à organização; posições favoráveis e contrárias aos ganhos de curto prazo (reformas); posições distintas em relação ao contexto de utilização e a função da violência. Além disso há um quarto debate relevante, transversal às correntes anarquistas, sobre o modelo da organização específica anarquista.

¹⁰ Conforme apontam Schmidt e van der Walt (2009), em seus 150 anos de história, movimentos populares por local de trabalho e moradia constituíram vetores sociais do anarquismo; constituídos sobre bases classistas, combativas, independentes, autogestionárias e revolucionárias, esses movimentos fortaleceram a intervenção social anarquista.

já que os movimentos populares, dotados de uma capacidade revolucionária, podem levar a cabo todas as proposições anarquistas; 3.) o *dualismo organizacional*, que sustenta ser necessário articular-se, ao mesmo tempo, em movimentos de massas e organizações políticas, com vistas a promover as posições anarquistas de maneira mais coerente e eficaz em movimentos mais amplos.

O *antiorganizacionismo* possui suas bases em proposições como as de Luigi Galleani, militante anarquista italiano que acredita que uma organização política – ou, como chamava seu contemporâneo Errico Malatesta, um “partido anarquista” – conduz necessariamente a uma hierarquia de tipo governamental que viola a liberdade individual:

O partido, qualquer partido, possui seu programa, que é sua própria constituição, possui em sua assembleia de seções ou grupos delegados seu parlamento; em seu corpo diretivo ou nas seções executivas possui seu próprio governo. Portanto, é uma superposição gradual de corpos por meio dos quais uma hierarquia real e verdadeira se impõe entre os vários níveis desses grupos que estão ligados: a disciplina, as violações, as contradições que são tratadas com punições correspondentes, que podem ser tanto a censura quanto a expulsão (GALLEANI, 2011, p. 2) (*tradução nossa*).

Galleani sustenta que os anarquistas devem se associar em redes pouco orgânicas, quase informais, pois a organização, principalmente programática, conduz à dominação. Tal posição foi assumida tanto em relação aos agrupamentos anarquistas, quanto em relação aos movimentos populares de maneira geral. Para Galleani (2011, p. 3-6; *tradução nossa*), “o movimento anarquista e o movimento operário percorrem caminhos paralelos e a constituição geométrica de linhas paralelas é feita de maneira que elas nunca possam se encontrar ou coincidir”. Anarquismo o movimento popular constituem, para ele, campos distintos; as organizações operárias são vítimas de um “conservadorismo cego e parcial” responsável por “estabelecer um obstáculo, muitas vezes um perigo” aos objetivos anarquistas. Os anarquistas, conforme sustenta, devem atuar por meio da educação, da propaganda e da ação direta violenta, sem se envolver com os movimentos de massas organizados.¹¹

O *sindicalismo/comunitarismo* vincula-se à ideia de que o movimento popular possui todas as condições de abarcar posições libertárias e revolucionárias, de maneira a cumprir todas as funções necessárias a um processo de transformação; as organizações políticas anarquistas são desnecessárias ou uma questão secundária. Se as defesas da

¹¹ As posições antiorganizacionistas possuem, historicamente, eco significativo entre os anarquistas, mas, conforme demonstram Schmidt e van der Walt (2009), foram sempre minoritárias em relação às outras duas, organizacionistas; com frequência, as primeiras incorporaram argumentos individualistas externos ao anarquismo, de autores como Max Stirner e Friedrich Nietzsche.

organização exclusivamente em nível comunitário são escassas (como nas proposições do norte-americano Murray Bookchin), o mesmo não ocorre com o sindicalismo de intenção revolucionária.¹²

Essa posição é defendida por muitos sindicalistas revolucionários, como foi o caso do francês Pierre Monatte (1998, p. 206-207) que, no Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, sustenta que o sindicalismo revolucionário “se basta a si próprio”. Monatte acredita que o movimento popular iniciado pela Confédération Generale du Travail (CGT), na França, em 1895, havia possibilitado uma reaproximação entre os anarquistas e as massas e por isso recomenda: “que todos os anarquistas ingressem no sindicalismo”. Por mais que o contexto histórico possua relevância no afastamento que ocorreu na França, após a Comuna de Paris, entre o anarquismo e os movimentos de massas, essa posição de Monatte preponderou no anarquismo do século XX em todo o mundo, se não em teoria, pelo menos na prática.

Nesse mesmo congresso, que pode ser considerado o primeiro momento histórico de debate amplo sobre as questões organizativas do anarquismo, outros anarquistas se posicionaram. Malatesta (1998, p. 208) concordava com a participação anarquista nos movimentos populares, mas reforçava: “dentro dos sindicatos, é preciso que permaneçamos anarquistas, com toda a força e amplitude implícitas nessa definição”; ou seja, o anarquismo não poderia dissolver-se no movimento sindical, não poderia ser tragado por ele, deixando de existir como uma ideologia/doutrina com posições e instâncias próprias. Posição semelhante, porém com uma base mais enfaticamente classista, foi defendida por Amédée Dunois, que sustentava, para além do trabalho sindical, a necessidade de uma organização anarquista:

Os anarquistas sindicalistas [...] estão abandonados a si mesmos e, fora do sindicato, não possuem qualquer ligação real entre eles ou aos seus outros companheiros. Eles não possuem qualquer apoio e não recebem ajuda. Por isso, pretendemos criar essa ligação, proporcionar esse apoio constante; e eu estou pessoalmente convencido de que a união de nossas atividades só pode trazer benefícios, tanto em termos de energia, quanto de inteligência. E quanto mais fortes formos – e só seremos fortes nos organizando – mais forte será o fluxo de ideias que poderemos sustentar no movimento operário, que irá, aos poucos, ser impregnado do espírito anarquista. [...] Seria suficiente à organização anarquista agrupar, em torno de um programa de ação prática e concreta, todos os companheiros que aceitem nossos princípios e que queiram trabalhar conosco, de acordo com nossos métodos (DUNOIS, 2010, s/p).

As posições de Malatesta e Dunois referem-se ao *dualismo organizacional*, que

¹² O sindicalismo de intenção revolucionária foi, durante o século XX, conforme colocam Schmidt e van der Walt (2009), a posição estratégica hegemônica do anarquismo em nível global, desdobrando-se, principalmente, no sindicalismo revolucionário e no anarco-sindicalismo.

se apoia na ideia de que os anarquistas devem se organizar, paralelamente, em dois níveis: um social, de massas, e outro político-ideológico, anarquista.

Malatesta (2000a, pp. 56-55-60) define o “partido anarquista” como “o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por conseqüência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer”. “Permanecer isolado, agindo ou querendo agir cada um por sua conta, sem se entender com os outros, sem preparar-se, sem enfeixar as fracas forças dos isolados”, significa, para os anarquistas, “condenar-se à fraqueza, desperdiçar sua energia em pequenos atos ineficazes, perder rapidamente a fé no objetivo e cair na completa inação”. A maneira de superar o isolamento e a falta de coordenação é investindo na formação de uma organização política anarquista: “se não quiser permanecer inativo e impotente, [o militante anarquista] deverá procurar outros indivíduos que pensem como ele, e tornar-se iniciador de uma nova organização.”

Mas, para Malatesta (2000b), a organização específica anarquista não é suficiente: “favorecer as organizações populares de todos os tipos é a conseqüência lógica de nossas ideias fundamentais e, assim, deveria fazer parte integrante de nosso programa.” Aponta, nesse sentido, a necessidade de um trabalho de base intenso em meio às organizações populares de massas:

É preciso, portanto, em tempos normais, realizar o trabalho amplo e paciente de preparação e organização popular e não cair na ilusão da revolução em curto prazo, factível somente pela iniciativa de poucos, sem participação suficiente das massas. A essa preparação, contanto que ela possa ser realizada em um ambiente adverso, há, entre outras coisas, a propaganda, a agitação e a organização das massas, que nunca devem ser descuidadas (MALATESTA, 2008, p. 31) (*tradução nossa*).

Os anarquistas organizacionistas (sindicalistas, comunitaristas, dualistas organizacionais) têm contribuído, teórica e praticamente, com o debate sobre as questões organizativas do anarquismo. O dualismo organizacional¹³ possui contribuições que serão, em seguida, abordadas teórica e praticamente, por meio dos escritos de Mikhail Bakunin e da experiência da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária.

Anarquismo e dualismo organizacional: os escritos de M. Bakunin

O dualismo organizacional vincula-se às próprias raízes do anarquismo, sendo formulado na obra de Bakunin, que se refere, com freqüência, às práticas da Aliança da

¹³ Ainda que, conforme Schmidt e van der Walt (2009), seja historicamente minoritário em relação ao sindicalismo de intenção revolucionária.

Democracia Socialista (ADS) no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).¹⁴

Para Bakunin (2000a; *tradução nossa*), a ADS tem um duplo objetivo; por um lado, estimular o crescimento e o fortalecimento da AIT¹⁵; por outro, aglutinar em torno de princípios, um programa e uma estratégia comum, aqueles que possuem afinidades político-ideológicas com o anarquismo. Em suma, *criar/fortalecer uma organização política e um movimento de massas*:

Eles [os militantes da ADS] formarão a alma inspiradora e vivificante desse imenso corpo a que chamamos Associação Internacional dos Trabalhadores [...]; em seguida, se ocuparão das questões que são impossíveis de serem tratadas publicamente – eles formarão a ponte necessária entre a propaganda das teorias socialistas e a prática revolucionária. (Bakunin, 2000b) (*tradução nossa*).

Bakunin (2000c, 2000b, 2000a; *tradução nossa*) sustenta que a ADS não precisa de uma quantidade muito grande de militantes: “o número desses indivíduos não deve, pois, ser imenso”; ela constitui uma *organização política, pública e secreta, de minoria ativa, com responsabilidade coletiva* entre os integrantes, que reúne “os membros mais seguros, os mais devotados, os mais inteligentes e os mais enérgicos, em uma palavra, os mais íntimos”, nucleados em diversos países, com condições de influenciar determinadamente as massas.

Essa organização tem por base comum um *regulamento interno* e um *programa estratégico*, os quais estabelecem, respectivamente, seu funcionamento orgânico, suas bases político-ideológicas e programático-estratégicas, forjando um eixo comum para a atuação anarquista. Pode tornar-se membro da organização, segundo Bakunin (2000d, 2000c; *tradução nossa*), somente “aquele que tiver francamente aceitado todo o programa com todas as conseqüências teóricas e práticas e que, junto à inteligência, à energia, à honestidade e à discrição, tenham ainda a paixão revolucionária”. Internamente, *não há hierarquia entre os membros*, e as *decisões são tomadas de baixo para cima*, em geral por maioria (variando do consenso à maioria simples, a depender da relevância da questão), e com *todos os membros acatando as decisões* tomadas coletivamente. Isso significa aplicar o *federalismo* – defendido como forma de organização social, que deve descentralizar o poder e criar “uma organização

¹⁴ Neste momento, elaboram-se as linhas gerais da teoria do dualismo organizacional anarquista de Bakunin. A teoria da organização política anarquista foi desenvolvida por Bakunin, em escritos e cartas, a partir de 1868, quando foi formada a ADS; escritos sobre o tema elaborados antes disso não são ainda plenamente anarquistas e, por isso, não são aqui utilizados.

¹⁵ Sua maior realização histórica concreta foi a criação da AIT em países onde ela ainda não existia e a criação de novas seções da Internacional onde ela já estava em funcionamento; tais foram os casos da Espanha, da Itália, de Portugal e da Suíça, além de casos na América Latina, estimulados por correspondências. (Corrêa, 2013)

revolucionária de baixo para cima e da circunferência ao centro” – nas *instâncias internas* da organização anarquista.

Incentivar o crescimento e o fortalecimento da AIT em diferentes países, e influenciá-la no sentido de seu programa constitui também, conforme colocado, um dos objetivos da ADS. Este amplo *movimento de massas, internacional e internacionalista*, segundo Bakunin (2008, p. 67), deve ser o *protagonista da revolução social*, já que “nenhuma revolução pode triunfar senão exclusivamente pela força do povo”. Tal *processo revolucionário* – que não pode se resumir às mudanças essencialmente políticas, mas atingir os mais profundos fundamentos sociais, incluindo a economia – *altera as bases do sistema capitalista/estatista e estabelece o socialismo libertário*¹⁶.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, fiel a seu princípio, jamais apoiará uma agitação política que não tenha por objetivo imediato e direto a *completa emancipação econômica do trabalhador*, isto é, a abolição da burguesia como classe economicamente separada da massa da população, nem qualquer revolução que desde o primeiro dia, desde a primeira hora, não inscreva em sua bandeira *liquidação social*. [...] Ela dará à agitação operária em todos os países um caráter essencialmente *econômico*, colocando como objetivo a diminuição da jornada de trabalho e o aumento dos salários; como meios, a *associação das massas operárias* e a formação das *caixas de resistência*. [...] Ela ampliar-se-á, enfim, e organizar-se-á fortemente atravessando as fronteiras de todos os países, a fim de que, quando a revolução, conduzida pela força das coisas, tiver eclodido, haja uma força real, sabendo o que deve fazer e, por isso mesmo, capaz de apoderar-se dela e dar-lhe uma direção verdadeiramente salutar para o povo; uma organização internacional séria das associações operárias de todos os países, capaz de substituir esse mundo político dos Estados e da burguesia que parte (BAKUNIN, 2008, pp. 67-69).

O *movimento de massas mobiliza* trabalhadores a partir de suas *necessidades econômicas* e organiza as *lutas sindicais de curto prazo*, por meio de um *ferramental organizativo próprio* e *instituições criadas pelos trabalhadores*, abarcando *local de trabalho e moradia*; o *acúmulo permanente de força social real* dos trabalhadores e a *radicalização das lutas* permite o avanço à *revolução social*.

Criar uma associação popular com base em necessidades econômicas implica, “eliminar inicialmente do programa desta associação todas as questões políticas e

¹⁶ De acordo com Corrêa (2012), entre os anarquistas, em geral, os fundamentos sociais dessa transformação revolucionária envolvem a substituição da dominação em nível sistêmico, com destaque para a dominação de classe, por um sistema de autogestão generalizada nas três esferas (econômica, política e cultural) e uma sociedade sem classes. Os anarquistas propõem substituir, por meio de um processo revolucionário: a exploração econômica capitalista pela socialização da propriedade, a dominação política do Estado pelo autogoverno democrático, a dominação ideológica e cultural da religião, da educação e, mais recentemente, da mídia, por uma cultura autogestionária. Trata-se, assim, de uma crítica à dominação em geral, com ênfase na dominação de classe, e uma proposição de autogestão generalizada.

religiosas”, pois o mais relevante é “buscar uma base comum, uma série de simples princípios sobre os quais todos os operários, quaisquer que sejam, por sinal, suas aberrações políticas e religiosas, [...] estão e devem estar de acordo”. Ao passo que a *questão econômica une os trabalhadores, questões político-ideológicas e religiosas os separam*; estas, mesmo não constituindo princípios da AIT, devem ser debatidas ao longo do processo de lutas¹⁷ (BAKUNIN, 2008, pp. 42-43).

Trata-se de estimular a *unidade dos trabalhadores sobre bases classistas*, por meio da associação em torno de interesses comuns de um *conjunto de sujeitos oprimidos* – trabalhadores do campo e da cidade, campesinato e marginalizados em geral –, para a luta de classes direta *contra as classes dominantes*, pois “o antagonismo que existe entre o mundo operário e o mundo burguês” não permite “nenhuma reconciliação”. Na luta de classes os trabalhadores conhecem “seus verdadeiros inimigos, que são as classes privilegiadas, incluindo o clero, a burguesia, a nobreza e o Estado”, compreendem as razões que os unem aos outros oprimidos, adquirem consciência de classe, percebem os interesses compartilhados, conhecem questões político-filosóficas; isso constitui um verdadeiro *processo pedagógico* (BAKUNIN, 2008, pp. 56; 54).

O movimento de massas deve, ainda, constituir as *bases organizacionais e institucionais da sociedade futura e manter uma coerência com seus objetivos revolucionários e socialistas*. Bakunin (2000e; *tradução nossa*) enfatiza que uma “sociedade igualitária e livre” não emanará “de uma organização autoritária”; portanto, a “a Internacional, embrião da futura sociedade humana, deve ser, desde já, a imagem fiel de nossos princípios de liberdade e de federação, e rejeitar em seu seio todo princípio tendendo à autoridade, à ditadura”. Ele sustenta uma coerência entre meios e fins; a AIT deve organizar-se de maneira libertária e federalista – é necessário, diz Bakunin, “aproximar o máximo possível essa organização de nosso ideal” –, estimulando a criação de um arcabouço organizativo e institucional que possa substituir o capitalismo e o Estado: “a sociedade futura não deve ser outra coisa senão a universalização da organização que a Internacional tiver criado”.

¹⁷ De acordo com Corrêa (2011), essa posição não implica em uma defesa do “apoliticismo”, mas numa concepção de que os movimentos de massas não devem subordinar-se ou vincular-se a uma posição político-doutrinária determinada; um sindicato revolucionário “anarquista”, por exemplo, como na concepção anarco-sindicalista, tenderia, assim, a afastar trabalhadores com outras concepções. Trata-se de considerar que os movimentos devem abarcar as diferentes posições político-doutrinárias e que uma posição política não pode subordinar os movimentos populares. A posição de Bakunin, assim como a dos sindicalistas revolucionários, anarquistas ou não, sustenta que os movimentos populares devem articular-se em torno de bandeiras concretas que unam os trabalhadores sem um vínculo programático com qualquer doutrina política ou religiosa. Segundo sustentam, os debates entre as diferentes posições políticas deveriam se dar dentro dos movimentos, mesmo que sem apontar para a criação, por exemplo, de sindicatos comunistas, católicos etc.; dentro de um sindicato deveriam estar todos os trabalhadores dispostos a lutar, independente de suas posições políticas ou crenças religiosas.

A ADS *não exerce relação de dominação e/ou hierarquia* sobre a AIT, mas a *complementa*; o inverso também é verdadeiro. *Juntas, essas duas instâncias organizativas se complementam* e potencializam o projeto revolucionário dos trabalhadores, *sem a submissão de qualquer uma das partes*¹⁸

A Aliança é o complemento necessário da Internacional... — Mas a Internacional e a Aliança, tendendo para o mesmo objetivo final, perseguem ao mesmo tempo objetivos diferentes. Uma tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, com suas diferenças de profissões e países, através das fronteiras de todos os Estados, em um só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão dar às massas uma direção realmente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem serem de modo algum opostos, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se tomado a sério, contém em germe, mas somente em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do [programa] da Internacional (BAKUNIN, 2000a; *tradução nossa*).

A união dessas duas organizações – uma política, de minorias (quadros); outra social, de maiorias (massas) – e sua articulação horizontal e permanente potencializam a força dos trabalhadores e aumentam as chances do processo de transformação anarquista. Dentro do movimento de massas, a organização política dá mais eficácia aos anarquistas nas disputas de posições. Ela contrapõe, organizadamente e em favor de seu programa, forças que agem em sentido distinto e que buscam: elevar à condição de princípio uma das diferentes posições político-ideológicas e/ou religiosas, minimizar seu caráter eminentemente classista, fortalecer as posições reformistas (que vêem as reformas como um fim) e a perda de combatividade do movimento, estabelecer hierarquias internas e/ou relações de dominação, direcionar a força dos trabalhadores para as eleições e/ou para estratégias de mudança que envolvam a tomada do Estado,

¹⁸ A proposta de organização política de Bakunin implica um modelo, tomando por base a discussão clássica dos “modelos de partido”, em um “partido de quadros” que não concorre às eleições e tem os movimentos populares como campo de atuação; por razão de priorizar a qualidade e não a quantidade de membros e pelo fato de possuir critérios rigorosos de seleção e de ingresso diferencia-se dos “partidos de massa”, que priorizam a quantidade e cujos critérios de participação são bem amplos; filia-se, em geral, quem quer. Esse modelo de organização política difere do modelo leninista de partido em dois aspectos fundamentais. O primeiro, em relação à organização interna; ao passo que o partido bakuniniano é federalista, com as decisões sendo compartilhadas coletivamente, de baixo para cima, de maneira autogestionária, o partido leninista defende o centralismo democrático, que as bases são consultadas mas as decisões são tomadas pela direção, de cima para baixo, sendo a base obrigada a acatá-las. O segundo, na relação com os movimentos de massas; se o partido bakuniniano defende uma atuação complementar entre partido e movimentos, sem qualquer tipo de hierarquia ou dominação exercida pelo partido; o partido leninista caracteriza-se por colocar-se acima do povo e, assim, defender a hierarquia entre partido e movimento e, dessa forma, exercer uma relação de dominação. Ao passo que o primeiro defende que o agente da transformação revolucionária é o movimento de massas, o segundo defende que é o partido.

atrelar o movimento a partidos, Estados ou outros organismos que retiram, nesse processo, o protagonismo das classes oprimidas e de suas instituições¹⁹.

Anarquismo e dualismo organizacional: a experiência da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária

Neste momento, apresentam-se as linhas gerais do dualismo organizacional anarquista, desenvolvido pela experiência da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB), entre os anos 1920 e 1940.

No leste europeu, os anarquistas tiveram uma atuação determinante, em 1903, na Revolta da Macedônia, envolvendo dois episódios: o primeiro, com a Revolta de Ilinden e proclamação da Comuna de Krouchevo; o segundo, com a Insurreição de Préobrojenié e proclamação da Comuna de Strandzha, ambas libertárias. A Comuna de Strandzha foi responsável pela tomada do território e pelo estabelecimento de experiências de autogestão durante um mês, constituindo a primeira tentativa local de edificar uma nova sociedade sobre os princípios do comunismo libertário. Com o esmagamento da revolta e das experiências por ela constituídas, fundaram-se, na Bulgária, periódicos relevantes como *Sociedade Livre*, *Acracia*, *Probuda*, *Rabotnicheska Misl*, diversos grupos anarquistas e, em 1914, um grupo de Ruse lançou as bases de um movimento anarco-sindicalista. Depois de problemas ocasionados pela Primeira Guerra, o anarquismo búlgaro ressurgiu renovado com a fundação da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB), em 1919, em um congresso com 150 delegados.

No quente ano de 1919, no auge da revolta global dos trabalhadores contra o capitalismo, os anarco-sindicalistas búlgaros (os primeiros grupos haviam se estabelecido em 1910) e o núcleo da antiga Federação Anarquista Macedônica e Búlgara (um núcleo que tinha sido fundado em 1909) chamaram o movimento para reorganizar-se. A Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB) foi fundada em um congresso aberto pelo guerrilheiro anarquista Mikhail Gerdzhikov (1877-1947), um dos fundadores do Comitê Revolucionário Clandestino Macedônico (MTRK) em 1898 e comandante de seu Corpo de Primeira Linha na Revolta Macedônica de 1903 (SCHMIDT, 2009, p. 7).

¹⁹ Assim, podem-se apontar duas diferenças fundamentais entre a teoria organizativa de Bakunin e aquela que será desenvolvida por Lênin, anos a frente. A organização política bakuniniana possui democracia interna e as decisões são tomadas de baixo para cima, e não por meio do “centralismo democrático”, que prevê a consulta às bases e a tomada de decisões de cima para baixo, da cúpula hierárquica para as bases. Além disso, a organização política bakuniniana funciona de maneira complementar aos movimentos de massa e não possui qualquer relação de hierarquia e/ou dominação em relação a eles; sua função é fortalecer o protagonismo desses movimentos, já que as massas devem ser as responsáveis pela transformação social revolucionária. Não se considera, como no leninismo, que os movimentos populares possuem somente capacidade para as lutas de curto prazo, com o partido devendo dotar-lhes de capacidade de longo prazo e, ele próprio, protagonizar a transformação.

De acordo com Schmidt (2009, p. 9), na Bulgária, a FAKB protagonizou experiências relevantes envolvendo sindicalismo urbano e rural, cooperativas, guerrilha e mobilização de juventude; “a FAKB constituía-se em seções: sindical, guerrilheira, profissional e de juventude, o que a diferenciava em toda a sociedade búlgara”. Ela ajudou a fundar e fortaleceu organizações como “a Federação Búlgara de Estudantes Anarquistas (BONSF); uma federação de anarquistas artistas, escritores, intelectuais, médicos e engenheiros; e a Federação da Juventude Anarquista (FAM), que tinha extensões nas cidades, nos vilarejos e em todas as grandes escolas”.

Seu 5º congresso, em 1923, contou com 104 delegados e 350 observadores de 89 organizações, dando conta da ampla influência anarquista, possivelmente majoritária, entre os trabalhadores de Yambol, Kyustendil, Rodomir, vilarejo de Nova Zagora (em Khaskovo), Kilifarevo e Delebets, além da crescente influência em Sófia, Plovdiv, Ruse e outros centros. O crescimento da FAKB atraiu repressões severas da direita fascista que, entre 1923 e 1931, matou mais de 30 mil operários. Conforme ainda coloca Schmidt (2009, p. 16), nesse contexto, muitos militantes da FAKB foram assassinados; ainda assim, outros, que não haviam sido exilados, “formaram destacamentos de combate conhecidos como ‘cheti’ e envolveram-se em um importante esforço para coordenar um levante com o BKP [Partido Comunista Búlgaro] em 1923”, e também se envolveram em combates guerrilheiros, em 1925, juntamente com o BKP e a BZS [União Agrária Búlgara].

Entre 1926 e 1927, a FAKB adotou a “Plataforma” do grupo de exilados russos Dielo Truda²⁰, que sustenta a necessidade de uma organização anarquista programática, fundamentada na unidade ideológica, na unidade tática (método coletivo de ação), na responsabilidade coletiva e no federalismo, que teve impacto relevante sobre a elaboração de seu programa de 1945, a “Plataforma da FAKB”, a qual será abordada adiante.

Em 1930, na Bulgária, aponta Schmidt (2009, p. 23-25), destaca-se a influência anarquista na formação da Confederação Vlassovden, organização sindical rural, que se articulou em torno de múltiplas demandas: “redução da taxa direta ou indireta, dissolução dos cartéis agrários, assistência médica gratuita para os camponeses, seguro e aposentadoria para os trabalhadores agrícolas e a autonomia da comunidade”. Espalhando-se rapidamente, o chamado “sindicalismo vlassovden” chegou, no ano seguinte, a estar representado em 130 seções da confederação, possibilitando um “grande avanço das organizações e publicações anarquistas, de modo que o movimento

²⁰ Dielo Truda. “Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários”, 1926. Disponível em: http://www.nestormakhno.info/portuguese/platform2/org_plat.htm.

anarquista, naquele momento, pode ser colocado como a terceira maior força na esquerda, depois da BZS e do BKP”. Durante a Revolução Espanhola (1936-1939), 30 anarquistas búlgaros lutaram como voluntários nas milícias anarquistas.

Entre 1941 e 1944, uma guerrilha anarquista combateu o nazi-fascismo, aliando-se à Frente Patriótica na organização da insurreição de setembro de 1944 contra a ocupação nazista. Entretanto, com o Exército Vermelho substituindo os alemães como força de ocupação, estabeleceu-se uma aliança entre a direita e a esquerda – chamada de “aliança vermelha-laranja-marrom” (Schmidt, 2009, p. 33) – que reprimiu brutalmente os anarquistas. Os trabalhadores foram obrigados a entrar em um sindicato único, ligado ao Estado, em uma política claramente inspirada em Mussolini, e, em 1945, num congresso da FAKB, em Sófia, a milícia comunista prendeu os 90 delegados presentes, o que não impediu que o periódico da FAKB, *Rabotnicheska Misl*, chegasse, naquele ano, à tiragem de 60 mil exemplares por número. No fim dos anos 1940, de acordo com Schmidt (2009, p. 36), “centenas de anarquistas tinham sido executadas e cerca de 1000 militantes da FAKB foram mandados para os campos de concentração onde a tortura, os maus-tratos e a fome dos veteranos antifascistas (porém não-comunistas) [...] eram praticamente rotina”. Foi praticamente o fim da experiência da FAKB, iniciada em 1919.

Em um balanço dessa experiência organizativa, pode-se dizer que ela permite concluir que vários tipos de organização da classe trabalhadora são indispensáveis e entrelaçadas, sem subordinação de uma à outra: organizações ideológicas anarco-comunistas, sindicatos operários, sindicatos de agricultores, cooperativas e organizações culturais e de interesses específicos, por exemplo, de jovens e de mulheres (SCHMIDT, 2009, p. 42).

A prática da FAKB durante essas mais de duas décadas, assim como o aporte teórico que foi sendo produzido neste período, juntamente com a relação estabelecida com a “Plataforma” do Dielo Truda, refletiu-se, em 1945, num documento programático: a “Plataforma da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária”. De acordo com esse documento, a FAKB previa, apoiando-se no dualismo organizacional, uma organização política anarquista e um movimento de massas da cidade e do campo, formado por sindicatos e cooperativas.

A organização política anarquista reúne os anarquistas, por meio de princípios político-ideológicos anarco-comunistas, articulando-os regionalmente, com as seguintes tarefas fundamentais:

O desenvolvimento, a realização e a difusão das ideias anarco-comunistas; O estudo de todas as questões atuais e vitais da vida cotidiana das massas trabalhadoras e os problemas da reconstrução social; A luta multifacetada pela defesa de seu ideal social e pela causa do povo trabalhador; A participação na criação de grupos de

trabalhadores, no nível da produção, profissão, troca e consumo, cultura e educação, e todas as outras organizações que podem ser úteis na preparação da reconstrução social; A participação armada em toda insurreição revolucionária; A preparação e a organização destas insurreições; A utilização de todos os meios corretos que possam conduzir à revolução social (FAKB, 2009, pp. 61-62).

Os anarquistas também participam dos movimentos de massas, em especial os sindicatos e as cooperativas. Os sindicatos de trabalhadores devem articular a força dos trabalhadores – a partir de uma articulação por local de trabalho ou categoria, baseando-se no federalismo, na ação direta e na autonomia/independência de classe – e suas tarefas fundamentais são:

A defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora; A luta pela melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores; O estudo dos problemas da produção; O controle da produção e a preparação ideológica, técnica e organizacional para a reconstrução social radical, na qual estas organizações terão a obrigação de assegurar a produção industrial (FAKB, 2009, pp. 63-64).

As cooperativas agrícolas articulam o campesinato sem-terra e os pequenos proprietários que não exploram o trabalho de outros, com as seguintes tarefas:

Defender os interesses dos camponeses sem-terra, com pouca ou pequenas parcelas de terra; Organizar os grupos de produção agrícola para estudar os problemas da produção agrícola; Preparar-se para a futura reconstrução social, na qual estas organizações serão as pioneiras na reorganização da produção agrícola, visando assegurar a subsistência de toda a população (FAKB, 2009, pp. 64-65).

A experiência da FAKB, que se reflete neste documento programático, apresenta elementos históricos relevantes para a compreensão do dualismo organizacional anarquista.

Apontamentos conclusivos

A relevância da discussão sobre as questões organizativas do anarquismo é dupla. Por um lado, ainda é necessário abordar o anarquismo seriamente, contrapondo argumentos sustentados por seus adversários e inimigos, na intenção de proporcionar um conhecimento mais adequado dessa ideologia/doutrina política e de seus principais debates. Por outro, o aprofundamento da discussão sobre o dualismo organizacional pode contribuir com o debate contemporâneo acerca da organização das classes oprimidas²¹, trazendo elementos para a reflexão daqueles que se interessam por

²¹ O conceito de classes oprimidas, aqui, fundamenta-se em Errandonea (1989). Trata-se de conceituar as classes sociais a partir da categoria dominação, que abarca a exploração. Assim concebidas, as classes sociais estariam para além da esfera econômica e das relações de trabalho; a luta de classes caracterizar-se-ia por dois amplos conjuntos de classes dominadas e dominantes, oprimidas e opressoras. As classes

movimentos de resistência e luta contra a dominação em geral, e o capitalismo e o Estado em particular.

Referências Bibliográficas

BAKUNIN, Mikhail. Carta a Morago de 21 de maio de 1872. In: *CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes*. IIHS de Amsterdã, 2000a.

_____. Carta a Cerretti de 13-27 de março de 1872. In: *CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes*. IIHS de Amsterdã, 2000b.

_____. Status Secrets de l'Alliance: programme et objet de l'organisation révolutionnaire des frères internationaux. In: *CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes*. IIHS de Amsterdã, 2000c.

_____. Status Secrets de l'Alliance: organization de l'Alliance des frères internationaux. In: *CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes*. IIHS de Amsterdã, 2000d.

_____. Aux compagnons de la Fédération des sections internationales du Jura. In: *CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes*. IIHS de Amsterdã, 2000e.

_____. *A Política da Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2008.

CORRÊA, Felipe. Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis. In: *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.

_____. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo: USP (Mudança Social e Participação Política), 2012.

_____. *Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo (1868-2012)*. São Paulo: Biblioteca Virtual Faísca, 2013.

DUNOIS, Amédée. Anarquismo e Organização. In: *Anarkismo.net*, 2010. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/16943>.

ERRANDONEA, Alfredo. *Sociologia de la Dominación*. Montevideo/Buenos Aires:

oprimidas são compostas por trabalhadores assalariados da cidade e do campo, camponeses, precarizados, marginalizados e pobres de maneira geral; as classes dominantes incluem, além da burguesia (proprietários dos meios de produção), ricos, gestores das grandes empresas, gestores do Estado como governantes, militares de alto escalão e juizes, além de parte significativa dos proprietários dos grandes meios de informação (mídia), dos líderes religiosos e daqueles que monopolizam estrategicamente o conhecimento.

Nordan/Tupac, 1989.

FAKB (Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária). Plataforma da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária. In: SCHMIDT, Michael. *Anarquismo Búlgaro em Armas*. São Paulo: Faísca, 2009.

GALLEANI, Luigi. *The Principal of Organization to the Light of Anarchism*. Anarchist Library, 2011. Disponível em: <http://theanarchistlibrary.org/library/luigi-galleani-the-principal-of-organization-to-the-light-of-anarchism>.

KOLPINSKY, N. Y. Epílogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscou: Progreso, 1976.

MALATESTA, Errico. Sindicalismo: a crítica de um anarquista. In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

_____. A Organização II. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000a.

_____. A Organização das Massas Operárias contra o Governo e os Patrões. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000b.

_____. *Ideologia Anarquista*. Montevideú: Recortes, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscou: Progreso, 1976.

MONATTE, Pierre. Em Defesa do Sindicalismo. In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

NETTLAU, Max. *Errico Malatesta: la vida de un anarquista*. Rosário: Pensamiento y Voluntad, 2012.

SCHMIDT, Michael. *Anarquismo Búlgaro em Armas: a linha de massas anarco-comunista*. Vol. I. São Paulo: Faísca, 2009.

_____. *Brève Histoire de L'Anarchisme*. Quebec: Lux, 2012.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

_____. *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, no prelo.

SILVA, Rafael V. Os Revolucionários Ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo. In: ITHA, 2013. Disponível em:

<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/02/20/rafael-v-da-silva-os-revolucionarios-ineficazes-de-hobsbawm/>



Felipe Corrêa

Editor pós-graduado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e mestre pela Universidade de São Paulo (EACH), no programa de Mudança Social e Participação Política. Membro da Comissão Editorial da Faísca Publicações e do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA). E-mail: felipecorreapedro@gmail.com.

Os Desdobramentos do Planejamento Urbanístico de Goiânia

**Gizelly Braz Vieira dos Santos
Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu**

As mudanças que ocorreram em 1930 foi um marco para a história do Estado de Goiás modificando o cenário político e socioeconômico vigente. O planejamento que visava a construção de Goiânia, atual capital de Goiás, se desenvolveu com o olhar para o futuro. Seu crescimento foi possível devido a investimentos e a um ideal mudancista. A ocupação do seu território prosperou devido às necessidades do capitalismo em se expandir para o interior do país, e dessa forma, o Estado teve um papel importante, criando as possibilidades para seu avanço, contudo a construção de Goiânia figurou como uma dessas estratégias. Os funcionários públicos e migrantes de outros estados ocuparam os espaços da nova capital.

Com esse fluxo migratório crescente, surgiram alguns conflitos sociais também caracterizados pela necessidade de habitação para a maioria daqueles que chegavam em Goiânia. Nesse contexto, inicia-se o processo de segregação e intensificação da luta de classes que ainda hoje permanece. A infraestrutura e moradias dignas, esperada por todos para o íntegro desenvolvimento social, não alcançam toda sociedade. Sob esse cenário, esse artigo ressalta as transformações políticas, socioeconômicas e paisagísticas que deram origem ao novo espaço urbano de Goiânia.

Goiânia é uma cidade planejada que se desenvolveu sob a égide do capitalismo e possibilitou o crescimento populacional urbano. Tendo em mente a aceleração do crescimento da cidade, a ocupação do território foi incentivada pelo Estado. Os recursos para a construção planejada de Goiânia, na década de 30, também oriundos do governo federal, capital esse, conseguido pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira em parceria com aquele. Sob esse prisma, Oliveira (2008, p. 6) ressalta que: “O planejamento, a organização, a disposição de recursos e as construções foram exercidos pelo Estado, que dispôs de serviços de empresas particulares atuando sob seu controle”.

Oliveira (2008) ressalta que essa característica marca um período da história caracterizado por ele como desenvolvimentismo, que prevaleceu nas cidades planejadas. O projeto urbanístico iniciado por Atilio Corrêa Lima caracterizava fortemente a influência do urbanismo francês, mas posteriormente o urbanista pioneiro foi substituído por Armando de Godói que adotou, segundo Daher (2009), o modelo das cidades-jardim

inglesas.

O conceito de cidades-jardim de acordo com Daher (2009) se deve a influências de Camillo Sitte²² que teve como referência Ebenezer Howard²³, criador dessa característica. Mas Sitte buscou referência histórica na Idade Média, que em sua concepção esse período possuía um exemplo de cidade e sociedade, enfocando a escala humana do espaço físico, a preocupação com a estética, com o ser humano, em detrimento dos objetivos econômicos, qualidades não consideradas nas cidades modernas.

Nessa perspectiva, a influência das características de Sitte e Howard não se estendeu plenamente no planejamento urbanístico capitalista de Goiânia. A preocupação com o ser humano era limitada a grupos sociais específicos integrados por políticos e profissionais envolvidos diretamente no projeto. A população, que chegava na cidade, se abrigava em habitações precárias sem as mínimas condições de higiene e serviços básicos para o pleno desenvolvimento do ser humano.

Daher (2009) afirma que para Howard a industrialização levou para as grandes metrópoles a decadência devido o surgimento da poluição do meio ambiente, baixa qualidade de vida e alto custo para manter as necessidades básicas de sobrevivência. Em contrapartida, a vida no campo tinha também suas desvantagens caracterizadas por baixos salários, desemprego, terras improdutivas e restritas áreas de lazer. Para Howard a cidade ideal deveria ser um complemento das vantagens do mundo rural e do mundo urbano. Contudo, Goiânia foi produto do capitalismo, construída para determinados grupos sociais privilegiados e segregando grupos desfavorecidos. Nesse período, com o avanço do capitalismo o campo passou a ser mais um meio de reprodução.

Após o período de planejamento e construção, Goiânia foi crescendo e tomando outra forma, não caracterizando o projeto idealizado por seus criadores, Atílio Corrêa Lima e Armando de Godói. A ocupação anteriormente estabelecida pelo projeto urbanístico pioneiro foi respeitada apenas inicialmente e determinados grupos sociais se estabeleceram na região central enquanto outros grupos menos favorecidos ocuparam as regiões mais afastadas e desprovidas de serviços básicos necessários ao pleno

²² O arquiteto austríaco Camillo Sitte (1843-1903) exerceu influência nos autores com modelo de cidades jardim [...] Sitte aconselhava a necessidade de estudar a cidade sob todos os aspectos, antes de propor um projeto e sua extensão, como a sua economia, geografia, história e etc. (DAHER, 2009, p. 78)

²³ Ebenezer Howard (1850-1928) criou as cidades jardim no início do século XX, na Inglaterra. Ele não era urbanista, mas contou com a ajuda de profissionais da área para projetar várias cidades, segundo suas teorias. (Idem, p.78)

desenvolvimento. Sob esse prisma, na ocupação do espaço da nova capital, Pastore (1984) *apud* Oliveira (2008, p. 7) afirma que:

Há durante esse período uma diferenciação nos padrões de parcelamento. De um lado surgem os loteamentos visando um mercado de maior renda, de outro, aqueles destinados às populações de renda média e baixa. Os primeiros apresentando lotes maiores, mais bem situados em relação ao centro da cidade, cotados de avenidas largas com amplos espaços de praças e áreas de uso institucional e, para os demais loteamentos podem ser observados: a redução da área dos lotes, situação desfavorável seja pela distância, seja pelas barreiras de acesso [...] o seu desenho se diferenciará apresentando vias de largura média em formato de malha simples enquanto os primeiros apresentavam ainda influências do projeto de Atílio Corrêa Lima.

Para Daher (2009), Godói desestruturou a ideia de expansão idealizada por Atílio, pois fixou o espaço de Goiânia dentro de um perímetro fechado limitando sua população e desestruturando a ideia de expansão da cidade. Apesar da tentativa de desestruturação do crescimento demográfico citado por Daher (2009) isso não impediu a real expansão populacional. O traçado do Setor Sul, por exemplo, apresenta-se desconectado do projeto pioneiro que tinha um desenho claro e funcional, com ruas de grande circulação e outras somente para acesso dos moradores. A autora enfatiza ainda que:

Godói não entendeu o significado da cidade-jardim, muito maior que um simples traçado físico. Ele não teve a lucidez de prever que a realidade econômica, social, e política não admitiriam essa proposta. Consequentemente, o seu traçado físico não teria êxito, pois só sobreviveria no espaço se fosse assegurado pela sociedade idealizada por Howard (DAHER, 2009, p. 84).

O crescimento e desenvolvimento da nova capital impulsionou o êxodo rural e Goiânia passou a receber um número significativo de migrantes, ocasionando um aumento populacional na década de 1960 em 153,9% (OLIVEIRA, 2008).

Com o crescimento contínuo da população goianiense caracterizada pela migração para o espaço urbano da nova capital, a demanda por espaço e moradia se intensificou. Com isso, houve a intervenção do Estado através da legislação para o desenvolvimento de novas construções, assim o capital imobiliário desloca o seu olhar para o entorno de Goiânia, intensificando o desenvolvimento e crescimento de outras cidades. Freitas (2007, p. 8) destaca que:

O crescimento da Região Metropolitana como um todo está diretamente relacionado com a expansão de Goiânia, principalmente entre o início da década de 1970, já se começam a sentir sinais de esgotamento. E como a legislação em Goiânia criou maiores dificuldades para o parcelamento do solo na capital, grande parte do

capital imobiliário se deslocou para o entorno da capital, principalmente para Aparecida de Goiânia.

Com a ocupação do território, houve o parcelamento do solo constituindo uma segregação social no espaço urbano acentuando a exclusão da população de baixa renda, pois os migrantes não tinham condições de adquirir as construções que caracterizavam o desenvolvimento urbano. Esse processo de exclusão se reafirma na contemporaneidade com mais intensidade, causando assim, os conflitos sociais urbanos.

Para diminuir esses conflitos faz-se necessário um planejamento urbano conectado de forma intensiva com políticas de desenvolvimento regional que tenha como objetivo primordial, minimizar as desigualdades regionais diminuindo o fluxo migratório para as metrópoles brasileiras (FREITAS, 2007).

Apesar de ser uma cidade planejada, Goiânia convive com problemas típicos de uma capital que não foi construída através de tal planejamento. Devido ao crescimento populacional, a cidade apresenta conflitos nos espaços urbanos caracterizados pela habitação. As áreas ocupadas na região central ou bairros em que a infraestrutura, asfalto, esgoto, saúde, educação, transporte público, escolas, praças, iluminação, alcança seus moradores encontram-se superpovoadas, contudo, os bairros mais afastados dessas regiões vão se multiplicando mesmo não disponibilizando uma infraestrutura básica de atendimento às necessidades essenciais ao desenvolvimento humano.

Maricato (1997) ressalta que ao se comprar uma casa, o novo proprietário também compra a oportunidade de acesso aos serviços disponíveis e toda infraestrutura da região em que a casa se localiza. Sob esse prisma, há a variação de preços entre uma região e outra, assim, os locais que oferecem maior infraestrutura cobram indiretamente pela facilidade de acesso a esses serviços.

Após a transferência da capital para Goiânia, a cidade passou a ser o centro político administrativo, portanto, muitos funcionários públicos vieram morar na nova capital. Segundo Valva (2001) entre a Avenida Paranaíba e a Estação Ferroviária foi construído o Bairro Popular que era constituído de casas simples, com a presença de jardins na frente da residência possibilitando a aproximação do espaço público no convívio particular. A autora afirma ainda que hoje a paisagem está modificada percebendo-se apenas vestígios da proposta anteriormente construída.

A ocupação do espaço de Goiânia foi formada inicialmente por funcionários públicos, comerciantes, operários da construção civil e especuladores imobiliários. O

crescimento populacional superou a previsão dos 50 mil habitantes em um espaço de 30 anos no projeto urbanístico apresentado. O fluxo migratório aumenta e na década de 1950, se intensifica com a migração de populações vindas dos estados de Minas Gerais, Bahia e Nordeste. Já na década de 60, a população chegou a 150.000 mil habitantes devido à nova realidade econômica brasileira e as consequências em Goiás. Nesse cenário, com o desenvolvimento do Estado e com a política de interiorização do presidente Getúlio Vargas a população continuou a crescer (VALVA, 2001).

Devido ao crescimento populacional e a expansão do capitalismo, a sociedade vai se moldando e adaptando às novas realidades que vão surgindo, contudo, há um processo de exclusão característico também em outras cidades. Nesse aspecto, torna-se inviável a manutenção das ideias de seus criadores. O crescimento da marginalidade e violência vinculam os moradores a se protegerem, dessa forma, os antigos e idealizados jardins do plano inicial, cedem lugar a altos muros, descaracterizando o projeto inicial, demonstrando assim, que os interesses do capital imobiliário ia se expandindo, com uma demonstração de preocupação com a propriedade privada, uma vez que os muros expressam o cercamento de uma propriedade e expressão das classes sociais existentes. Nesse raciocínio, Valva (2001) ressalta que devido ao desenvolvimento e crescimento vai se formando na cidade o convívio com o medo e com a violência.

Quanto ao aspecto econômico atual, Goiânia se integra ao setor terciário, caracterizado pela prestação de serviços e, segundo Valva (2001), de 1964 a 1975, Goiânia consolidou-se como centro administrativo, comercial, financeiro e de serviços, caracterizando um período de expansão do capitalismo. Ainda segundo a autora, o comércio e o setor de serviços tornaram-se as maiores fontes de emprego em consequência da produção agrícola e industrial que se desenvolvia aqui, demonstrando que houve uma intensificação da exploração das classes oprimidas na história de Goiânia.

Hoje, com uma população de aproximadamente 1.302.001 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), seu espaço urbano é constituído por novas paisagens que caracterizam um novo período marcado por mudanças e transformações constantes.

Apesar de ter sido construída com características de cidade-jardim e ter se desvinculado esteticamente do projeto inicial, relacionado a jardins na frente das construções residenciais, Goiânia ainda é constituída de áreas verdes públicas que

buscam resgatar a tranquilidade do meio rural, contudo, essas áreas são elitizadas e frequentadas por grupos sociais privilegiados, enquanto a grande massa populacional é destituída de locais para lazer. A paisagem natural é utilizada como um refúgio do stress da vida moderna, o que cria uma falsa sensação de qualidade de vida, já que as relações sociais que provocam o descontentamento social continuam existindo, em detrimento da paisagem, em contrapartida, essas áreas também são utilizadas como um fator de valorização de determinadas áreas da capital, constituindo, mais uma vez, a segregação de alguns grupos sociais. Moreira e Silva (2012, p. 244) afirmam que:

A administração pública de Goiânia coloca a implantação de parques urbanos na capital como uma contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. No entanto, o Plano de Arborização manifesta o interesse da implantação desses espaços para a valorização do solo urbano.

O centro de Goiânia é constituído pelo comércio e por moradias estruturadas há décadas. Alguns prédios edificadas no início da construção da capital e que foram tombados, hoje, abrigam agências bancárias e o comércio de forma geral.

O Grande Hotel de Goiânia, onde funcionava a Secretaria Municipal de Cultura e oferecia cursos relacionados às expressões culturais como balé, aulas de teclado, violão, dança de salão, entre outros, hoje abriga uma unidade de atendimento vinculada à Secretaria, mas atualmente não oferece os cursos citados anteriormente, não tendo data prevista para a retomada das atividades. A diversificação de manifestações culturais e o desenvolvimento contemporâneo permitem a integração do passado com o presente, demonstrando que assim como no pretérito, na atualidade as relações sociais estabelecidas seguem os interesses do capital.

Depois da descaracterização do plano inicial, a cidade assemelhou-se a outros lugares. A heterogeneidade atual da paisagem goianiense reproduz formas cores e conflitos existentes também em outras localidades, como se formasse então uma paisagem global (VALVA, 2001).

Outra leitura também pode ser feita desse cenário. No centro da nova capital há o contraste do desenvolvimento econômico esperado e idealizado na década de 1930, período esse, marcado por fortes transformações em Goiás. Por outro lado, prédios históricos tombados buscam resgatar partes da história da construção de Goiânia, cujo patrimônio arquitetônico é uma estratégia do Estado para reproduzir a história demarcada pelo conflito entre as classes privilegiadas e as classes menos favorecidas.

Caso essas ações fossem desenvolvidas, provavelmente haveria maior

assimilação quanto à leitura que pode ser feita dos prédios que compõem o cenário da região central da capital. Assim, esse patrimônio poderia integrar uma rota turística até então adormecida atualmente. Para Portuguese (2004, p.3) “Pensar o espaço turístico a partir de suas formas arquitetônicas antigas significa um esforço de interpretação do mundo vivido pelos grupos sociais que antecederam a vida moderna [...]”.

O tombamento, desses prédios, objetiva o resgate, a rememoração coletiva sobre os aspectos políticos e socioeconômicos que envolveram o processo da construção da atual capital, ao mesmo tempo em que as dinâmicas, que envolvem a vida dos cidadãos da contemporaneidade, refletem o desejo do contínuo desenvolvimento e a inserção no contexto atualizado, dinâmico e promissor espelhado nas grandes metrópoles brasileiras, reforçando o desejo de se integrar e participar do processo global que unem as grandes capitais, tendo como referência, os interesses do capital.

Referências Bibliográficas

DAHER, Tânia. O projeto original de Goiânia. *Revista UFG*, v. 11, n. 6, jun. 2009.

Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/projetooriginal.pdf.

Acesso: 19 abr. 2013

FREITAS, César Augustus Labre Lemos de. *Movimentos sociais urbanos, estado e capital imobiliário em Goiânia*. 2007. Disponível em:

www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com Acesso: 19 abr. 2013

GRANDE Hotel oferece cursos nas áreas de música, teatro, dança e cinema. Disponível

em: <http://www.jornalreporter.com.br/post/633/goiania-e-entorno/grande-hotel-oferece-cursos-nas-areas-de-musica-teatro-danca-e-cinema> Acesso: 19 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Goiânia: dados básicos*. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=520870>. Acesso: 22 abr. 2013

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. . *Revista Espaço & Debate*. São Paulo: Atual 1997.

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima Rodrigues; SILVA, Clarinda Aparecida da. Paisagem urbana e áreas verdes: contexto dos parques urbanos de Goiânia. *Revista B. goiano geogr.*, v. 32, n. 2, jul/dez, p. 239 – 254. Disponível em:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/21090/13157> . Acesso: 19 abr.

2013.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. *A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital*. 2008. Disponível em:

http://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/uploads/215/original_Oliveira_ad_o_francisco_reproducao_espa_o.pdf. Acesso: 16 de abr. 2013

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, planejamento socioespacial e Patrimônio Histórico-Cultural. In: *Turismo, Memória e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Roca, 2004.

VALVA, Milena D'ayala. *Do sertão que quer ser cidade: Goiânia e a paisagem social*. (Dissertação de mestrado). UFMG. Escola de arquitetura, 2001.

Gizelly Braz Vieira dos Santos

Tecnóloga em Turismo pelo CEFET-GO, Especialista em História Cultura pela UFG e aluna especial do mestrado Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. TECCER-UEG.

E-mail: gizabraz@hotmail.com.

Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu

Graduada em Biblioteconomia pela UFG e Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UEG.

E-mail: cidatsu@hotmail.com.

Industrialização, Impasses do Desenvolvimentismo e a Educação Ambiental

Ivonaldo Leite

O presente ensaio tem como propósito passar em revista as incongruências contemporâneas do capitalismo industrial, com os seus rebatimentos sobre o chamado desenvolvimentismo, e, ao mesmo tempo, pretende evidenciar, nesse quadro, a necessidade de se estabelecer uma conexão com a questão ecológica, chamando a atenção para o imperativo de se assumir uma concepção alternativa de educação ambiental, na senda da estruturação de um novo projeto de sociedade.

Na perspectiva desenvolvimentista clássica, mais conhecida no Brasil pelas formulações de Celso Furtado, deve-se apostar na industrialização para enfrentar o problema do subdesenvolvimento.

Isto por que, fundamentalmente, compreende-se, com a industrialização, por um lado, corta-se o ‘nó górdio’ da relação que deteriora continuamente os preços de intercâmbio, pois supõe-se que se os países subdesenvolvidos passarem a exportar produtos manufaturados, ao invés de bens primários, a relação de intercâmbio modificar-se favoravelmente a eles; por outro, acredita-se, põe-se fim à *inflação estrutural* que advém da insuficiente dinâmica do setor externo, resultante precisamente da relação de intercâmbio desfavorável. De outra parte, perante a questão da oposição entre o setor ‘moderno’ e o setor ‘atrasado’, que debilita o mercado interno e gera uma inflação de custos e preços desfavorável à expansão do ‘moderno’ (que passa a ser a indústria), se propõe a reforma agrária com o propósito de que ela, ao mesmo tempo que aumente a oferta de alimentos, crie o mercado interno, *desbloqueando* a acumulação, no sentido de viabilizar a industrialização.

A coordenação da implementação da industrialização caberia ao Estado, um *Estado-planejador*, que deveria levar a cabo um programa assente em postulados como ‘sadio protecionismo’, ‘política adequada’ de alocação de recursos estrangeiros, substituição das importações, ampliação da capacidade de consumo interno, etc. Como está evidente, a adoção desse programa demanda a estruturação de uma agenda *step by step* da cadeia que corporifica o processo de industrialização, tendo em conta a devida gradação dos bens econômicos, assim como considerando, ainda, os necessários

mecanismos de controle de capitais.

Trata-se de um programa que, de forma implícita ou explícita, nutre-se de um juízo de valor ancorado na ideia de ‘intervenção para superar o subdesenvolvimento’. E para isto as fichas são apostadas na ampliação da industrialização. Na universalização do modelo de desenvolvimento que emergiu nos países centrais sob o impulso do capitalismo industrial, algures denominado ‘civilização industrial’. Contudo, mesmo que, em retrospecto histórico, se deva reconhecer o contributo ao debate aportando por esta perspectiva – sobretudo na América Latina, ao colocar a questão em torno de centro e periferia mundial -, contemporaneamente, no entanto, é de se assinalar que ela se apresenta bastante problemática.

O próprio Celso Furtado, em forma de balanço do que propugnou, pouco antes do seu falecimento, reconheceu isso e chamou a atenção para necessidade de se buscar novos caminhos, outros modelos alternativos de desenvolvimento. Manifestou descrença nos rumos tomados pela dita ‘civilização industrial’, pondo em questão o próprio desenvolvimento como garantia, *per si*, de bem-estar coletivo, mesmo nos países centrais. Enfatizou ele:

Hoje, faço uma reflexão complementar: o desenvolvimento dos países que estão na vanguarda do progresso tecnológico também parece ter tomado uma direção errada, que leva a outro tipo de bloqueio. Há mais de vinte anos, já me parecia claro que a entropia do universo aumenta, isto é, que o processo global de desenvolvimento tem um considerável custo ecológico. Mas só agora esse processo se apresenta como uma ameaça à própria humanidade. O fato é que a civilização industrial e o modelo de vida por ela engendrado têm um custo considerável em recursos não-renováveis. Generalizar esse modelo para toda a humanidade, o que é a promessa do chamado desenvolvimento econômico, seria apressar uma catástrofe planetária que parece inevitável se não se mudar o curso desta civilização (FURTADO, 2002, p. 78).

Apesar de, durante toda a sua vida, ter operado teoricamente com o conceito de civilização industrial e de se ter dedicado à difusão da ideia de promoção da industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento, Furtado acabou por reconhecer os impasses desse caminho, e realçou a necessidade de se buscar outras alternativas. Neste sentido, realçou:

Ao cabo de uma jornada de meio século (...), permito-me arriscar-me a abrir algumas pistas para a orientação dos jovens (...) e menos jovens. O valor do trabalho de (...) qualquer pesquisador, resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto. As ciências (...) evoluem graças aos que são capazes de ultrapassar certos limites. (...) Quando o consenso se impõe

a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem (...) perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso, e que deve ser cultivada. Perderá em pouco tempo a reverência diante do que está estabelecido e compendiado. E, à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a autoconfiança (IBIDEM, pp. 79, 80, 81).

Podemos então assinalar, diante do esgotamento do modelo clássico de desenvolvimento da 'civilização industrial', e em face das demandas ambientais contemporâneas, que a busca por um outro desenvolvimento requer caminhar por caminhos ainda não trilhados. Cotejando-se o que é com que se deseja, considerando como o mundo é e como se quer que ele seja, começamos então a entrar no centro da problemática de um outro desenvolvimento. E aí vamos descobrindo que não há como pavimentar o caminho desse desenvolvimento alternativo, insurgente, se não se estabelecer uma conexão com a educação, especificamente com a educação ambiental. Contudo, assim como não é qualquer desenvolvimento que nos serve, não há de ser também qualquer educação ambiental que está à altura do enfrentamento dos desafios sociais contemporâneos. Há concepções em disputa, o que significa, por outro lado, que opções devem ser feitas.

Sem cair no modismo, que costuma servir a propósitos não revelados, está bastante evidente, atualmente, que a crise ecológica se impõe anunciando catástrofes, algumas das quais a população mundial já conheceu amostras muito concretas, a exemplo do furacão Katrina e dos ciclones tropicais. Por que, apesar de se saber dos perigos decorrentes da degradação ecológica, continua-se a seguir a ideologia produtivista, o desenvolvimentismo a qualquer custo, com a devastação em escala ascendente do meio ambiente? Este é o ponto da questão. A resposta à tal indagação, sem meios termos, deve dizer como as coisas são: tem a ver com poder/com as concepções que estão em jogo no debate ambiental.

Na focagem do problema ecológico, há abordagens que chegam mesmo a se antagonizarem na identificação dos seus aspectos determinantes. Um reflexo disso pode ser constatado, por exemplo, no modo como a Educação Ambiental tem sido enfocada. Ou seja, trata-se de ter em conta que existem abordagens sobre Educação Ambiental que não só a enfocam de modo limitado como também, por vezes, verifica-se a predominância de perspectivas que têm o propósito de "mascarar" as causas da crise ecológica.

É possível categorizar, de acordo com uma incursão na bibliografia/em documentos governamentais e de organizações internacionais (como a UNESCO), a existência, pelo menos, de três concepções a respeito da Educação Ambiental, conforme o quadro a seguir.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL*

DIMENSÕES	CONCEPÇÕES		
	NATURALISTA	SÓCIO-INSTRUMENTAL	CONTRA-HEGEMÔNICA
Definição de ambiente	Restrita ao meio ambiente físico, natural	Justaposição entre ambiente físico e social	Interpenetração entre ambiente físico e social
Economia	Sem maiores considerações a respeito, prevalência da economia de mercado	Defesa da economia de mercado, de par com o discurso do desenvolvimento sustentável	Novas lógicas econômicas: crítica ao imperativo da acumulação, busca da autogestão
Forma de conceber o conhecimento	Disciplinar	Interdisciplinar	Princípio da totalidade
Educação	Centralidade da educação escolar	Centralidade da educação escolar	Educação escolar articulada com modalidades educativas não-formais
Perspectiva pedagógica	Prescritiva/normativa	Prescritiva/normativa	Analítico-reflexiva e ético-política
Porta-vozes	Representantes das ciências físico-naturais	Organizações internacionais, como a UNESCO, e órgãos de governos	Movimentos sociais e redes, como a EIN

* O quadro é construído a partir de duas perspectivas: pesquisas empíricas e revisões bibliográficas feitas no âmbito das mesmas, considerando, dentro outros, UNESCO (1985), EIN (2012), Löwy (2005), Kovel (2012).

Mesmo que os docentes, por vezes, levem a cabo perspectivas das três concepções, registra-se a tendência para que, com as devidas exceções, eles se situem, de

um modo geral, nos marcos de uma delas. Passemos à interpretação analítica do quadro.

No que se refere à primeira dimensão (a definição de ambiente), é de se reter que a *concepção naturalista* compreende o meio ambiente apenas como ambiente físico, que diz respeito à natureza, pondo-se em sintonia com a formulação que remonta à elaboração de Ernst Haeckel, referente à morfologia geral dos organismos, a qual constituiu a ecologia como área científica, vinculada à biologia, tendo como propósito estudar a relação entre as espécies animais e o seu meio orgânico e inorgânico.

Trata-se de uma concepção que não tem em conta a relação com o social; logo, por exemplo, não se detém em considerações acerca dos fatores econômicos, pondo em evidência o modo como eles interferem no meio ambiente, a sua dinâmica na eclosão do desequilíbrio ecológico. Assim, pela omissão, não questiona o caráter degradante da economia de mercado sobre o meio ambiente. Fundamentalmente, o que aqui se tem é uma abordagem a partir de um único campo disciplinar, isto é, a biologia, sem interação com outros campos científicos. A sua perspectiva de educação ambiental é regida pela lógica escolar, seja nas próprias escolas, seja em iniciativas externas a esta, pelo que, no básico, não se tem em apreço os saberes das comunidades e dos sujeitos sobre os quais a ação da educação ambiental deve incidir. Ela assume uma postura de, normativamente, prescrever comportamentos a serem adotados. De modo geral, além dos biólogos, trata-se de uma concepção que tem como porta-vozes outros representantes das ciências físico-naturais.

Muito embora a *concepção sócio-instrumental* tenha pontos de contacto com a *naturalista*, ela tem uma perspectiva que a diferencia daquela. A este respeito, pode ser mencionado que a concepção sócio-instrumental reconhece/assume a dimensão social na discussão sobre a questão ambiental, mas o faz de um modo que, com algumas exceções, significa uma justaposição entre o natural e o social, quer dizer, sem concebê-los como interação, constituindo uma mesma e única realidade. Essa concepção reconhece os efeitos devastadores da economia de mercado sobre o meio ambiente; porém, as iniciativas que propugna são pensadas dentro dos marcos da referida economia, apelando para ideia de desenvolvimento sustentável, o que quer dizer, também, que as propostas para enfrentar a crise ecológica não devem romper com a lógica estrutural do sistema. Até por assimilar o aspecto social, essa concepção faz o discurso da interdisciplinaridade, o que, não poucas vezes, representa meramente a junção (estranque) de enfoques disciplinares distintos. Como a *concepção naturalista*, a *sócio-instrumental*

centra-se, também, fundamentalmente na educação escolar, prescrevendo, de modo normativo, ações educacionais para a população, numa postura talvez até mais exógena do que a da concepção naturalista. Isto porque são prescrições, em muitos casos, realizadas por organizações externas, como a UNESCO (1985). Dessa forma, trata-se de uma concepção sócio-instrumental - *sócio*, porque assimila a dimensão social, mas *instrumental*, porque é uma concepção que tem como propósito básico *instrumentalizar* a ação educativa, em função do seu *background*, não tendo em atenção uma focagem analítica que ponha em questão os determinantes sistêmico-estruturais responsáveis pela crise ambiental.

No que se refere à *concepção contra-hegemônica*, a perspectiva é diferente das duas anteriores. Antes de tudo, porque trata-se de uma concepção alternativa às abordagens hegemônicas, dominantes, no campo do debate ecológico e da educação ambiental. Daí ela ser contra-hegemônica. Um exemplo dos seus porta-vozes é a *Ecosocilist Intenational Network (EIN)*, rede/movimento social que emergiu de uma Conferência em outubro de 2007, em Paris, com a participação de representantes, além de França, da Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Chipre, Dinamarca, Grécia, Itália, Suíça, Reino Unido e EUA. Nesse mesmo encontro, decidiu-se que, em janeiro de 2009, seria realizada uma Conferência Internacional do movimento em Belém do Pará, por ocasião do Fórum Social Mundial, o que de fato ocorreu.

Em Belém, distribuiu-se um documento intitulado *Declaração de Belém*, que, assinado por representantes de 35 países, expressa as posições oficiais da EIN.

Ao tratar da crise ecológica, a EIN, através da referida Declaração, procura diferenciar a sua análise das abordagens convencionais, assinalando que o problema ecológico decorre do caráter estrutural da economia capitalista, do modo como ela funciona, e, portanto, as causas da crise são sistêmicas, pelo que as abordagens convencionais revelam-se limitadas, pois não captam este fato e, assim, não partem de um pressuposto que leve à raiz do problema (EIN, 2011).

Concebendo a questão ecológica de forma alternativa, também é alternativa a maneira como a educação aparece no posicionamento da EIN. Ou seja, tem-se uma compreensão comprometida com *uma outra educação ambiental*, que supere os enfoques parciais sobre a matéria, indo às causas da ameaça do colapso ecológico e apontando as medidas apropriadas para o seu enfrentamento. Podem ser apontadas algumas linhas do tipo de educação ambiental da EIN.

A *primeira* é que a educação ambiental deve mostrar as implicações sociais do colapso ecológico, descentrando a abordagem sobre o assunto do meio natural e da perspectiva sócio-instrumental.

Isto porque, entende a EIN, os efeitos da desertificação, da escassez de água e da crise alimentar atingirão o mundo de forma desproporcional. Os ‘pobres globais’, por exemplo, terão mais dificuldade para encontrar fontes de alimento e de água, bem como para obter cuidados médicos ou ajuda de emergência em caso de desastres. Neste sentido, os efeitos do Furação Katrina sobre Nova Orleans, em 2005, podem ser tomados como um exemplo paradigmático.

Como assinalam os ecossocialistas Löwy (2005) e Kovel (2012), o colapso ambiental fará com que segurança, saúde, comida, água e habitação adequada tornem-se bens extremamente escassos. As lutas na periferia mundial, e além dela, terão a forma de lutas para se alcançar bens básicos, como comida e moradia. Por outro lado, a privatização tende a ser aprofundada para tornar, na disputa pela sobrevivência, o acesso a tais bens restrito aos que têm poder econômico.

A gravidade disto é intensa, pois hoje a divisão entre ricos e pobres tem configurado dois mundos extremos. Por exemplo, aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia e aproximadamente 3 bilhões vivem com menos de dois (Ibidem).

A *segunda linha* do tipo de educação ambiental propugnada pela EIN diz respeito ao próprio conceito de educação. Ou seja, ele não é entendido como sendo reduzido à escola. Aliás, pelo contrário, aposta-se fortemente na educação não-formal, designadamente na que acontece nos movimentos sociais. É pela práxis, entende-se (EIN, 2012), e não em salas fechadas, que as ações contra a degradação ambiental e as suas consequências devem se realizar. Trata-se, assim, de levar a cabo um trabalho educativo para a luta e na luta sócio-ambiental.

É um trabalho, como é próprio da atuação nos espaços educativos não-formais, voltado à socialização e à ressocialização, com estas adquirindo, no entanto, em função dos propósitos da EIA, uma dimensão que estruture a construção de uma sociabilidade *para além dos ditames do mercado*.

Last but not least, a *terceira linha* da educação ambiental ecossocialista refere-se, por assim dizer, ao seu caráter metodológico, isto é, ao modo como as suas abordagens são desenvolvidas. Os enfoques tradicionais sobre educação ambiental e os lugares-

comuns que lhes são próprios tenderiam denominá-lo com interdisciplinar, mas a perspectiva ecossocialista é mais do que isto. Metodologicamente, na relação com o conhecimento, o dispositivo que lhe orienta é o da *totalidade*, ou pode-se dizer também, à maneira de Sartre (1960), é o princípio da *totalização*.

Ou seja, de acordo com o princípio da totalização, há de se submeter os resultados obtidos pelas ciências particulares a dois crivos de avaliação: por um lado, ao *dispositivo da totalidade*, através do qual se procura relacionar dialeticamente os objetos elaborados por uma determinada ciência particular com a *totalidade social*, *mediatizando* e *desfetichizando* os objetos, fazendo com que eles deixem de ser meros “fatos” e se convertam em processos ou momentos de processos; por outro lado, ao crivo da *historicidade*, superando a pseudoconcreticidade com que os objetos analisados se apresentam, tornando-os então estados transitórios de um *permanente devir*.

Como se percebe, a concepção contra-hegemônica tem uma orientação que, frente às outras duas, lhe singulariza. Compreende o natural e o social de modo interpenetrado, constituindo uma só realidade, não como justaposição; indo além da economia de mercado, propugna novas lógicas econômicas, buscando a autogestão; no que concerne à forma de conceber o conhecimento, rege-se pelo princípio da totalidade/totalização; realça a educação como sendo mais do que a escola; e, pedagogicamente, supera a mera prescrição de ações educacionais, e assume uma postura analítico-reflexiva e ético-política.

A propósito da autogestão, na abordagem contra-hegemônica, embora não sendo possível tratar de forma ampliada do tema neste artigo, cabe realçar que a perspectiva aqui referida não se confunde com a que a concebe de maneira deturpada conceitualmente, e que a entende, por exemplo, como expressão de ‘procedimentos de gestão inovadores’ levados a cabo pela estrita lógica da administração capitalista, a exemplo das modalidades de gestão participativa que concentram as deliberações em torno do macro e descentralizam a operacionalização no plano micro, lançando mão do discurso da participação. A autogestão, como aqui referida, é tributária de um legado histórico, legado este pontuado por experiências que, mesmo tendo sido breves, tornaram-se referências na aspiração por uma outra sociedade. Neste sentido, podem ser realçadas, dentre outras, experiências da Comuna de Paris, da Revolução Russa (a de 1905 e os primeiros tempos da de 1917), da República Espanhola/Guerra Civil e mais recentemente o 25 de Abril lusitano, os tempos iniciais da Revolução dos Cravos

Portuguesa, entre 1974 e 1976 – mais precisamente, cerca de 19 meses. Como tem sido assinalado, em Portugal, “durante esses dezenove meses os centros ‘legítimos’ de decisão ficaram à mercê da rua” (RODRIGUES et. al., 1994, p. 05). Os tempos iniciais da Revolução Portuguesa têm sido apresentados como tempos de “jornadas de insatisfação e rebeldia, em que tudo parecia possível e cada um sentia que o rumo do país estava também nas suas mãos” (IBIDEM, p. 07). A situação mudou de configuração com o 25 de Novembro de 1975, quando um golpe pôs fim ao que se designou de Processo Revolucionário em Curso, o que levou Rodrigues (1999) a afirmar que o espírito do 25 de abril de 1974 foi traído.

Em modo de conclusão

Há de se assinalar, enfim, que o que está em causa é a procura por um novo projeto de sociedade, que inquiria sobre os *por quês* e o *para quem* do desenvolvimento. Esse projeto pressupõe ter em conta as concepções de educação ambiental anteriormente realçadas, na medida em que, a partir delas, são constituídas sociabilidades, estruturados padrões valorativos, configuradas modalidades de ação política, etc. Parece razoavelmente claro que, na busca pelo referido projeto, ter-se-á que tomar como referência a concepção contra-hegemônica de Educação Ambiental. Do contrário, não obstante a ‘pomposidade dos discursos’ e das declarações em torno da sustentabilidade, continuar-se-á prisioneiro da ideologia produtivista do mercado - do desenvolvimento a qualquer custo - ou, no máximo, da fraude que se oculta por trás de determinadas versões do desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

- EIN (Ecosocialist International Network), *The Belem Ecosocialist Declaration*. Disponível em: <<http://www.ecosocialistnetwork.org/>>. Acesso em: 27 de Out. de 2012.
- FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- KOVEL, Joel. *The enemy of nature: The end of capitalism or the end of the world*. New York: Zed Books, 2002.
- LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- UNESCO. *Interdisciplinary approaches in environmental education*, Paris: UNESCO/Division Science, Technical and Environmental Education, 1985.

RODRIGUES, Francisco Martins; BARRADAS, Ana; NOVO, Ângelo; BARATA, António; TAVARES, Beatriz; GOMES, Filipe; SOUSA, Rogério Dias. *O futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa: Dinossauro Edições, 1994.

_____. *Abril traído*. Lisboa: Dinossauro Edições, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique (précédé par question de méthode)*. Paris: Gallimard, 1960.

Ivonaldo Leite

Doutor em Ciências da Educação/Sociologia da Educação - Universidade do Porto. Professor da UFPB.

E-mail: ivonaldo.leite@gmail.com

A Resistência Corporal diante do Trabalho Alienado

Jean Costa Santana

Quando o sofrimento não pode expressar-se pelo pranto, ele faz chorarem os outros órgãos.

William Motsloy

No presente artigo procuramos apresentar o protesto corporal do trabalhador diante do trabalho alienado. Este protesto corporal é realizado diante da realidade exploratória e antinatural do trabalho assalariado moderno onde o trabalhador é obrigado, indiretamente, a se submeter. Entende-se esta obrigatoriedade na execução funcional do trabalho (para aqueles que vendem a sua força de trabalho) devido à privação dos meios de saciação das necessidades primárias humanas.

Acredita-se que o homem é obrigado a se submeter, devido as suas necessidades primárias, à organização de produção atual. Esta organização de produção atual, ou seja, o modo de produção capitalista se fundamenta, basicamente, na extração de mais valor, onde o capitalista (aquele que detém os meios de produção) e o trabalhador (aquele que vende sua força de trabalho) estão em constante acirramento (VIANA, 2009).

A principal forma que o trabalhador entra em submissão ao capitalista, logicamente, é através do seu trabalho. Esta submissão se torna necessária e indiretamente obrigatória, já que o trabalhador precisa vender a sua força de trabalho em troca de um salário e, através desse salário, comprar os meios (que são privados) sendo, estes meios, de suma importância para a saciação das necessidades fisiológicas primárias deste trabalhador. Através do salário, o trabalhador terá acesso aos meios necessários para sua sobrevivência. Portanto, o trabalho “digno” dentro da dinâmica do sistema capitalista se tornou uma obrigatoriedade indireta.

Neste presente artigo apresentaremos a dificuldade do trabalhador em se submeter a essa condição de trabalho estranha, ou seja, o trabalhador não tem no seu trabalho uma atividade livre, criativa e consciente, mas sim, uma luta diária, uma maneira de conservação de sua vida e existência em relações de opressão. A esta forma “penitente” do trabalho atual dá-se o nome de trabalho alienado (MARX 1988). Schneider (1977), citando Marx, definiu enfaticamente a estrutura do trabalho alienado e suas devidas consequências psíquicas ao trabalhador. Ele, Schneider, a partir dos escritos

de Marx sobre o trabalho alienado, descreve em seu livro, intitulado *Neuroses e classes sociais*, algumas consequências patológicas adquiridas pela forma de trabalho atual.

Segundo Schneider, o homem entra num processo de renúncia, no qual se atrofia e ao mesmo tempo nega as suas potencialidades e outras faculdades psíquicas emocionais ao se submeter ao trabalho alienado. Nesse sentido há uma separação da personalidade do trabalhador daquilo que se espera como função do trabalhador e este não tendo mais vontade própria nas linhas de produção, acaba se tornando um autômato, isto é, fora de si mesmo e separado daquilo que produz.

Em todo esse processo de despersonalização do trabalhador diante de seu trabalho, percebe-se a cisão interna implantada no homem, onde suas faculdades superiores inerentes a sua natureza humana são simplesmente descartadas ou, por uma lógica lucrativa, são requeridas do trabalhador. Por exemplo, é requerido do vendedor de uma loja de calçados, a racionalização de suas emoções. Por mais que este vendedor esteja passando por uma depressão crônica, é requerido do pobre vendedor que ele atenda o cliente com um sorriso e uma áurea “feliz”, mesmo custando um grande esforço emocional psicológico na defesa maquiada de seus verdadeiros sentimentos.

Freud (2006) ao analisar a repressão direcionada às necessidades-potencialidades naturais do homem, passou a entender que uma totalidade interligada entre mente e corpo compõe o homem. Logo, a cisão desta totalidade psíquica corporal, que no presente texto decorre do trabalho alienado, contribui para o desenvolvimento de algumas doenças derivadas desta fragmentação do homem que se despersonaliza ou se dessexualiza²⁴ pela sua obediência ao trabalho serviu imposto.

Através da metapsicologia, Freud (2006) apresenta que o homem em suas fontes instintivas, isto é, suas fontes enérgicas impulsivas e inatas que pelas necessidades fisiológicas, se manifestam pelas representações psicológicas compondo desta forma a totalidade do homem. A fonte de tal pulsão que emana dos instintos e o objetivo, assim como a finalidade de tais instintos, é a conservação da espécie humana. Depreende-se que o psíquico do homem conduzido pelas suas necessidades vitais tem por dinâmica sequencial a impulsão pelos instintos, isto é, o investimento no processo de objetivação-exteriorização da sua energia volitiva na transição e criação tanto concreta como abstrata do mundo externo. A partir do momento que as necessidades primárias do homem são

²⁴ No sentido freudiano do termo, indicando o acúmulo (tensão) ou retaliação das pulsões fisiológicas (instintos) ou dos impulsos sentimentais, emocionais ou psicológicos que atuam na formação do homem como um todo.

saciadas elas entram em foco suas potencialidades. Essas potencialidades, de grosso modo, é a posição ativa do homem diante da natureza e junto com seus instintos, o homem atua no seu ambiente e, por conseguinte, alterando-o conforme sua consciência e existência.

O homem através do autocontrole de seus instintos ele se humaniza, e este processo se realiza mediante o processo educacional (VYGOTSKY, 1996). No entanto, vemos a desintegração desse processo que se faz pelo trabalho moderno alienado onde o homem é fragmentado de sua totalidade e seus instintos racionalizados²⁵ e suprimidos pela repressão do trabalho servil.

A cisão patológica, a disfunção entre o ego e o id, que é a base da neurose, passa a existir somente, portanto, no decurso do desenvolvimento de um modo capitalista de produção, que compele a uma subsunção progressiva de qualquer tipo de espontaneidade, emoção ou instinto, sob o racionalismo do capital (SCHNEIDER, 1977, p.188).

O trabalho alienado alienou o homem de si mesmo. Esta forma de alienação moderna que no presente artigo enfatiza o trabalho (dentre várias outras formas de alienação como; cultural, ideológica, científica etc.), está relacionada com a dificuldade de identificação própria do homem consigo mesmo, esta que, pela organização do trabalho atual passa a deturpar o processo de construção de identidade do homem, que não tem espaço para a exteriorização e subjetivação pessoal. Gillespie citado por Fromm nos diz que:

O trabalho se torna cada vez mais rotineiro e irreflexivo (...) os diretores científicos despojam o trabalhador de seu direito de pensar e mover-se livremente. A vida está sendo negada; a necessidade de controle, a capacidade criadora, a curiosidade e a independência de pensamento estão sendo eliminadas, e o resultado, o resultado inevitável, é a fuga ou a luta por parte do trabalhador, a apatia ou a tendência destrutiva, a regressão psíquica. (GILLESPIE, 1948, *apud* FROMM, 1955, p. 119).

O homem inserido na própria renúncia imposta pelo trabalho alienado tem sua energia seus instintos e suas potencialidades amortecidas e petrificadas. Devido a realidade debilitante do trabalho fadigoso, o corpo se vê na obrigação de recalques dos sentimentos e emoções. Esta dificuldade de representação dos sentimentos, emoções, como também, das pulsões instintivas, devido a realidade frustrante do trabalhador, pode

²⁵ A racionalização aqui descrita, se refere à um mecanismo de defesa psicológico onde que, neste contexto de artigo, o trabalhador é constringido a embotar suas emoções e sentimentos moldando, forçadamente, sua personalidade aos pré-requisitos de determinada empresa e, assim, possa manter e garantir seu emprego.

desencadear quadros psicossomáticos. Esses quadros psicossomáticos são desencadeados justamente pela cisão da totalidade do trabalhador provocada trabalho alienado ou pelo acúmulo da energia instintiva (tensão) que a mesma forma de trabalho causa no trabalhador. Esta cisão pode se manifestar pela sabotagem inconsciente ou consciente do trabalhador (devido ao trabalho robotizado) em representar suas variações emocionais e sentimentais e o acúmulo das pulsões instintivas podem se tornar tóxicas e prejudiciais ao próprio organismo do trabalhador devido a sua não externalização. Toda esta cisão da totalidade do homem assim como todo este acúmulo das pulsões instintivas podem se expressar pelo corpo através de uma maneira menos esperada, ou seja, todo esse processo pode se convergir ao corpo pelo efeito de sintomas como: úlcera gástrica, artrite reumatóide, hipertensão, surto, stress, depressão e dentre outros (ZIMERMAN, 2010).

Nossa proposta consiste na apresentação do homem como um todo, destacando suas fontes impulsivas instintivas fisiológicas (pulsão sexual, necessidades orgânicas de alimentação, sociabilidade, entre outras) interligadas com as funções mentais superiores modeláveis como as emoções, a memória, a comunicação verbal e a não verbal a interpretação dos sentimentos etc. No entanto, toda esta totalidade do homem é fragmentada a partir do momento que o mesmo se submete ao trabalho serviu. Desta forma, pressupõe-se, a seguinte descrição:

Instintos (pulsões) > humanização (pulsões biológicas e funções superiores) > trabalho (repressão, anulação) > Sintomas

Não consta, no presente artigo, uma pesquisa sistematizada nosológica descritiva das doenças inerentes ao homem atual devido ao trabalho alienado. Entretanto, no presente texto, aborda-se a relação do homem com seu trabalho, que dentro de um contexto histórico onde este deixou de ser uma atividade objetivada se tornando, o trabalho alienado assalariado, uma prisão colocada pelo capitalismo. Porém, “(...) o domínio dos impulsos instintivos... na história da civilização, a repressão básica e a mais repressão encontram-se inextricavelmente interligadas” (MARCUSE, 2010, p.53).

Nesse sentido, temos o capitalismo ou, segundo a terminologia Marcuseana, a “mais repressão” representando a dominação civilizatória capitalista que tem na exploração da classe proletária a sua relativa estabilização.

Sendo assim, a classe proletária, em sua grande maioria, tem se submetido a

esses processos sociais e históricos de exploração, luta de classes, globalização (expansionismo imperialista), optando pela via de posição passiva. Se submetendo a todo esse procedimento depreciativo e corrosivo à totalidade biopsíquica humana levando consecutivamente a destruição da natureza (recursos naturais), a classe trabalhadora (aqui, o proletariado) ainda tem permanecido num estado de ressentimento, vitimização²⁶ e inércia.

Para Schneider (1977, p.238), “(...) a doença serve para expressar um protesto inconsciente ou consciente da monotonia do trabalho”. Assim, acredita-se, como causa desse processo de anulação e renúncia própria do indivíduo que vende sua força de trabalho e é explorado pelo capitalista, que o corpo é afetado em sua homeostase. Infere-se que devido alguns fatores estressores do trabalho como a mecanização, a robotização, a racionalização, a exploração, a rotinização, a pressão, a automação, o tempo cronometrado, o assédio moral, os ruídos, a insatisfação salarial, o desconforto físico entre outros fatores estressores, atuam de forma hostil à dinâmica psíquica do trabalhador. Neste sentido o sistema límbico (responsável pelas emoções), interligado como resposta às funções psíquicas superiores do homem, devido os estímulos estressores do trabalho, pode alterar todo o funcionamento bioquímico corporal em resposta a toda mudança emocional do trabalhador. A liberação de cortisol, por exemplo, pela glândula supra-renal num contexto de estresse causado pelo trabalho, se torna prejudicial ao organismo. Devido a sua utilidade natural (dar força ao organismo em situações de risco biológico), o cortisol, entretanto, dentro de um contexto onde o dano não é físico (primariamente), mas, sim, psíquico (estressante) se torna prejudicial principalmente ao sistema imunológico (ZIMERMAN, 2010). Portanto, infere-se que alguns sintomas, em se tratando de psicopatologia e trabalho, podem ser justamente a oposição proporcionada pela labuta do trabalho alienado que detém grande parte da vida dos que são subordinados a esta condição em antagonismo com o desejo instintivo e natural do homem.

Uma das definições de neurose é a de Freud (2006), que descreve que o id (instinto) com seus desejos de realização integral entra em conflito com o ego, devido as limitações impostas pela realidade submissa e exploradora que acomete o trabalhador e desta forma, a realidade frustrante da fadiga do trabalho se torna inadmissível ao próprio

²⁶ Claro, que a classe trabalhadora é vítima da exploração daqueles que detém o capital. Mas, o emprego da palavra vitimização, tem seu lado crítico, na referencia que se faz, no seu devido contexto, ao poder que a classe operária tem, mas não fazendo uso. Como por exemplo, o de parar a produção, provocando assim, mudanças drásticas no sistema capitalista, se não uma revolução.

trabalhador. É característico neste processo que o “ego” (trabalhador) pode não suportar a força inerente do desejo instintivo e pela falta de representação simbólica destas forças ou a transferência para vias consideradas, outrora, naturais, essas energias instintivas²⁷ “superinvestem” o próprio corpo, desencadeando sintomas retroativos, isto é, regressivos ao próprio corpo devido a realidade estressante do trabalho insubjetivado.

De outra forma, entende-se que o ego, não conseguindo processar uma carga de pulsões instintivas, se alia à repressão devido a submissão e absorção da dinâmica sistemática do trabalho. Logo, a obsessão de um trabalhador tende a se manifestar pela substituição representativa das pulsões do instinto sendo negadas pelo trabalho alienado. Desta maneira, o indivíduo encapsulando sua própria energia instintiva (por não ter outra escolha, é obrigado a trabalhar para sobreviver) por esta outra via, aceita e se submete a dinâmica do trabalho obsessivo-compulsivo neurótico.

Percebe-se a possibilidade entre a neurose e a obsessão da limitação do homem que carece de sua própria totalidade devido ao seu *servilismo racionalizado* imposto pelo trabalho. Esta totalidade aqui descrita refere-se à natureza humana em suas necessidades biopsicossociais, ou seja, a completa satisfação humana pela busca da completude prazerosa de todo o corpo sendo almejada pelo homem em sua naturalidade. Entende-se assim, que as potencialidades, as sensações e os sentimentos transmitem uma maneira concreta de auto realização pelo homem. No entanto, o trabalho alienado suprime a totalidade do homem: separa-o entre sua força de trabalho e sua personalidade. Exigindo, desta maneira, a defesa racionalizada daquilo que realmente sente, o trabalhador tem grande chance de entrar em colapso nervoso (surto psicológico, pânico, agressão) devido a desnutrição de seu lado psíquico emocional. Percebe-se a evidente anulação das potencialidades do trabalhador

(...) consistindo no fato de que o operário assalariado com seu produto é simultaneamente separado de suas qualidades genitais e potência que passam a confrontá-lo como uma força alienada (SCHNEIDER, 1977, p.223).

As potencialidades e a totalidade do homem se tornam descartáveis diante do trabalho alienado. Sendo assim, esta forma de trabalho servil divide o homem em parcelas, como também o quer em completa submissão.

Em resistência a toda essa dinâmica do trabalho serviu, o ego pode entrar em

²⁷ Todo o conjunto de forças impulsivas, ativas, criativas e volitivas que representam a vontade do homem em seu um todo.

conluio com o id e não aceitar a realidade exterior. Schneider complementa essa questão ao citar Freud:



O resultado do conflito psíquico depende, segundo Freud, de se saber se numa tensão conflitiva dessa espécie o ego permanece fiel à sua dependência do mundo exterior e tenta silenciar o id, ou se se deixa dominar pelo id, afastando-se assim da realidade (psicose) (SCHNEIDER, 1977, p. 244).

Esta aliança entre o ego e o id²⁸, isto é, a submissão do ego ao id, se rebela contra a realidade repressiva exterior, inseparável do capitalismo e do trabalho alienado. Acredita-se que o ego, em obediência ao id, cria outra realidade ilusória substitutiva, pela busca incessante de prazer do id, que ao mesmo tempo, o ego, mudando e negando a sua configuração de completude e realização saudável consciente, transcorre para um estado hostil de rebeldia na resistência da realidade castradora repressiva atual que é provocada pelo sistema capitalista.

Contudo, neste artigo, não consta uma pesquisa quantitativa e muito menos a demonstração de dados empíricos que comprovam o adoecimento do homem inserido na organização de trabalho atual alienante. Todavia, destaca-se o campo da psicopatologia relacionada ao trabalho, onde diversos autores destacam o risco e os efeitos desta forma de trabalho estranha ao corpo e a mente. Entre os autores que trabalham isso, podemos citar: Zanelli (2004), Rouquaryol (1988), Le Guillant (1984), Ricardo Antunes (2004), Dejours (1987) Wanderley Codo (2004), entre muitos outros autores que relatam em seus escritos a gravidade social e os caracteres clínicos de doenças interligadas com a forma do trabalho moderno.

Cotrim (1988) nos diz que as maneiras quantitativas (positivistas) de demonstração de dados através de pesquisas do governo relacionadas à saúde do trabalhador industrial, não estão fundamentadas nos problemas vitais de consequências individuais e sociais devido a industrialização. Percebe-se então, através de Cotrim, a maneira tendenciosa do governo em estreita relação com os capitalistas em abrandar o sofrimento do homem (trabalhador) diante do trabalho servil. Por isso, “o que se espera a ser sadio não é o operário e sim a fábrica e isso com vistas a um sadio aumento da produção e lucro” (SCHNEIDER, 1977, p.217).

Com isso dito, infere-se a crítica às pesquisas quantitativas, essas que, com um pressuposto de “neutralidade” não passam de meros cúmplices da classe capitalista dona

²⁸ Referente aos instintos delimitados aos impulsos primitivos de força volitiva do homem.

dos meios de produção e, desta forma, conluiadas com a classe dominante atual, os institutos de pesquisa mesmo que demonstrem a parte física doentia do trabalhador, ocultam o agente escravizante principal, que é o modo de organização do trabalho na sociedade capitalista que se baseia na exploração da classe capitalista sobre aqueles que vendem sua força de trabalho, ou seja, o proletariado.

Verifica-se, por conseguinte, que as novas formas de produção essenciais à sociedade, passaram também a produzir novas doenças interligadas ao homem (MITSCHERLICH, 1966) e a ciência que no momento é, em grande parte, financiada por um setor do capital, passa então a ficar interessada com o lucro derivado também das doenças criadas pelo próprio mercado de trabalho atual. Neste sentido Schneider nos diz:

A indústria farmacêutica e seus fornecedores, a indústria química, estão interessados, portanto, numa demanda crescente dos serviços médicos, ou seja, um mercado de pacientes em expansão. Este ramo do capital, portanto, não tem grande interesse, em definitivo, no desenvolvimento de um estado perfeito de saúde nacional, já que o seu negócio é, naturalmente a doença (SCHNEIDER, 1977, p. 239).

Para o autor acima citado, a doença em si tratando de psicopatologia e trabalho, ou seja, em consequência do trabalho alienado, consiste justamente na renúncia das potencialidades humanas que são anuladas pelo trabalho alienado. Portanto, através da presente obra, verifica-se também com uma breve passada na proposta psicanalítica, que nos dá condições de analisar o homem em sua totalidade pela tríade estrutural Freudiana (Id-Ego-Superego). Essa teoria compreende que esse processo conflituoso que acomete o trabalhador que tem seus instintos submetidos, anulados e postergados pelo sistema capitalista que tem suas bases na exploração pelo trabalho.

Desta forma, acredita-se, e ao mesmo tempo, apresenta-se uma reflexão de que tal força instintiva não podendo ficar impunemente contida, venha um dia a se manifestar na procura e busca gritante e incansável do homem por sua totalidade, desenvolvimento e realização de suas próprias potencialidades que fazem parte do trabalho. Porém, esse trabalho não sendo mais alienado, e sim, como objetivação e atividade consciente do homem para o próprio homem.

Referências Bibliográficas

COTRIM, G. *Filosofia para uma geração consciente*: Elementos da história do mundo ocidental. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

FREUD, S. *Além do princípio de prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Vol.XVIII

- FREUD, S. *O Ego e o Id*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Vol. XIX.
- FREUD, S. *O mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 2006 Vol. XXI.
- FREUD, S. *Os instintos e suas vicissitudes*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Vol. XIV.
- FROMM, E. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. São Paulo: Círculo do livro, 1955.
- MARCUSE, H. *Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8º ed. Rio de Janeiro : LTC, 2010.
- MARX, K. *A forma-valor simples, no seu conjunto*. In: MARX, K. *O Capital*. Coimbra, 1974.
- MITSCHERLICH, A. *A doença como conflito*. São Paulo: Zahar, 1966.
- SCHNEIDER, M. *Neurose e Classes Sociais: Uma síntese Freudiano-Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- VIANA, N. *Cérebro e Ideologia: Uma crítica ao determinismo cerebral*. Jundiaí: Paco, 2010.
- VIANA, N. *Os Valores na sociedade moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A.R *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- ZIMERMAN, D. *Fundamentos Psicanalíticos; teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Jean Costa Santana

Graduado em Psicologia (Faculdade Unianhanguera); pós-graduando em Docência e Metodologia do Ensino Superior (Faculdade Unianhanguera); Cofundador do *Grupo de Estudo e Pesquisa Psicologia e Criatividade*. Atualmente pesquisa na área da Psicologia Esportiva.
E-mail: bandavincario@hotmail.com

Capitalismo e Autogestão Social

José Alves Nunes do Nascimento Júnior

A sociedade moderna tem como modo de produção o sistema capitalista, este sistema divide a sociedade em classes. As principais classes sociais decorrentes deste sistema estão representadas pela burguesia, que se encontra em uma situação de dominante, e o proletariado que é a classe dominada e explorada.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 1998, p. 09-10).

Em uma sociedade dividida em classes, podemos comprovar historicamente uma luta entre as mesmas, afinal os interesses de uma, contradizem com a da outra. A luta de classes então é característica fundamental da sociedade capitalista. Outra característica fundamental, além do estabelecimento do modo de produção capitalista pela burguesia, é a propriedade privada:

Com o surgimento da propriedade privada, temos a constituição das sociedades de classes e da luta de classes. Por isso já se disse, “a história da sociedade tem sido, até hoje, a história das lutas de classes”. As classes proprietárias monopolizavam os meios de produção e constringiam as classes não proprietárias a se submeter a sua dominação. O trabalho deixa de ser fundado na cooperação igualitária e passa a ser comandado pela divisão social do trabalho – a classe proprietária – e outros são dirigidos – a classe produtora (VIANA, 2008, p. 13).

A luta de classes é consequência da exploração de uma classe pela outra. No sistema capitalista o proletariado resiste às imposições estabelecidas pela burguesia. A resistência desta classe está em não aceitar as condições de exploração na qual ela se encontra. Como forma de resistência os trabalhadores utilizam a greve como arma contra a dominação.

A greve como mera paralisação das atividades, expressa uma luta contra o capital, já que compromete a extração de mais-valia. A extração de mais-valia é interrompida e por isso essa é a forma mais eficiente de pressão operária sobre o capital. É também por isso que as instituições que dizem representar o trabalhador e, no fundo, representam o capital, já não incentivam o movimento grevista e quando podem evitam e desmobilizam as propostas e tentativas de

greve (VIANA, 2008, p.25).

Quando Viana (2008) fala em “instituições que dizem representar o trabalhador” ele está se referindo a sindicatos e órgãos equivalentes. Estes órgãos são também organizações que representam determinadas classes, chamada de burocracia que utilizam o discurso de apoiar e representar os interesses da classe trabalhadora, quando na verdade é um instrumento de representação capitalista, não possuindo em nenhum aspecto uma atitude que modifique a relação de exploração, sendo assim considerada não revolucionário.

A principal instituição criadora da burocracia enquanto classe é o Estado, sua função real é legitimar e tornar regular a ação exploradora da burguesia. O capitalismo sustenta financeiramente a burocracia estatal com a finalidade dela se posicionar sempre ao seu favor. O Estado assume então o papel de representante da burguesia. Quando os trabalhadores lutam por seus direitos o Estado reprime com todas suas forças estes movimentos de luta. Para isso é usado a polícia, como forma de repreender quaisquer questionamentos contra o sistema capitalista.

Desta forma, a ideologia da conquista do poder estatal pelo proletariado é contra-revolucionária. O Estado não deve ser conquistado, e sim destruído. A manutenção do Estado significa a permanência da dominação e da exploração. A abolição do Estado é condição de possibilidade da emancipação humana (VIANA, 2008, p. 27).

A luta por uma sociedade na qual não exista a divisão social do trabalho faz com que diversos setores se apropriem de análises revolucionárias a fim de deformar seu verdadeiro intuito. Neste sentido temos a análise marxista como ferramenta teórica de análise social que expressa os interesses da classe trabalhadora. Com isso correntes ideológicas se apropriam da análise marxista e a deturpam, este é o caso dos partidos políticos. Partidos políticos são organizações burocráticas que visam a conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação (VIANA, 2003, p. 12).

O vanguardismo, característica destes partidos políticos não é a forma pela qual o proletariado chegará à sua verdadeira emancipação. Historicamente a sociedade tem experiências nas quais este tipo de discurso “contra” revolucionário, não passa de discurso, pois a prática é a mesma de integrantes da classe burguesa.

A revolução e o estabelecimento de uma sociedade auto-gerida não está associada a nenhum tipo de instituição que os leve a este estado, somente a classe

trabalhadora poderá por ela mesma chegar à sua emancipação. A autogestão é obra dos próprios trabalhadores, somente eles, se auto-organizando podem atingir seus anseios de liberdade e igualdade.

A autogestão da sociedade é uma forma de organização na qual só será possível com a união dos trabalhadores de todo o mundo. Por isso é tão famosa e oportuna a frase de Karl Marx “Proletários de todos os países, uni-vos”.

Assim, Marx fez reflexões importantes sobre a futura sociedade comunista. A partir da experiência da Comuna de Paris, primeiro esboço de autogestão social da história, ele e outros pensadores colocaram em termos históricos e concretos a visão da nova sociedade [...] Hoje é possível apresentar um quadro geral, baseando-se nas experiências históricas e idéias derivadas delas, pensar alguns exemplos básicos da futura sociedade autogerida. Isso é ainda mais necessário para ampliar a consciência de que o comunismo nada tem a ver com as experiências na URSS, Leste Europeu, Cuba, China e demais países, que instauraram o capitalismo de Estado sob o nome de socialismo, através de uma contra-revolução burocrática (VIANA, 2008, p. 76-77).

Não é impossível prever como será esta nova forma de sociedade auto-gerida na sua totalidade, o que pode ser feito, são apontamentos teóricos baseados na história da humanidade que indiquem os caminhos a seguir. Sendo assim, o marxismo contribui para este processo, criticando tanto os que apropriam desta perspectiva, como partidos políticos que se dizem socialistas, quanto aos que assumem claramente uma postura a favor do capitalismo.

Referências Bibliográficas

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. *O manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

VIANA, Nildo. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Edições Germinal, 2003.

**José Alves Nunes do Nascimento
Júnior**

Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás, UnU de Uruaçu em 2012. Professor do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC / IFG.
E-mail: josealvesjr@outlook.com.

A ideia de *Morte* no Movimento Punk brasileiro do início dos anos 80: uma análise de capas de discos e letras de músicas

Luiz Eduardo de Jesus Fleury

O objeto desse breve texto é compreender como que o movimento punk²⁹ brasileiro no início dos anos 80 do século XX – para ser mais objetivo entre meados de 1982 até meados de 1988 – representava e dava um entendimento sobre a morte, onde o meio de observar essa representação dar-se-á por análise de alguns discos (lançados originalmente na forma de vinil, tamanho de 12” e rotação 33 *rpm*, produzidos de forma independente e/ou lançado por pequenas gravadoras), sendo alguns desses, na forma de coletânea ou apenas com uma só banda que compõe o vinil. E também através da análise de algumas letras de músicas desses mesmos discos, enfatizar a temática da morte perante ao movimento.

Esse trabalho não tem como intuito aprofundar sobre o tema *Punk*, nem mesmo sobre a musicalidade ou quaisquer elementos constituidores da *aura*³⁰ do Punk. A abordagem ficará a cargo de se observar / analisar como as capas de alguns discos e de algumas letras constituem a percepção da morte perante o movimento, lógico que dentro de uma especificidade do Punk no Brasil (eis aqui um elemento que mostra o poder de adequação do movimento Punk à realidade de cada parte do mundo onde ele se desenvolve, sempre criticando, sempre demonstrando sua ação anti-conformista ao sistema. Porém as relações com as questões mundiais deve ser observada na construção desse imaginário Punk).

No decorrer da década de 1980, foram lançadas várias coletâneas – como *Grito Suburbano* em 1982 pela Punk Rock Discos, *Contra Ataque* pela gravadora Ataque Frontal e *Ronda Alternativa* pela gravadora Devil Discos, sendo essas duas últimas

²⁹ Definir conceitualmente o que é o Punk é uma tarefa árdua. Essa palavra de origem inglesa tem sua tradução literal como algo do tipo: “vagabundo”, “delinquente” ou “inútil”, sendo que o uso da palavra para designar esse movimento sócio/cultural/musical foi inicialmente feito pelo crítico *Lester Bagn* na revista *Creem*, porém o uso da palavra no sentido que se popularizaria, como movimento, foi o jovem *Legs McNeil* quem montou com seu amigo e também ilustrador *John Holmstrom*, o *fanzine* Punk. Interessante a declaração de *Legs* que afirmou não ter lido a revista *Creem*, mas ambos usaram o termo quase que simultaneamente. Outra vertente defende a ideia de que com a produção do *fanzine* *Sniffin’ Glue* nos EUA por *Mark Perry*, teria iniciado o movimento, porque estaria mais ligada à filosofia “do it yourself” (faça você mesmo) elemento implícito ao Punk. Mas não é essa a discussão desse trabalho.

³⁰ Utilizo aqui o conceito de *aura* na ótica de *Walter Benjamin* em seu livro “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica” lançado em 1935, onde o autor analisa as alterações provocadas pelas novas técnicas de produção artística na esfera da cultura, e desenvolve como elemento principal, a tese na qual a reprodutibilidade técnica provoca a superação da *aura* pela obra de arte.

lançadas no ano de 1988 – além de inúmeros álbuns de bandas Punks que estavam fora do eixo de São Paulo (que é um dos epicentros do movimento Punk no Brasil), como são os casos das bandas, *Os Replicantes*, do Rio Grande do Sul, lançaram o disco “Histórias de sexo e violência” no ano de 1987 pela gravadora Plug, *Detrito Federal*, de Brasília, com o disco “Vítimas do milagre” lançado também em 1987 pela PolyGram discos – e um caso interessante que foi no ano de 1986 o lançamento pela gravadora Devil Discos do Split³¹ “Ataque as hordas do poder” com as bandas *BSB-H* e *Stuhlzapfchen von “N”*, ambas de Brasília. Dessa forma seria impossível trabalhar todas essas bandas nesse trabalho, logo houve uma necessidade de fazer uma seleção de alguns materiais que serão abordados na temática a seguir.

Morte. O peso que essa palavra carrega desde que o homem habita o mundo é um fardo que o atormenta (ou conforta) os homens em suas relações sociais, mentais, religiosas e até econômicas (se nascer já tem seus custos, morrer também os custos são altos).

As diversas formas que se imagina a morte – até mesmo na representação das artes – tem gerado o medo, o receio, o temor, até expectativas de salvação ou condenação da humanidade³². O interessante é que o movimento Punk consegue trazer uma preocupação e uma nova visão da morte que se agrega ao contexto mundial que norteava o mundo nesse recorte temporal que faz parte do trabalho. Vivia-se no âmbito histórico em que na questão historiográfica estava ocorrendo mais uma crise de paradigmas, que se vinha passando desde os anos 60, que coincidentemente também enquadra-se o início da crise da Guerra Fria (que tem seu final com o fim da antiga União das Repúblicas Socialista Soviéticas – URSS, em 1991), sendo que é justamente na temática da Guerra Fria que vou verticalizar para relacionar com os aspectos desse *imaginário da morte no movimento Punk brasileiro*.

A proliferação das armas nucleares, os conflitos (guerras que utilizaram armamentos químicos e nucleares), a criação de usinas nucleares, o medo de uma 3ª *Guerra Mundial* servirá de inspiração para que o movimento Punk brasileiro integre-se

³¹ *Split* é uma palavra oriunda da língua inglesa, que significa: partir, fragmentar, dividir. Split era uma das formas de lançar material fonográfico bastante comum de ser vista nesse momento – tanto no Brasil como no Mundo da cena Punk – devido, entre outras coisas, baratear os custos, poucas músicas que às vezes não caberia para preencher um vinil de 12”, e até mesmo poder apresentar mais bandas em um mesmo registro fonográfico.

³² Nesse trabalho não utilizei os conceitos dicotômicos ligados ao tema morte, conforme bastante explorados no texto “*Corpo e alma*” de Jean Claude Schmitt, como: corpo e alma, vida e morte, doença e sanidade, e nem mesmo o sentido religioso agregado a morte, que também usa termos bem característicos como: ressurreição, “carne” e milagre por exemplos, nossa análise é sob outro olhar.

a essa internacionalização através de uma linguagem, que se manifesta contra valores/regras/padrões estabelecidos pela sociedade burguesa. Somado a isso, tínhamos a evidência da crise do governo militar instaurado no Brasil desde 1964, crise essa que ocasionava um alto índice de desemprego, inflação e manifestações sociais, onde a juventude de São Paulo – cidade essa com sua essência cosmopolita – fertilizará o movimento Punk no Brasil.

Sendo que esse trabalho se preocupará com a análise da linguagem escrita e visual (não na maneira de se vestir dos punks) da representação da morte no Punk brasileiro no início dos anos 80 através das capas de alguns dos primeiros discos e bandas Punk, é necessário resgatar a origem desse material fonográfico. O primeiro registro de gravações das bandas punks no Brasil veio com lançamento em Agosto de 1977, pela revista *Pop*, através de um pedido da gravadora Polygram, a coletânea “A Revista Pop Apresenta o Punk Rock”, que contava com as bandas *Sex Pistols*, *Ramones*, *London*, *The Jam*, *Ultravox*, *Stinky Toys* e *Eddie and the Hotrods*. Assim chegava a sonoridade Punk ao Brasil.

Jovens do subúrbio paulista é que entenderam essa mensagem e daí pra frente, a produção do Punk viria a aparecer: bandas como *Restos de Nada*, *Cólera*, *Lixomania*, *Olho Seco*, *Condutores de Cadáveres*, *Verminose*, *Fogo Cruzado* e *Psykóze*. Outra forma de manifestação era através dos fanzines como: *Factor Zero*, *SP Punk* e *Vix Punk*, shows como *Grito Suburbano* em 1981 (que ocorria de forma itinerante). Além disso, o festival que se tornaria o evento, para muitos, o marco que colocaria o Brasil no cenário Punk mundial, o festival “Começo do fim do mundo”, organizado no SESC Pompeia em novembro de 1982, que contou com a participação de 20 bandas, dois dias de sua realização, teve um final bastante negativo sendo que o final do festival a Polícia Militar do Estado de São Paulo invade, acabando com o evento e a grande mídia deturpou o evento e o movimento que acabara de semear suas primeiras sementes.

Felizmente apesar de que esses acontecimentos poderiam ter provocado um sepultamento do movimento Punk no Brasil, ocorreu justamente o contrário. Essas repressões serviram para acabar gerando mais resistências e ocasionando um maior número de produções Punks (seja através de bandas, fanzines ou manifestações) em diversas partes do Brasil, além de São Paulo.

Mas muitas pedras ainda iriam rolar dentro e fora desse movimento, tanto no Brasil como no mundo nessa década de 80. Nesse contexto, mesmo com todas as precariedades, era necessário registrar esses momentos. Mesmo sem estúdios que

soubessem trabalhar com essa sonoridade, jovens que não tinham formação musical (ou mesmo não sabiam tocar nada) e, sobretudo a falta de dinheiro, seria superado e os primeiros registros fonográficos apareceriam nesse momento.

Começo então a análise de algumas dessas primeiras gravações / registros das bandas punks do Brasil, com a coletânea “*Começo do fim do mundo*”. Dentre vinte bandas que participaram tocando no evento, apenas 19 apareceram no registro (a vigésima banda, *Ulster*, só teria seu registro, no relançamento desse material em forma de CD, isso mais de vinte anos depois do evento ocorrido). O título do disco já demonstra uma preocupação

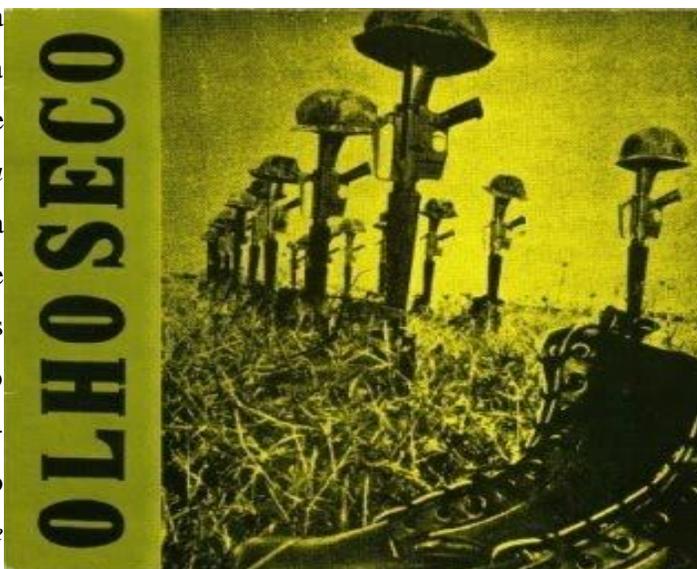
dos punks com o momento que o mundo passava, diria que não é algo niilista mas a maneira que o movimento *enxergava* os medos ocasionados pela Guerra Fria / repressão policial / censura / que o mundo e o Brasil passavam. Percebe-se aqui que a morte é analisada não como fruto de doenças, fruto de algo religioso escatológico –



Imagem 1 - Capa do disco O Começo do Fim do Mundo, 1982.

mas nas temáticas das letras pode se perceber preocupações com a morte relacionada à religião, conflitos internos de países latino americanos e concepção política, como é o caso das letras das músicas “*Salvem El Salvador*” da banda *Inocentes*, “*Holocausto*” da banda *Extermínio* e “*Carecas*” da banda *Neuróticos*. A grande questão que relevo desse material é a consciência que o movimento já demonstra às diversas faces nas quais a morte se apresentava naquele momento, sobrepondo-se a preocupação com a morte do cotidiano urbano, a violência urbana, ligada à marginalização social.

A banda paulistana *Olho Seco* lança originalmente na forma de *Split* com a banda *Brigada do Ódio* em 1983 de forma independente, esse disco que tornar-se-ia uma das maiores referências do movimento Punk brasileiro, por utilizar-se da poética na construção de suas letras. *Botas, Fuzis e*



Capacetes, título do disco, logo na capa expressa sua

Figura 2 - Capa do disco *Botas, Fuzis e Capacetes* da banda *Olho Seco*, 1983.

preocupação (e crítica) com as desgraças ocasionadas pelas guerras e as sequelas deixadas pelas mesmas (não há nenhuma referência específica de alguma guerra ocorrida na história do século XX nesse disco, porém ao mesmo tempo critica todas as guerras ocorridas nesse contexto, e, sobretudo, as mortes e as consequências dessas mesmas guerras).

E perceptível na ênfase, tanto nos elementos constituidores da capa do disco como na letra da música que dá o título do disco, de advertir a humanidade das desgraçadas que as guerras fizeram e farão:

Botas, fuzis, capacetes
 Vejo espalhados por
 Toda montanha sol, vento e chuva
 Aquecendo dia e noite
 Noite e dia
 Refrão:
 Botas que não marcham
 Fuzis que não atiram
 Capacetes que não protegem
 Somente o vento gelado
 Aquecendo naquela montanha
 Milhares de troféus.

Ainda na temática específica das guerras / movimento Punk / morte, é lançada em 1985, pela gravadora *Ataque Frontal* (selo este de propriedade de Redson³³ vocalista

³³ Redson na realidade era apelido de *Edson Lopes Pozzi*. Ele se tornaria uma figura ímpar no movimento Punk no final dos anos 70, pois juntamente com seu irmão, Pierre, montaram a banda *Cólera*, que se tornaria uma das mais expressivas bandas do cenário Punk nacional e com expressivo reconhecimento

e guitarrista da banda *Cólera* – que será analisado um dos seus álbuns no decorrer desse trabalho), a coletânea *Ataque Sonoro*. Contaram com a participação de dez bandas, sendo que cada banda participou com duas músicas. Nessa temática *morte* já ficava evidenciada na capa que, de forma bem objetiva, demonstrava qual seria o “futuro” da humanidade.

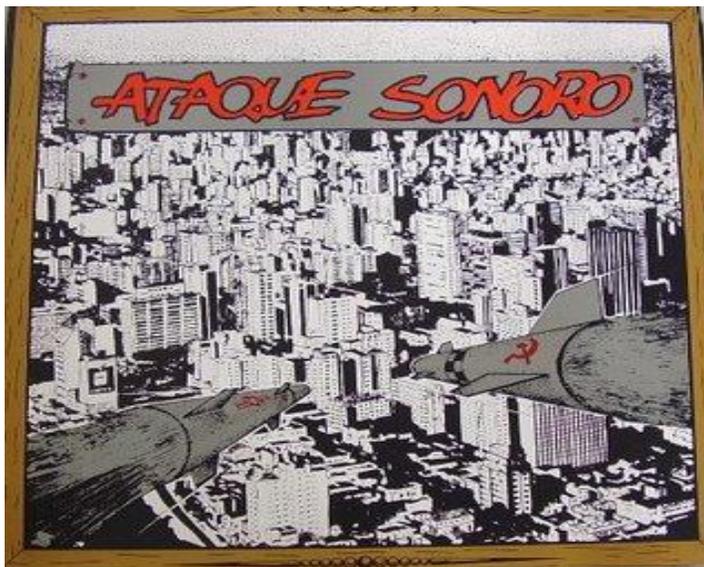


Figura 3 – Capa do disco (coletânea) *Ataque Sonoro* de 1985.

Fica evidenciado, pela imagem da capa do disco, como a morte pairava em todo o mundo, e sob qual forma ela (a morte) estava travestida, onde, de forma indistinta, qualquer um e em qualquer lugar e a qualquer momento poderia ser surpreendido por um ataque bélico nuclear das superpotências da época (os símbolos utilizados nos mísseis mostram quem eram as superpotências: Estados Unidos da América e antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou URSS). E somado a questão, numa linguagem bem objetiva, boa parte das letras das músicas das bandas que estavam na coletânea diziam, expressavam como seria o final da humanidade no final do século XX. Como várias bandas que faziam parte da produção da coletânea, seria desgastante analisar todas as letras. No entanto, há um destaque para a banda *Lobotomia* com a música “Faces da morte”:

Gritos de pânico
Tomados pelo medo
Sentindo no ar
As faces da morte
Corpos corroídos
De humanos retalhados

internacional, devido sua postura pró-pacifismo e sempre mantendo a filosofia “Do it yourself” (faça você mesmo): lançando seus materiais de forma independente e também organizando seus shows evitando intermediadores que pudessem lucrar com o nome da banda. Sua morte, em setembro de 2011, aos 49 anos, chocou toda comunidade Punk brasileira e até internacional, devido ao seu legado de lutas e ações em prol do movimento Punk brasileiro.

A foice da morte
Reinando na terra

Faces da morte (4x)

A morte marchando
Entre monstros humanos
Faces deformadas
De mentes vazias
Olhos alucinados
Procurando a vida
Perdida no inferno
Da última guerra

Faces da morte (4x)

A construção dessa letra além de mostrar o temor com a guerra e as diversas formas no qual o ser humano “sente”, enxerga e vê a chegada da morte, também é possível ver como o imaginário criado sobre a morte acaba por se manifestar em símbolos/instrumentos/vestimentas, através de elementos como: a foice, os corpos retalhados e os olhos alucinados.

Nessa mesma coletânea ainda destaco a banda *Espermogramix* com a letra da música “Bombas do futuro”, que além de evidenciar a questão da morte, faz um jogo interessante de passado/futuro (que faz lembrar o livro *Passado Futuro* de Reinhart Koselleck), não que houvesse uma preocupação de tempo histórico ou historiográfica no movimento Punk, mas de forma simples a relação dos fatos do presente e suas consequências futuras. Vejamos a letra:

As bombas do passado refletem angústia e dor
E as bombas do passado o que vem refletir?
E a humanidade está pouco importando
Como o que acontece com a Terra e o Oceano
Não pode ser assim não podemos desistir
Que as bombas do futuro já estão aqui.
A HUMANIDADE TEM É QUE LUTAR
PARA IMPEDIR A GUERRA NUCLEAR (Refrão)

Ainda nessa mesma coletânea, outras bandas também retrataram essa temática da morte, com destaque para: *Ratos de Porão* com a música “Cérebros atômicos”, *Armagedom* com a música “Mortos de fome” e *Desordeiros* com a música “Holocausto”.

Interessante perceber que devido ao movimento Punk ter uma preocupação com o presente e com o futuro da humanidade, questões ligadas ao passado da humanidade, marcado por desgraças, são constantemente relatadas em muitas músicas, onde é comum se falar de uma ação antifascista e/ou mesmo não deixar cair no

esquecimento os ideais de perseguição aos grupos étnicos raciais perseguidos pelos regimes de extrema direita que assolaram a Europa nas décadas de 20, 30 e 40 do século XX, e que ainda “sobrevivem” ainda nos dias atuais.

O destaque nesse momento será agora a banda *Cólera*, primeira banda brasileira a fazer uma *tour* na Europa em 1987. Surgida em 1979 em São Paulo, com os irmãos Redson e Pierre, o *Cólera* até hoje (2013), encontra-se na ativa – mesmo após a morte do guitarrista e vocalista Redson em 2011. Sempre levantando em suas letras e nos discursos uma bandeira pacifista - mesmo com os rumos do movimento Punk, ainda nos anos 80, que verticalizou-se com as brigas de gangues Punks e a

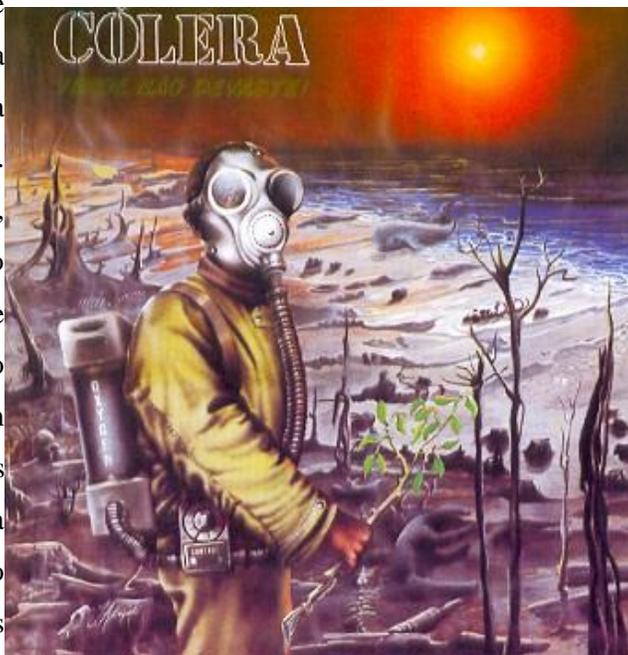


Figura 4 – Capa do disco Verde, não devaste! Da banda *Cólera* (1989).

violência – as letras vão enaltecer a necessidade de preservar princípios da paz e a preservação da natureza (vejamos que a capa do disco em destaque: “*Verde não devaste*”, fica explícito a necessidade da preservação da natureza para a sobrevivência humana – interessante perceber que a temática natureza não era tão focada até aquele momento no movimento Punk nacional e nem internacional), a amizade e o respeito mútuo. Dessa forma a banda levantaria a necessidade de sempre *estar ativo* (exercer um papel de militância conscientemente), produzindo, protestando, agindo, pensando criticamente, em prol de que o indivíduo não morra – não fisicamente, mas em termos de atitude – de forma que algumas letras da banda mostram essa preocupação com a atividade mental. Vejamos a letra da música *funcionários* que retrata bem o que está sendo exposto:

Toque um hino que rime!
 Com a hora, hora, hora
 De gritar, de negar!
 Ao diabo os fascistas!
 Deixe sua cabeça funcionar![4x]
 Para quem você trabalha?
 Para quem você entrega?

Seu suor, sua alma
 Temos que mudar, mudar!
 Deixe sua cabeça funcionar![4x]
 [solo]
 Para quem você trabalha?
 Para quem você entrega?
 Seu suor, sua alma
 Temos que mudar, mudar!
 Deixe sua cabeça funcionar![4x]



Figura 5 – Capa do disco *Crucificados pelo Sistema* da banda Ratos de Porão publicado em 1984.

A banda *Ratos de Porão* que nasceu no subúrbio paulista em 1980 e ainda hoje está na ativa, é a banda mais reconhecida tanto dentro como fora do Brasil no cenário Punk (mas por muitos chamada de “traidores” do movimento Punk, onde posteriormente será justificado o porquê dessa questão), entre outros motivos por ser

uma das bandas mais conhecidas do cenário Punk veio com seu som mais rápido que o convencional que se tinha na época. Antes da gravação do seu *debut* álbum *Crucificados pelo sistema*³⁴ lançado em 1984 pela *New Face Records* (de propriedade de Fábio R. Sampaio, vocalista da banda Olho Seco), a banda já havia participado das coletâneas como: *Sub* e *Começo do fim mundo*, mas esse álbum marcaria tanto a trajetória da banda como os rumos do movimento no Brasil logo de início por ser a primeira banda Punk da América do Sul a lançar um álbum solo.

Com uma sonoridade que impressionou a época, sem dúvida que letras das músicas como: *Caos*, *Agressão / repressão*, *Sistema de protesto* e a música que dá título ao álbum, *Crucificados pelo sistema*, retratam como as pressões de um Estado – ainda sob controle militar - poderia levar o indivíduo à morte. Morte essa que viria de forma lenta, como no processo de crucificação, e nessa perspectiva ser Punk era o meio de resistir às pressões para se manter vivo nesse sistema. Para retratar melhor tal questão, a

³⁴ O sucesso desse disco fez com que a banda, no ano de 2000, relançasse esse mesmo disco em comemoração aos 20 anos da banda, mas com o nome de *Sistemados pelo Crucifa*.

capa do disco mostra um Punk com uma bandeira com o símbolo da paz e sentado sob um capacete (símbolo dos militares que ainda estavam no poder político no Brasil) evitando ser *crucificado pelo sistema*. A morte aqui viria como um meio de ruir o movimento Punk – que em 1984, época do lançamento do disco – já estava passando por uma crise devido a drogas, brigas de gangues, policiamento ideológico do próprio movimento entre outras questões... É interessante perceber que o segundo álbum do Ratos de Porão (*Descanse em paz*) liga-se a crise do movimento Punk e uma ruptura sonora com o disco anterior (onde a partir daí eles seriam chamados pelos *Punks mais ortodoxos de traidores do movimento*³⁵), mas ainda utilizando-se da temática crítica de resistência ao sistema e a constante preocupação com a morte.

Através desse breve texto, espero poder levantar algumas questões, ao se pensar uma nova releitura sobre o imaginário que perpassa no movimento Punk brasileiro com a temática da morte. Finalizo esse trabalho com a letra da música *Morrer* da banda Ratos de Porão, do disco *Crucificados pelo sistema*:

O mundo morreu o ódio venceu
O que é que eu vou fazer?
Doenças fardadas a paz mutilada
Eu vim para viver
Tenho medo do presente
Tenho medo do futuro
E de tudo que nos cerca
Sigo meu caminho
Meu caminho é morrer!

Morrer! (2x).

Nessa breve letra, existem termos que além de demonstrar a preocupação com a morte, também tem uma visão plural de fatos constituidores da morte, no sentido de que alguns termos, tais como, ódio, doenças e medo (do presente e do futuro) relatam as diversas formas nas quais a morte pode chegar e se manifestar.

Mesmo tendo-se uma consciência de que a morte é algo inevitável, o medo de morrer é algo que aflige o ser humano desde sempre, mas que algumas formas de morte podem ser mais (e na realidade são mesmo) mais agressivas e que outras formas – no

³⁵ O fato da banda Ratos de Porão ser considerada por muitos Punks como *traidores do movimento*, é justamente porque a partir do segundo disco da banda (*Descanse em Paz*), trazia nas fotos do encarte os integrantes da banda com um visual com camisas de bandas de Metal e a sonoridade da banda estar mais próxima do Metal do que do Punk/Hardcore. Somado a isso o fato também de tocarem com bandas de Metal e algumas brigas dos integrantes da banda com alguns Punks, que acabou por “denegrir” o Ratos de Porão dentro do cenário Punk, que gera discussões, no movimento, até os dias atuais.

movimento Punk, de uma maneira geral, a forma mais agressiva da morte seria pela Guerra. Seja uma Guerra nuclear, religiosa, territorial, étnica ou qualquer outra, para os Punks a guerra é algo inaceitável, e a morte deveria ser advinda por meios naturais e nunca “adiantada” por recursos desenvolvidos pela *humanidade*.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Ricardo. *Punk*. São Paulo: Abril, 2004. (Coleção Para Saber Mais, v.30).
- HURCHALLA, George. *Going Underground: American Punk 1979–1992*. [S.l.]: Zuo Press, 2005.
- O’HARA, Greig. *A filosofia do punk – mais que barulho*. São Paulo: Radical livros, 2005.
- OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Os fanzines contam uma história sobre Punks*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.
- SCHMITT, Jean-Claude. Corpo e alma, In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2002.
- SINKER, Daniel. *Não devemos nada a você*. [S.l.]: Edições Ideal, 2008.

Luiz Eduardo de Jesus Fleury

Graduado em História (UFG), mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Instituto Federal Goiano de Educação – Campus Ceres (IFGoiano-Ceres) e militante do movimento Punk/Hardcore desde os anos 90.

Email: luiz.fleury@ifgoiano.edu.br.

Imaginário e Ideologia: As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo

Nildo Viana

A história da consciência humana é marcada por um conjunto de mudanças que só podem ser compreendidas se inseridas no interior da história das sociedades humanas. A consciência pode ser entendida, tal como no pensamento de Marx, como “real” ou “ilusória”. O nosso foco aqui será aquilo que Marx denominou “representações ilusórias” da realidade, o que, obviamente, nos faz remeter às “representações reais”, pois a discussão de uma gera a necessidade, inevitavelmente, de abordar a outra. A discussão sobre as ilusões numa sociedade em que essas predominam na mente humana é algo fundamental e que remete à questão das suas raízes sociais, ou seja, ao processo de constituição social das ilusões. O objetivo aqui, no entanto, é apenas observar as relações entre duas formas fundamentais de ilusões, o imaginário e a ideologia, no sentido de perceber o processo de transformação de uma em outra e assim avançar na compreensão desse fenômeno onipresente na sociedade contemporânea.

A história da consciência humana é, predominantemente, uma história de ilusões. As ilusões sempre existiram, mas sob formas e por razões distintas. A palavra ilusão tem vários sentidos, tal como “esperanças improváveis”, mas aqui utilizamos no sentido de distorção da realidade, uma consciência falsa, equivocada, da realidade. Assim, a consciência pode ser ilusória ou verdadeira, o que significa que pode expressar a realidade tal como ela é ou distorcer a mesma. Essa primeira possibilidade, no entanto, é marginal, sendo que o que predomina na história da humanidade é a consciência ilusória.

A história das ilusões começa com os mitos antigos e chega até os dias de hoje sob a forma de ciência, filosofia, etc. O mito enquanto forma de explicação do mundo se revela ilusório, assim como as explicações do mito também podem e na maioria das vezes são ilusórias (VIANA, 2011). Contudo, as raízes das ilusões em geral são variadas, embora a determinação fundamental, no caso da nossa sociedade, seja social. Nas sociedades simples, o que temos são relações dos seres humanos com o meio ambiente marcadas pela dependência e por uma cultura ainda demasiadamente marcada por formas de reflexão cujo movimento de retorno a si mesmo do ser pensante é

realizado sob forma não consciente, sendo mais uma projeção irrefletida. Com a emergência das sociedades de classes e a separação entre trabalho manual e intelectual, os pensadores originários, os filósofos, avançaram no sentido de pensar este retorno a si mesmo de forma consciente. Quando Protágoras lança a máxima “o homem é a medida de todas as coisas” (PLATÃO, 1977), marca uma revolução no pensamento humano.

Na sociedade escravista, contudo, se há um avanço da consciência humana, ela sofre outras limitações antes inexistentes. A formação dos indivíduos especializados no trabalho intelectual, graças à exploração do trabalho escravo, permite ampliar as reflexões sobre o mundo e ampliar a consciência humana, inclusive devido ao maior domínio dos seres humanos sobre a natureza com o desenvolvimento das forças produtivas, mas cria um novo obstáculo: a divisão da sociedade em classes – e as subdivisões derivadas ou subordinadas a ela – gera modos de vida distintos, interesses, valores, sentimentos, também distintos. Se nas sociedades simples havia uma cultura única e homogênea, se todos acreditavam no mesmo mito, nas sociedades de classes a divisão social promove formas de consciência distintas.

As representações ilusórias passam a ter como principal determinação não mais a dependência em relação à natureza e sim a divisão social do trabalho que expressa a existência de diferentes e antagônicas classes sociais e tudo que deriva disso. Inclusive, a divisão entre trabalho manual e intelectual faz emergir a figura do ideólogo, ou seja, do especialista no trabalho intelectual que produz um sistema de pensamento ilusório, o que Marx denominou ideologia. Assim, passa a existir não somente as representações ilusórias produzidas espontaneamente pelos indivíduos das variadas classes a partir de sua posição na divisão social do trabalho, interesses, valores, sentimentos, etc., mas também um tipo novo de representações ilusórias, sistemáticas cuja produção é realizada pelos trabalhadores intelectuais. É nesse contexto histórico que nasce a ideologia (MARX e ENGELS, 1992).

O processo de desenvolvimento da história da humanidade foi, desde esse momento, marcado pela produção e reprodução de ilusões, seja sob uma ou outra forma, a forma simples ou a forma complexa. A forma complexa é o reino da ideologia, dos especialistas no trabalho intelectual que geram verdadeiros sistemas de pensamento, sob a forma de filosofia, teologia, ciência, etc. e a forma simples é o que posteriormente esse pensamento complexo denominou “senso comum”, “cultura popular”, “saber popular”, “conhecimento cotidiano”, “representações sociais”, entre outros nomes. E sobre essas formas de consciência se produziu interpretações e explicações, na maioria

das vezes, ilusórias. Nesse caso, trata-se de ilusões produzidas sobre outras ilusões. Um verdadeiro mundo ilusório passa a reinar absoluto nas sociedades de classes e na sociedade capitalista. Sem dúvida, assim como a filosofia nascente proporcionou certos avanços no plano da consciência humana, os desdobramentos posteriores também possibilitou, em muitos casos, outros avanços, mas que, no entanto, ainda não conseguiram uma superação da primazia da ilusão no pensamento humano. E além da inversão da realidade realizada de forma sistemática pela ideologia e pelas representações cotidianas ilusórias, há também um mundo de ilusões que realiza uma mediação da interpretação dessas mesmas ilusões.

O Conceito de Ideologia

Após essa contextualização histórica, é importante esclarecer os conceitos de ideologia e representações cotidianas ilusórias, ou imaginário, para podermos avançar na discussão sobre a relação entre estas duas formas de consciência. A palavra ideologia tem vários significados, sendo polissêmica. Ela pode ser compreendida como “ciência das ideias”, tal como a definiu Destutt de Tracy (CHAUÍ, 1992); como “visão de mundo” (GRAMSCI, 1989); entre outros significados. Essas são concepções ideológicas de ideologia. E por ideologia se entenda o conceito elaborado por Marx e mal interpretado (e muitas vezes interpretado ideologicamente) pelos seus intérpretes.

A ideologia, na concepção de Marx, é uma falsa consciência sistematizada, um sistema de pensamento ilusório. O caráter sistemático da ideologia é seu traço distintivo do imaginário, ou seja, das representações cotidianas ilusórias. Marx identifica o nascimento da ideologia com a divisão entre trabalho manual e intelectual, com o surgimento da figura do ideólogo e com a autonomização do mundo das ideias por parte dos pensadores, dos especialistas na produção cultural. A crítica que Marx efetiva aos ideólogos é aquela aos filósofos idealistas neohegelianos, que produziam verdadeiros sistemas a partir da obra de Hegel e contra ele. Marx não abordava a ilusão dos escravos, dos servos, dos operários, dos guerreiros, burocratas, etc. O conceito de ideologia, por conseguinte, remete aos seus produtores, os ideólogos e estes são os trabalhadores intelectuais (cientistas, filósofos, teólogos).

Se a ideologia é um sistema de pensamento ilusório, ela não é a única forma de manifestação de ilusões. Devido à divisão social do trabalho e tudo que deriva disso, bem como do processo de exploração e dominação que constitui tal divisão, há um processo constante de produção de ilusões. Tanto os indivíduos das classes exploradas

quanto os indivíduos das classes dominantes produzem ilusões, mas sob forma não sistemática. Cabe aos ideólogos, ou, tal como em casos raros, a alguns indivíduos destas classes que conseguem, apesar da sua posição na divisão social do trabalho, tempo para criar sistemas de pensamento, a produção de uma falsa consciência sistematizada. Em Marx, essa oposição existe desde a sua crítica das ideologias filosóficas em *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1992) até sua crítica das ideologias científicas, a economia política, em *O Capital* (MARX, 1988). Marx afirmou que as “concepções cotidianas” dos agentes do processo de produção eram sistematizadas e transformadas em ciência pelos economistas políticos. Vamos retornar a isso mais adiante.

O conceito de ideologia remete, portanto, a um sistema de pensamento ilusório. Nesse sentido, as obras de Aristóteles, Platão, Hegel, Durkheim, Weber, Locke, Baumann, Giddens, entre milhares de outras, são produtos ideológicos. A ideologia, no entanto, sendo um sistema de pensamento, não só tem um conteúdo ilusório, ou seja, inverte a realidade, mas também possui uma forma. Trata-se de um sistema de pensamento e o seu caráter sistemático lhe fornece suas características formais. As ideologias são uma totalidade, um conjunto de ideias que se estruturam sistematicamente, constituindo construtos, falsos conceitos (VIANA, 2007), que são interrelacionados com diversos outros, produzindo assim um sistema construtal (VIANA, 2012; VIANA, 2007). As ideologias produzem um conjunto de construtos organizados sistematicamente. Não será possível apontar aqui as diversas características da ideologia, mas o fundamental é entender que se trata de uma forma de consciência ilusória da realidade e sua distinção em relação às outras formas de consciência ilusória é o seu caráter sistemático, formando um conjunto organizado de construtos.

Representações Cotidianas e Imaginário

A ideologia surge com as sociedades de classes. É nesse contexto que aparecem diversos sistemas de pensamento (que vão ganhando maior sistematicidade com o decorrer do processo histórico e da acumulação de ideologias, e o platonismo e aristotelismo são algumas de suas primeiras formas de manifestação, já com um certo grau elevado de sistematização, principalmente no caso de Aristóteles). O mito é uma concepção da realidade relativamente organizada e coerente, mas que não se constitui ainda como um sistema. A ideologia é produção dos ideólogos, dos especialistas no trabalho intelectual. E aqueles que não são ideólogos? Eles desenvolvem sua consciência da realidade e o fazem sob diversas formas, com diversos conteúdos. Se a

ideologia assume a forma de ciência, filosofia, teologia, as demais formas de consciência são o que denominamos representações cotidianas, o que outros chamam de “senso comum”, “conhecimento cotidiano”, “representações sociais”, etc.

A ideia de senso comum é produto da ideologia, ou, mais especificamente, da ciência (VIANA, 2008). A constituição da nova forma dominante de ideologia, a ciência, a partir da ascensão da burguesia e sua conquista do aparato estatal com as revoluções burguesas, em confronto com as ideias disseminadas na sociedade sob a forma de socialismo utópico, anarquismo, marxismo, produz a necessidade de separar ambas as formas de pensamento e a desqualificação da cultura popular, influenciadas por tais concepções. A razão disso é muito simples: o que surge espontaneamente são as representações cotidianas (“senso comum”) e é somente quando emerge uma forma de pensamento complexo é que a distinção se torna possível. O antecessor mais antigo dessa oposição entre pensamento complexo e representações cotidianas se encontra em Platão (1974), que realizou a distinção entre *doxa* e *logos*, opinião e razão, ou, mais precisamente, o mundo das opiniões, daqueles que confundem as sombras da realidade com ela mesma, e aqueles que enxergam as luzes, os que saíram do mundo das sombras e chegaram ao mundo das luzes, os filósofos.

A oposição platônica entre *doxa* e *logos* e, posteriormente, entre ciência e senso comum, expressam a autoilusão dos ideólogos cujo elemento fundamental em sua distinção é opor o verdadeiro e o falso. A filosofia ou a ciência seriam o saber verdadeiro, a *doxa* ou o senso comum seriam o saber falso. Com a mudança histórica e social, as interpretações do senso comum se alteram, alguns ideólogos até o colocam como sendo um saber verdadeiro (VIANA, 2008). Contudo, o que nos interessa aqui é o fato de que as representações cotidianas antecedem o pensamento complexo, as representações complexas da realidade. Mas quando estas últimas surgem, elas buscam se distinguir das representações cotidianas. Sem dúvida, ambas as formas de representação existem, porém, o que diferencia uma da outra não é o caráter verdadeiro de uma e o caráter falso de outra. As ideologias são, por essência, falsas. As representações cotidianas, no entanto, podem ser falsas ou verdadeiras, ou como diz Marx, “reais ou ilusórias” (MARX e ENGELS, 1992). No entanto, afirmar que todas as ideologias são falsas não quer dizer que todas as representações complexas sejam falsas. A ideologia é um pensamento complexo, mas além da ideologia existe a teoria (VIANA, 2007; VIANA, 2012). A teoria, ao contrário da ideologia, é uma expressão da realidade, *consciência correta da realidade*, para usar expressão do jovem Lukács (1989). Essa

concepção de teoria como expressão da realidade em contraposição à ideologia como falsa consciência tem suas origens em Hegel (GOMBIM, 1972) e se manifesta em Marx³⁶ e posteriormente em Korsch (1977), sem, no entanto, promover uma elaboração mais estruturada sobre isso.

Marx não elaborou nenhuma teoria das diversas formas de representações de modo aprofundado. Mas fica claro em *A Ideologia Alemã* e em *O Capital*, que ele concebia a existência de um pensamento complexo, a ideologia e a teoria, e formas de pensamento não complexas. O pensamento complexo pode ser verdadeiro (teoria ou outro termo para expressar isso, que varia em Marx) ou falso (ideologia), assim como as representações podem ser “reais” ou “ilusórias” (MARX e ENGELS, 1992). Em *O Capital* ele coloca que a ideologia dos economistas políticos significa, na verdade, a sistematização das representações cotidianas (ele usa a expressão “concepções cotidianas”) dos agentes do processo de produção (capitalistas, gerentes, proletários). No entanto, Marx dedicou análises mais aprofundadas às ideologias, contra a qual surge a teoria, ou seja, o marxismo, e à realidade concreta e não aprofundou suas reflexões sobre as representações cotidianas.

As representações cotidianas podem ser definidas como o conjunto das ideias ou concepções que as pessoas produzem na sua vida cotidiana, reproduzindo sua estrutura: a simplicidade, regularidade e naturalidade (VIANA, 2008). Aqui nos interessa o seu aspecto que lhe distingue do pensamento complexo: a simplicidade. As representações cotidianas são produzidas por todos aqueles que não são especialistas no trabalho intelectual e por estes também quando se trata de questões fora de sua formação especializada³⁷ ou no conjunto do seu pensamento antes de tornarem-se trabalhadores intelectuais especializados. Elas fornecem explicações simples da realidade. Não possuem a complexidade, a coerência e sistematização (ou articulação, no caso da teoria) do pensamento complexo. Seu conteúdo concreto, no entanto, ao contrário do que algumas concepções ideológicas afirmam, pode ser falso ou verdadeiro e não apenas falso ou apenas verdadeiro (VIANA, 2008). Obviamente que seu conteúdo

³⁶ Marx, ao realizar a crítica das ideologias, produz um pensamento complexo sobre a realidade e a isto forneceu alguns nomes, como “socialismo científico” (utilizado poucas vezes e apenas para se contrapor ao socialismo utópico), “ciência” (usando a palavra no sentido hegeliano e não no sentido habitual e dominante, nem no que usamos aqui) e “teoria”. Em alguns momentos Marx explicita que a ciência é uma ideologia. Essa frase, por exemplo, deixa entrever o caráter ideológico da ciência e a oposição entre ela e a teoria: “assim como os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária (MARX, 1989, p. 118)”.

³⁷ Uma análise mais profunda das representações cotidianas não pode ser aqui desenvolvida e podem ser vistas na obra *Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas* (VIANA, 2008).

verdadeiro possui limites, pois falta-lhe estruturação e aprofundamento. As representações cotidianas verdadeiras são mais raras, estando geralmente ligadas a ascensão das lutas das classes exploradas e muitas vezes se mesclam com outras formas de pensamento. Elas não conseguem possuir a estruturação, articulação, aprofundamento e complexidade da teoria.

Contudo, o nosso interesse fundamental não são as representações cotidianas em geral e sim o imaginário, as representações cotidianas falsas, ilusórias. Desta forma, o conceito de imaginário expressa as representações cotidianas ilusórias, ou seja, carrega em si todas as características das representações cotidianas e tem como elemento distintivo o seu caráter ilusório e por isso se aproxima da ideologia. O imaginário compartilha com a ideologia o seu conteúdo ilusório, embora se distinga dela por sua simplicidade em comparação com a complexidade do pensamento ideológico. O seu conteúdo falso é mais facilmente criticado e percebido do que no caso das ideologias. O imaginário e a ideologia são formas de consciência ilusória, naturalizam o que é histórico e social, invertem a realidade. No entanto, o que temos aqui são semelhanças e diferenças entre imaginário e ideologia. É importante analisar as relações concretas entre ambas as formas de consciência ilusória, pois na realidade concreta elas convivem e se influenciam reciprocamente. A partir de agora analisaremos tal relação, que pode ocorrer sob duas formas principais, a saber: a passagem do imaginário para a ideologia e o inverso, a passagem da ideologia para o imaginário. Vamos abordar as duas formas, mas focalizaremos o último caso, já que é este o menos tratado geralmente.

Do Simples ao Complexo: A Produção de Ideologia

A produção da ideologia tem como ponto de partida as relações sociais concretas e as representações cotidianas ilusórias produzidas na sociedade, bem como os valores, sentimentos, interesses, das classes sociais existentes. O imaginário, portanto, é uma das fontes das ideologias. Marx expressou isso muito bem ao dizer que os economistas sistematizam as concepções cotidianas dos agentes do processo de produção, dando-lhe o caráter científico, sistemático. A transformação do imaginário em ideologia pressupõe aqueles que irão realizar tal processo, os ideólogos, bem como o processo de sistematização das representações cotidianas.

Isso é mais compreensível ao recordamos um fenômeno determinado e suas interpretações. Se os indivíduos observam o aparecimento do sol e seu desaparecimento no horizonte, então pode criar a representação ilusória de que ele se move. Se isso é

sistematizado, torna-se ideologia. Aristóteles foi o primeiro a dar esse passo e Cláudio Ptolomeu aprofundou e deu forma ideológica para essa concepção. Se já na Grécia antiga existiam aqueles que discordavam, como Aristarco de Samos, a concepção dominante era a que povoava o imaginário e, posteriormente, as ideologias dominantes, até chegar a Galileu e Bruno, quando foram refutadas de forma mais estruturada e abriu caminho para sua superação. Contudo, essas duas posições não surgiram apenas da passagem das representações cotidianas para o pensamento complexo, mas também dos interesses, valores, processos sociais existentes em sua época.

O processo de produção da ideologia, no entanto, emerge a partir de uma fonte de inspiração que lhe é anterior e, por conseguinte, o imaginário é uma de suas determinações. Sem dúvida, numa época dominada pelas ideologias, a constituição de novas ideologias se faz a partir do desenvolvimento, reformulação, mescla, das já existentes, mas para o caso do ideólogo como indivíduo, ele primeiro se formou no mundo das representações cotidianas, do imaginário que é dominante, para inclusive se adequar, convencer, escolher, determinada ideologia anterior para produzir a sua própria³⁸. A produção de ideologias, portanto, é marcada por um processo progressivo de passagem do imaginário, as ilusões simplistas, para o pensamento complexo do mundo ideológico, as ilusões sistematizadas.

Do Complexo ao Simples: A Produção de Ideologemas

O processo de constituição do imaginário é distinto. Sem dúvida, as representações cotidianas, ilusórias ou verdadeiras, antecedem o pensamento complexo, tanto na história da humanidade quanto na história dos indivíduos. Ninguém nasce filósofo, cientista ou teólogo. Contudo, em certo momento da história da humanidade, emerge a ideologia e essa passa a influenciar as representações cotidianas, de forma mais ou menos intensa, abarcando um número maior ou menor de pessoas, dependendo da época e sociedade. A questão é que, com a sociedade capitalista, esse processo adquire contornos específicos, por diversos motivos, tal como a emergência da ciência enquanto forma dominante de ideologia dominante (superando a supremacia da filosofia e da teologia, que sofrem um processo de marginalização ou subordinação à forma dominante) e sua expansão para domínios especializados e conjunto de atividades sociais, popularização, processo de racionalização e burocratização da sociedade como

³⁸ Claro que aqui enfatizamos o que Marx denominou “ideólogos ativos”, os produtores de ideologias, e não os “ideólogos passivos”, consumidores e reprodutores (MARX e ENGELS, 1992), embora também se aplique a estes quando eles “escolhem” entre as ideologias existentes.

um todo. É neste contexto que vamos abordar a questão da passagem das ilusões complexificadas, da ideologia, para as ilusões simplistas.

Marx não abordou esse processo e poucos foram os que se atentaram para isso. Sem dúvida, isso vai ocorrer com maior incidência num certo momento histórico, que é em determinado nível de desenvolvimento da sociedade capitalista. Esse processo possui diversas determinações. Sem dúvida, a própria consolidação da ciência é uma precondição para isso. O seu domínio temático, ou seja, os temas e fenômenos que abarca também são fundamentais. Dentre as ciências, as que mais exercem influência na população são as humanas, especialmente a psicologia, que apresenta uma explicação dos comportamentos individuais numa sociedade individualista. Em menor grau, as demais ciências humanas, tal como a geografia, sociologia, ciência política, etc., influenciam as representações cotidianas na sociedade capitalista. Isso começa no século 19, especialmente com uma certa influência da psicologia, sociologia, e de outras formas de pensamento complexo, como o marxismo, a filosofia, etc. Entre as ciências naturais, a biologia, especialmente a ideologia darwinista, acaba tendo um maior impacto na sociedade, tanto por causa do domínio temático quanto por seu caráter político que se opunha ao pensamento religioso e, ainda, por sua influência nas ciências humanas nascentes.

Essa influência aumenta após a Segunda Guerra Mundial, especialmente com o crescimento do mercado editorial, das universidades, dos meios oligopolistas de comunicação em geral. É nesse contexto que ocorre a primeira reflexão mais sistematizada sobre tal fenômeno, com o estudo de Serge Moscovici (1977) sobre “as representações sociais da psicanálise”. A escolha da psicanálise não foi gratuita, pois a sua presença nos meios oligopolistas de comunicação e sua popularização era evidente. Contudo, a análise de Moscovici apresenta alguns elementos interessantes, mas em sua totalidade é insuficiente. De qualquer forma, foi um primeiro passo para a reflexão sobre a relação entre ideologia e imaginário no sentido da assimilação do pensamento complexo pelas representações cotidianas.

Uma característica desse processo é a simplificação que tal assimilação promove. Essa simplificação não significa apenas tornar simples, pois geralmente também deforma o pensamento complexo. Assim como a ideia de Darwin foi deformada no sentido de se acreditar que ele afirmou que o homem descende do macaco, também as ideias de Freud e dos psicanalistas (que inclusive não é diferenciado

nas representações cotidianas, que, na maioria dos casos, desconhecem as diversas e às vezes antagônicas concepções psicanalíticas) são simplificadas e deformadas³⁹.

O processo de assimilação das ideologias pelo imaginário é realizado geralmente sob a forma de produção de ideogramas. A palavra “ideograma” já foi utilizada em sentidos diferentes por Bakhtin (1990) e Kristeva (1978), apesar de algumas semelhanças, e não é nosso interesse aqui discuti-los. Entendemos ideograma sob forma distinta, com um novo significado. Um ideograma é um fragmento de uma ideologia, seja um construto (falso conceito) isolado, seja uma parte mais ampla ou uma síntese simplificadora de uma determinada concepção ideológica ou, ainda, a redução de uma ideologia a um chavão ou uma ideia-chave.

Em outras palavras, um ideograma é uma mutação formal de uma ideologia no sentido de promover sua simplificação e redução, transformando um fragmento da mesma em mensagem ou elemento principal de um discurso, texto, mensagem, etc. Esse fragmento nunca é uma ideologia em sua totalidade, pois, se assim fosse, teria que reproduzir o conjunto de ideias que a constitui e seria complexo, o que não só pressupõe compreensão da mesma (e esse domínio é raro em não especialistas), como também espaço e condições para sua reprodução.

Difícilmente em uma história em quadrinhos, num filme, numa coluna de jornal, numa poesia, para citar alguns poucos exemplos, é possível reproduzir uma ideologia sem realizar esse processo de simplificação que gera o ideograma. Se até mesmo os “ideólogos passivos” (meros reprodutores) possuem dificuldades em resumir em obras de divulgação científica ou em aulas as ideologias sem provocar uma forte simplificação e em grande parte das vezes sua deformação, então isso é mais difícil e comum no caso daqueles que trabalham com as representações cotidianas.

Assim, em um filme se pode repassar a concepção elitista de arte, reproduzindo determinada ideologia, mas sob a forma de ideograma. A compreensão desse processo fica mais fácil com um exemplo concreto de manifestação ideológica no cinema, o nosso próximo passo.

³⁹ Sem dúvida, esse processo também ocorre com o marxismo, ou seja, com a teoria. A apropriação do marxismo pelas representações cotidianas é um processo de simplificação e deformação, o que é reforçado pela produção ideológica que tem o interesse em fazer isso para assim refutá-lo mais facilmente. Contudo, esta relação será abordada em outro momento, dedicado ao tratamento da produção de teoremas e da deformação do marxismo por sua simplificação.

"Teoria Mortal": O Ideologema que Mata

O filme "*Teoria Mortal*" (*Kill Theory*, Chris Moore, EUA, 2009) tem como ponto de partida um ideologema (ou uma "teoria", tal como é colocado no título do filme). A importância do ideologema no referido filme faz dele um excelente caso para analisar a reprodução fílmica de ideologemas, bem como para outros tipos de ficção. Geralmente, os ideologemas estão embutidos no universo ficcional e não são facilmente perceptíveis, assim como os valores, sentimentos, inconsciente, etc. Por isso o filme "*Teoria Mortal*" acaba assumindo grande importância ao tomar como ponto de partida e motivação do psicopata um ideologema. Obviamente, é apenas a motivação consciente do psicopata, pois são seus problemas psíquicos que estão na origem do ato, sendo o ideologema apenas uma racionalização, no sentido freudiano do termo, e autojustificativa.

Qual ideologema é exposto no filme? O filme inicia com a história do assassino. Ele, em suas conversas com o psicólogo, trava um debate sobre o que o levou à prisão. Ele escalava uma montanha com amigos e, em certa altura, teve que decidir entre salvar sua vida cortando a corda que o ligava aos demais, o que os faria cair e morrer, ou continuar e ser solidário, e provavelmente morrer junto com eles. Após realizar este ato e ser preso, ele afirma que todos fazem isso. Ao ser libertado, o psicólogo pergunta se ele ainda acredita nisso e a resposta é que não.

A cena muda radicalmente, passando para jovens que foram para uma casa de verão para comemorar o fato de terem terminado a graduação. Porém, logo aparece o assassino, que busca colocá-los na mesma situação que ele teve para comprovar sua tese (ideologema) de que todos os seres humanos lutam pela sobrevivência e, seguindo seus instintos, podem matar até os amigos. A casa é totalmente isolada e não havia comunicação e ele exige que eles matem uns aos outros e o sobrevivente que restar até as 06 horas da manhã, sairá vivo, mas, se nesse horário ainda estiver mais de um vivo, ele matará a todos. A trama do filme gira em torno disso, mostrando as tentativas de fuga, conflitos, etc.

O ideologema em questão é fragmento comum de várias ideologias que apontam para o determinismo biológico, mas tem como base a ideologia darwinista e sua tese da luta pela sobrevivência e a sobrevivência dos mais aptos⁴⁰. A competição e a luta intraespécie é naturalizada e reforçada por essa ideologia e pela sua vulgarização e

⁴⁰ Sobre darwinismo, confira Viana (2009).

popularização, na qual determinados ideologemas podem ser identificados em frases, tal como "luta pela vida", "lei do mais forte", etc.

A princípio, o ideologema parece ser confirmado, pois os grandes amigos, que no início da noite festejavam e o filho do dono da casa afirmou que amava a todos, logo entram em conflito, e alguns buscam se salvar independentemente dos demais, até que, no final, começam a entrar no jogo do assassino e tentam matar os amigos para escapar da morte. Porém, o final do filme acaba sendo marcado por um ato de solidariedade, o que refuta o ideologema. Nesse sentido, o filme não é ideológico, pois realiza a refutação de ideologema. E ainda mostra que um ideologema, tal como as ideologias, é mobilizador, produz ação, interfere na realidade⁴¹.

Considerações finais

A sociedade capitalista é pródiga em produzir ilusões. O capitalismo é a sociedade das ilusões. Claro que a racionalização e a pretensa crença nos avanços da ciência e da tecnologia, entre outros aspectos, produzem uma ilusão de superação das ilusões. A ilusão sobre as ilusões é a mais problemática das ilusões. Obviamente que o esforço intelectual, a pesquisa, a reflexão, são importantes para tal superação, mas insuficientes, se não partir de uma perspectiva que tenha como necessidade, valor, objetivo, a superação das ilusões e, principalmente, se as relações sociais que estão na base da sociedade das ilusões não for superada. É por isso que Marx afirmou que “a exigência de superar as ilusões sobre sua condição é a exigência de superar uma condição que necessita de ilusões” (MARX, 1968).

Abordamos as duas principais formas de ilusão na sociedade contemporânea, o imaginário e a ideologia, bem como a transformação de uma em outra. Em obra anterior já havíamos colocado uma discussão sobre essa questão (VIANA, 2008), mas sentimos a necessidade de voltar ao assunto para esclarecer alguns aspectos que não estavam desenvolvidos nem percebidos naquele momento, tal como a existência dos ideologemas e este foi o foco principal de nossa análise. Para esclarecer melhor o significado do conceito de ideologema, partimos de um exemplo de um filme que manifestou um determinado ideologema. No caso, escolhemos um filme que manifestava um ideologema sem, no entanto, afirmá-lo. Isso mostra uma das possibilidades de manifestação de ideologemas na produção artística, pois ela pode ser a

⁴¹ Em outra oportunidade apresentamos uma análise mais desenvolvida sobre caráter mobilizador da ideologia (VIANA, 2010), o que também vale para o ideologema e através dele ela se torna ainda mais mobilizadora.

posição expressa daqueles que produzem uma determinada obra artística ou pode ser apresentada para ser refutada. O mais comum, contudo, é que os ideologemas sejam o ponto de vista dos produtores de cultura e obras artísticas, pois está de acordo com as representações cotidianas dominantes, as ideias dominantes.

Enfim, o presente texto abre um espaço para uma discussão que deve ser aprofundada e que apenas lança uma reflexão inicial que deve ter aprofundamentos e desdobramentos, visando ampliar a compreensão do imaginário, das ideologias e dos ideologemas.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: A teoria do romance*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *O Que é Ideologia*. 32ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1992.
- GOMBIM, Richard. *As Origens do Esquerdismo*. Porto: Dom Quixote, 1972.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 7ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- KRISTEVA, Júlia. *Semiótica do Romance*. 2ª edição, Lisboa: Arcádia, 1978.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Elfos, 1989.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª edição, São Paulo: Global, 1989.
- _____. *O Capital*. 5 Vols. 3ª Edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Crítica de la Filosofía del Derecho de Hegel*. Notas Aclaratorias de Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Nuevas, 1968.
- MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Hemus, 1974.
- _____. *Protágoras*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História. Ensaio Sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- _____. *Cérebro e Ideologia. Uma Crítica ao Determinismo Cerebral*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

_____. Darwin Nu. *Revista Espaço Acadêmico*. num. 95, Abril de 2009. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/095/95esp_viana.htm acessado em 30 de abril de 2009.

_____. Mito e Ideologia. *Cronos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, Vol. 12, num. 01, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2122/pdf> acessado em: 25 de abril de 2013.

_____. *O Que é Marxismo?* Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.

Nildo Viana

Professor da Faculdade de Ciências Sociais da
UFG e Doutor em Sociologia/UnB.
E-mail: nildo@nildoviana.com

Crítica à política agrária da União Europeia: um processo de (contrarreforma)

Paulo Alfredo Schönardie

A agricultura constituiu-se historicamente como uma área de produção específica da sociedade. Por isso demanda também apoio de programas estatais e políticas públicas próprias, as quais redirecionam recursos públicos para o processo de produção agrícola⁴². A política agrária da União Europeia é um exemplo típico. A questão central a ser respondida, entretanto, está relacionada à que tipo de agricultura apoiar por meio da interferência do poder público: o agronegócio e a agricultura capitalista ou o campesinato familiar. Esta também é a questão que está ao centro dos debates sobre a reforma das políticas agrárias da União Europeia: continuar apoiando os grandes produtores capitalistas ou redirecionar mais recursos para o campesinato.

As especificidades da agricultura provêm, entre outros, de questões climáticas, dos tempos de desenvolvimento das culturas e criações, das propriedades do solo, ou seja, há uma dependência da natureza, que influencia no resultado econômico da produção agrícola, o que serviu historicamente para a implementação de subsídios. Na União Europeia a distribuição destes subsídios foi organizada de forma que os grandes produtores capitalistas fossem historicamente os beneficiados, ficando o pequeno agricultor, ou camponês relegado a um segundo plano e em muitos casos condenado a perder sua terra e conseqüentemente sua existência em benefício de outro agricultor já melhor estruturado. Na atualidade, o camponês é percebido, entretanto, muito para além de sua função de produtor de alimentos. Ele é também cada vez mais reconhecido como criador de paisagens rurais e de sistemas agroecológicos de produção. Além de que, tem que se levar em consideração que em uma agricultura com mais agricultores há mais pessoas socialmente empregadas. Aqui novamente emerge a pergunta que também é central para o debate do processo atual de reforma da política agrária europeia: se a sociedade precisa ressarcir o pequeno agricultor pelo seu trabalho.

⁴² Aqui é necessário esclarecer um ponto importante que perpassa as afirmativas do texto: a relação entre agricultura e Estado. Historicamente os seres humanos desenvolveram o Estado em suas diferentes formas de organização social. A agricultura não é independente da sociedade em que é praticada. Isso significa que o processo de produção agrícola sempre tem relação direta ou indireta com o Estado. Mesmo processos de produção baseados na autogestão social não são independentes da sociedade em que são organizadas, conseqüentemente tem relação com a forma de organização estatal dessa sociedade.

A política agrária europeia contemporânea foi desenvolvida levando-se em consideração demandas específicas, mas dentro de um contexto geral. A conjuntura econômica fez com que em 1957, ainda num contexto de pós-guerra, o setor agrícola emergisse junto a Comunidade Econômica Europeia como sua principal área de ação. O tratado de criação da Comunidade Econômica Europeia passa também a ser a certidão de nascimento da política agrícola comum. De 1957 até a presente data essa política passou por diversas reformas, sendo que a mais recente está em fase de conclusão e entra em vigor em 2014, definindo a ação da política agrícola até o ano 2020. Muito poucas, contudo, foram as mudanças oriundas de suas reformas. E as que ocorreram estão sendo desfeitas no processo da reforma atual, ou seja, há uma reforma explícita em curso, que visa garantir o *status quo* obtido com subsídios indiretos por poucos grandes produtores europeus. É importante enfatizar que a base da política agrária europeia é a de subsidiar os grandes produtores capitalistas. Por isso o sentido de ‘reforma’ é aplicado aqui para o redirecionamento dos subsídios para os camponeses. A ‘contrarreforma’ é a reação dos grandes produtores capitalistas que visam garantir que os subsídios fiquem em suas mãos, como historicamente tem acontecido.

No contexto pós-guerra a política agrária emergiu sob o pano de fundo de garantir a segurança alimentar para os países integrantes da Comunidade Econômica Europeia, o que em tese realmente foi alcançado ainda na década de 1970, quando a União Europeia se tornou exportadora de alimentos. É importante ter presente que para a época ‘segurança alimentar’ significava aumentar a produção ao ponto de não mais precisar importar alimentos. A distribuição dessa produção continuou a ser regida pelas forças do mercado. Por isso há ainda hoje pessoas passando fome também em países europeus que exportam alimentos. Nesse contexto, começou-se a perceber que as reais intenções por detrás dos subsídios agrícolas europeus eram econômicas. A falta de alimentos e conseqüentemente o mito fome, como desmascaram Collings e Lappé (1978) serviu e ainda serve para justificar políticas de apoio a grandes produtores rurais.

Na prática a política agrária europeia teve desde o seu início a questão econômica ao centro. E não era de se esperar algo diferente, pois o que hoje denominamos União Europeia surgiu como comunidade econômica. Os objetivos básicos da política agrária europeia foram e continuam sendo o aumento da produtividade através da técnica, a racionalização dos fatores de produção e sobretudo da mão-de-obra, o aumento da renda dos agricultores, a estabilidade do mercado e a influência nos preços dos produtos (KONSOLIDIERTE, 2002). Para alcançar os

objetivos propostos as políticas pautam sua ação na competitividade internacional dos produtos agrícolas europeus, e na consolidação e coordenação de dispositivos de mercado conjuntos (Ebenda). Estes objetivos podem ser lidos literalmente tanto nas cláusulas relativas à agricultura do tratado de criação da Comunidade Econômica Europeia de 1957 (EUROPÄISCHE, 1957), quanto no atual Tratado Lisboa (RAT DER EU, 2010). As diretrizes básicas, portanto, não foram mudadas em nada. Não mudá-las significa manter os subsídios aos grandes produtores.

Do ponto de vista externo a União Europeia passa ser um dos fortes agentes no mercado internacional. Ainda hoje os produtos agrícolas indiretamente subvencionados concorrem deslealmente com a produção agrícola provinda da América, da África, da Ásia e mesmo do Leste Europeu. Isso se observa, por exemplo, com a destruição das estruturas agrícolas produtivas no Oeste da África (MARÍ; BUNTZEL, 2007), que devido a tratados internacionais específicos teve que abrir seus mercados às sobras da produção agrícola europeia (BITTNER, 2009).

Já internamente a política agrária europeia é sinônimo de exclusão do campesinato, destruição ambiental e exclusão social do pequeno agricultor. Schönardie (2013) mostra a harmonia entre a política agrária e a modernização da agricultura. Ou seja, com os recursos redirecionados para a agricultura foi possível fomentar a revolução verde com seus pacotes tecnológicos, com a primazia da química (adubos e venenos) e sobretudo a concentração das terras nas mãos de uma minoria cada vez menor de grandes produtores, os quais por sua vez uniformizam a paisagem com suas monoculturas e a criação de animais em massa. Nada que não possa ser interpretado a partir das diretrizes e objetivos propostos pela política agrária. Isso foi possível, pois os maiores produtores foram historicamente aqueles que obtiveram os maiores subsídios. O pagamento de prêmios pela maior produção é um exemplo típico. Ou seja, recebe mais dinheiro, quem produzir mais.

A partir dos anos 1980, quando problemas como a exclusão social do pequeno agricultor e com o meio-ambiente se fizeram sentir com mais veemência as críticas ao modelo de subvenções adotado tornaram-se muito fortes na Europa. Para Priebe (1990: 2) os subsídios agrários europeus, da maneira como foram distribuídos, representam esbanjamento financeiro em cifras bilionárias. A partir desse momento a própria comissão europeia propôs mudanças. A base dessas mudanças estava relacionada a direcionar subsídios para a função de preservação ambiental praticada sobretudo por pequenos agricultores. Para Sacco dos Anjos (2003) isso significou inclusive uma

renovação da filosofia da Comissão Europeia. Na prática surgiu dessa forma uma divisão desigual que resultou denominando dois pilares para a política agrária. O primeiro pilar passou a ser a já histórica prática de subsidiar a produção dos grandes agricultores capitalistas. O segundo pilar passou a ser constituído pelo pequeno montante de dinheiro agora destinado ao campesinato, desde que esse assumisse também práticas de preservação ambiental. Mesmo que o segundo pilar foi constituído à sombra do primeiro, pode ser significado como processo de ‘reforma’ importante da política agrária da União Europeia.

Com o segundo pilar da política agrícola europeia emerge o desenvolvimento rural. Para Kageyama o “‘redescobrimto’ do desenvolvimento rural deu-se em função da necessidade de reorientação do protecionismo da Política Agrícola Européia” (2009, p. 248). O pioneirismo e a importância desse redirecionamento da política, está no fato de que pela primeira vez recursos públicos foram destinados para atividades que integram concomitantemente a proteção ambiental e a produção agrícola. Ou seja, foi reconhecida a multifuncionalidade da agricultura. Atividades rurais para além da produção agrícola passam a receber atenção. Aqui passa a ser dada especial atenção ao agricultor camponês. O Estado começa assim a reconhecer que sua função é também a de auxiliar o pequeno produtor e conseqüentemente se preocupar com inclusão social e ambiental⁴³. Mas esse segundo pilar passou apenas a contar com um mínimo dos recursos destinados à agricultura pela União Europeia. Por isso estou convicto que a tão propagada divisão da política agrária europeia em dois pilares é bastante injusta e esconde a realidade. Criar um segundo pilar para receber uma pequena quantidade dos subsídios agrários, entoando um sentido de reforma, pode também ser interpretado como uma estratégia de manutenção e reprodução do capitalismo. Para que a prática histórica dos subsídios do agora denominado primeiro pilar possa continuar sendo praticada, foi criado um segundo pilar através de um processo de reforma debatido na sociedade. Desse modo pode-se pressupor que o objetivo é o de integrar o camponês nas relações sociais de reprodução do capitalismo. Dessa forma os interesses do capital continuam a ser reproduzidos. Mas a ação concreta de redirecionar recursos para o

⁴³ É importante ter presente que os países europeus são regidos pelo paradigma capitalista. Numa sociedade capitalista o Estado tem uma de suas funções centrais na garantia e remuneração da propriedade privada. Em outras palavras: o Estado capitalista ajuda mais a quem tem mais. Por isso é tão difícil para o Estado capitalista desenvolver ações de inclusão social e ambiental que aparentemente (na lógica capitalista) não trazem benefícios econômicos imediatos para a minoria que controla as instâncias de poder. A prova mais concreta são os históricos subsídios agrícolas do dito primeiro pilar na União Europeia.

camponês também abriu o precedente positivo de que o Estado pode também atender as demandas dos pequenos agricultores.

O lobby formado por grandes produtores e pela indústria agrária somente permitiu avanços relativos ao desenvolvimento rural quando conseguiu também reorientar a prática histórica da política agrária, agora denominada de primeiro pilar. Na prática esse enorme montante de recursos foi agora acoplado a área que os agricultores tinham disponíveis. Ou seja, pagamento indireto de subsídio por hectare. Isso significa que quanto maior a propriedade, mais dinheiro se recebe, e isso independente do fato de ser produzido ou não na área sob seu domínio. Maior o produtor, mais dinheiro ele recebe. Para Priebe (1990, p. 71) isso significa aumentar os lucros dos mais ricos, como se não houvesse nada mais importante do que aumentar a renda de quem já está no topo.

O modelo adotado surtiu em muitas críticas, as quais pautam os debates relativos à nova (contra-)reforma que encerra seu curso na atualidade. Em novembro de 2010 o comissário para a agricultura da União Europeia Dacian Ciolos apresentou o documento *KOM (2010) 672/5* no qual propôs as diretrizes para a nova reforma que determinaria a política agrária para o período 2014-2020. A base do documento de Ciolos (2010) manteve as regras de 1957, mas com o foco em acoplar regras ambientais ao primeiro pilar da política. Especialistas em agricultura como Buntzel (2010) reagiram imediatamente apontando que a proposição de Ciolos apenas objetivava garantir a continuidade do pagamento de subsídios indiretos por área para os maiores produtores. A novidade estava apenas no fato de se acrescentar pequenas normas ambientais para tornar esse fluxo de recursos mais aceitável na sociedade. Quanto ao segundo pilar, Ciolos propõe inserir mais competitividade.

Atualmente as discussões sobre a reforma estão se encerrando e nem mesmo a proposição de Ciolos de incorporar dispositivos ambientais ao repasse de recursos por área aos agricultores está sendo aceita. Muito menos se fala em desenvolvimento rural. O lobby dos grandes produtores e da indústria agrária está sendo inclusive mais forte que a própria União Europeia, que discute a redução de seu orçamento no atual tempo de crise. As transferências de recursos diretamente para a conta bancária, sobretudo dos maiores detentores de terras ficam assim intocáveis. E o orçamento agrícola da União Europeia continua superior a 40% do orçamento total. E a base continua sendo o grande produtor, que com sua produção concorre de forma desleal no mercado internacional. Com o desenvolvimento rural perdendo importância, há também a tendência de maior exclusão no campo e conseqüentemente maior questionamento do campesinato. O atual

processo de reforma pode assim ser caracterizado como contrarreforma. A agricultura europeia continua assim sob bases artificiais e conseqüentemente atendendo aos interesses do capital. A Europa que havia a poucos anos mostrado que o setor público pode e deve investir no desenvolvimento rural e conseqüentemente no campesinato, está assim destruindo o seu legado positivo, que consiste exatamente do reconhecimento da perspectiva do desenvolvimento rural focado no campesinato. A contrarreforma da política agrícola europeia está conseguindo se impor inclusive perante a opinião pública que vê cada vez com mais resistência o repasse de bilhões para alguns poucos grandes proprietários de terras.

Concluindo

A política agrária da União Europeia tem em sua base de constituição o repasse de subsídios para os seus mais bem estruturados e maiores agricultores capitalistas. De acordo com Schönardie (2013) a atual forma de agricultura capitalista na União Europeia tem sua origem nesses subsídios e somente mantem suas bases devido à histórica e atual continuidade dos mesmos. A importância da política agrária europeia pode ser observada no fato de mais de 40% do orçamento total da União Europeia ser destinado ao pagamento de subsídios para uma minoria de grandes produtores.

Para garantir uma certa transparência perante a opinião pública e ao mesmo tempo justificar a política agrária, suas diretrizes são postas ao debate de tempos em tempos⁴⁴, sendo que nesse processo podem ser redefinidas ou reformadas. Com os problemas sociais e ambientais oriundos em parte pelos subsídios aos grandes produtores capitalistas, começaram a surgir vozes críticas já nos anos 1980. Na década de 1990, durante um desses processos de reforma a política agrária foi dividida em dois pilares, sendo que o primeiro tem sua base na manutenção dos subsídios aos maiores produtores, que passaram a ser pagos pelo tamanho da área de terra da propriedade. Um segundo pilar trouxe consigo a dimensão do desenvolvimento rural que consistiu em apoiar pequenos agricultores para além da sua função produtiva, sobretudo na sua função ambiental. Os recursos destinados a esse segundo pilar são irrisórios se comparados aos subsídios aos grandes produtores. Mas é importante salientar, que mesmo assim a incorporação da perspectiva do desenvolvimento rural à política agrária europeia nos deixa um legado de pioneirismo positivo. Foi mostrado que mesmo o

⁴⁴ Ultimamente a cada sete anos.

Estado capitalista pode apoiar os camponeses. Essa foi de fato a única reforma socialmente importante por que passou a política agrária europeia no curso de sua existência.

Atualmente está se encerrando o debate de uma nova reforma da política agrária. A base deste debate está pautada no fato de garantir os subsídios para os grandes produtores e acoplar os subsídios do segundo pilar às leis competitivas do mercado. Não mais é mencionado o desenvolvimento rural. Ou seja, há um retrocesso em curso, que mais uma vez penaliza os camponeses. Também irá continuar a concorrência desleal nos mercados internacionais. Em outras palavras: há um processo de contrarreforma em curso, que volta a garantir o total apoio aos mais bem estruturados e maiores capitalistas agrários. Essa contrarreforma está praticamente concluída e passará a ser a base da política agrária europeia para o próximo período de quase uma década.

Referências Bibliográficas

BITTNER, U. *Die Gemeinsame Agrarpolitik der Europäischen Union und ihr Beitrag zur Verwirklichung entwicklungspolitischer Zielsetzungen am Beispiel des Health Checks*. Wien: Universität Wien, 2009.

BUNTZEL, R. *Wachstum statt Reform. Kein Kurswechsel in der Gemeinsamen Agrarpolitik*, 2010. Disponível

<http://www.eed.de/de/de.col/de.col.d/de.sub.27/de.sub.news/de.news.1639/index.html>

Acesso em 15.01.2011.

CIOLOS, D: *KOM(2010) 672/5*. Mitteilung der Kommission an das Europäische Parlament, den Rat, den Europäischen Wirtschafts- und Sozialausschuss und den Ausschuss der Regionen. Die GAP bis 2020: Nahrungsmittel, natürliche Ressourcen und ländliche Gebiete. Die künftigen Herausforderungen. Brüssel: Europäische Kommission, 2010.

COLLINS, J.; LAPPÉ, F. M. *Vom Mythos des Hungers. Die Entlarvung einer Legende: Niemand muss hungern*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1978.

EUROPÄISCHE Gemeinschaft. *Vertrag zur Gründung der Europäischen Gemeinschaft vom 25.03.1957*, 1957.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.) *A Diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

KONSOLIDIERTE Fassung des Vertrags zur Gründung der Europäischen Gemeinschaft. *Amtsblatt* Nr. C 325 vom 24. Dezember 2002, 2002. Disponível <http://eur-lex.europa.eu/de/treaties/dat/12002E/htm/12002E.html> Acesso em 12.01.2011.

MARÍ, F.; BUNTZEL, R. *Das Globale Huhn. Hühnerbrust und Chicken Wings – Wer isst den Rest?* Frankfurt am Main: Brandes & Apsel, 2007.

PRIEBE, H. *Die subventionierte Naturzerstörung. Plödoyer für eine neue Agrarkultur.* München: Goldmann, 1990.

RAT DER EU: Konsolidierte Fassung des Vertrags über die Europäische Union und des Vertrags über die Arbeitsweise der Europäischen Union. *Amtsblatt der EU*, C 83/62, 2010.

SACO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil.* Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHÖNARDIE, P. A. *Eine kritische Analyse der Gemeinsamen Agrarpolitik der Europäischen Union. Zwiespalt zwischen Modernisierung und ländlicher Entwicklung.* Hamburg: Hamburg University Press, 2013.



Paulo Alfredo Schönardie

Possui Licenciatura em História e Mestrado em Educação pela UNIJUÍ e é doutorando em Ciência Política pela Universität Hamburg – UHH, Alemanha. Tem como foco central de pesquisa ‘processos educativos relativos à questão agrária’.

E-mail: pschonardie@gmail.com

O marxismo autêntico de Karl Korsch⁴⁵

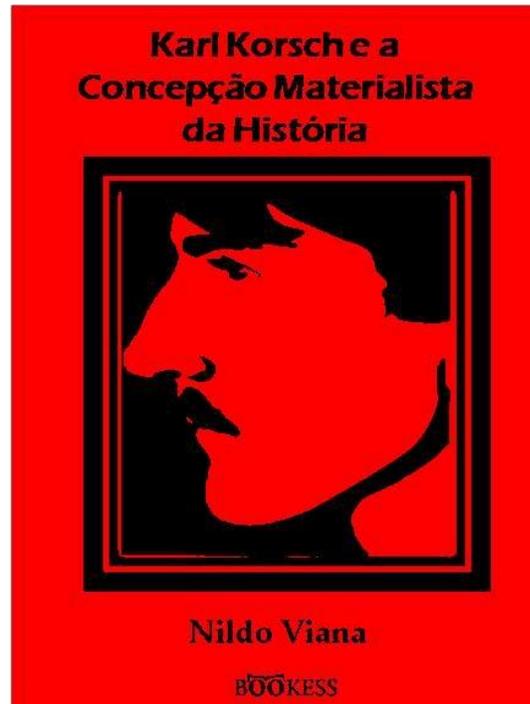
João Gabriel da Fonseca Mateus

VIANA, Nildo. *Karl Korsch e a Concepção Materialista da História*. Florianópolis, Ed. Bookess, 2012, 124 pp.

Antes de qualquer coisa devemos dizer que abaixo encontrarão algumas observações sobre um autor que cumpre um inestimável papel no resgate da teoria revolucionária. Portanto, resta-nos resenhar sua obra trazendo ao leitor uma indicação de indispensável contribuição para a teoria da autogestão social via um autor relegado ao “esquecimento” feito pela hegemonia contrarrevolucionária bolchevique.

Nildo Viana, professor adjunto I da Universidade Federal de Goiás, é um dos maiores representantes do marxismo no Brasil. Produziu um conjunto diversificado de obras que pode ser denominado de transdisciplinar, ou seja, suas obras relacionam, a partir do materialismo histórico-dialético, temas como psicanálise, historiografia, sociologia, filosofia, ciência política, teoria do cinema, histórias em quadrinhos, valores, representações e várias outras temáticas. Em todas elas uma questão é central: o caráter libertário de sua produção. É nesse sentido que se situa a recente obra intitulada *Karl Korsch e a Concepção Materialista da História*.

Dividido em cinco capítulos, o livro tem como principal objetivo reconstruir a profunda e complexa teoria korschiana. Nestes capítulos, Viana trazer ao leitor uma abordagem libertária apresentando, através de um caminho reflexivo sobre a obra do alemão Karl Korsch, as contribuições deste para a autoemancipação proletária. Apesar



⁴⁵ Originalmente publicado em: Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar; n. 27 (2012), Semestral - UEL/Maringá -PR, novembro de 2012.

de ser um livro dedicado a “uma introdução no sentido de realizar uma análise de sua contribuição (de Korsch), pois uma análise mais completa demandaria uma pesquisa aprofundada e um espaço de exposição maior” (p. 8) a obra tem uma profunda crítica à hegemonia do bolchevismo sobre o marxismo, hegemonia esta que colabora com uma historiografia dominante, acarretando um discurso sobre a realidade concreta. Sendo uma obra curta, ele ainda nos promete a obra *Karl Korsch e a Revolução Proletária* (p. 9; p. 19; p. 97).

A obra é composta por uma *Introdução*, seguida de *Análise marxista do marxismo*; logo após vem a *Crítica ao Pseudomarxismo* trazendo logo após *A retomada do materialismo histórico* finalizando com *Considerações finais*.

Tratando da biografia de Korsch e de sua evolução teórica, metodológica, militante, etc. Nildo Viana no primeiro capítulo do texto (*Introdução*) justifica que a análise da obra do filósofo alemão deva apresentar a sua trajetória intelectual para não cair em generalizações. Do seu nascimento em 1886 até sua morte em 1961, Korsch passa por diferentes tendências. Após fazer seu doutorado em direito (além de ter estudado economia e filosofia), ter contato com o socialismo fabiano, se filia ao SPD (Partido Socialdemocrata Alemão), em 1919 adere ao Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha (USPD), posteriormente, adere ao KPD (Partido Comunista Alemão) que contava com Otto Rühle (p. 9-10). Com as influências da Revolução Alemão, Karl Korsch publica em 1919 *O Que é a Socialização*, pouco depois *Ponto de Vista da Concepção Materialista da História e Luta de Classes e Direito do Trabalho*, ambos no ano de 1922; e no ano de 1923 publica *Marxismo e Filosofia*, “obra na qual a radicalidade política se manifesta via discussão sobre marxismo, dialética e filosofia” (p. 11). Identificar no autor, situar sua obra, sua evolução e seus rompimentos (antes não ocorridos pelas condições sociais e históricas) é parte constitutiva de uma prática revolucionária, pois conforme Viana nos mostra, considerar a produção intelectual de forma estática e unitária é ter uma concepção determinista da realidade. Korsch com um radicalismo teórico-metodológico só romperá com o bolchevismo posteriormente, principalmente após ter sido expulso do KPD em 1926. Aqui se situa a aproximação com os comunistas de conselhos, por exemplo, o *Grupo Comunista Internacionalista*, a formação da revista *Política Comunista* que surge em 1927 e posteriormente em 1931, publica o livro *Anticrítica*, obra em que ele faz críticas à Socialdemocracia e ao Bolchevismo. Após um período conturbado de ascensão do nazifascismo e sua consecutiva expulsão da Universidade de Iena, em 1937 o filósofo alemão publica o

livro *Karl Marx*. É nessa evolução intelectual que Korsch “vai buscar elaborar uma concepção política coerente com a concepção dialética e materialista da história que defendia” (p. 16).

Em *Uma análise marxista do marxismo*, Nildo Viana ressalta a importância da ideia da unidade entre o ser e a consciência ligada ao princípio da aplicação da concepção materialista da história ao próprio marxismo na obra de Karl Korsch e retomando uma questão da história do marxismo a partir da concepção materialista da história, com base no desenvolvimento histórico concreto, mostra-nos que os avanços e recuos do movimento operário provocam avanços e recuos do marxismo, sendo o marxismo, indissociável do proletariado. Tal percepção condiz com a perspectiva de que Nildo Viana é um dos mais aprofundados teóricos do marxismo na atualidade. Numa evidente superação das abordagens deterministas da maioria dos epígonos de Marx, Viana nos diz de forma clara, decisiva e verdadeira que ele vê a escrita, como no caso desse livro que aqui resenho, como uma *práxis*, que acaba sendo um momento de prazer e compromisso com a prática revolucionária “permitindo manter aceso o fogo utópico. Se esse fogo apagar, só resta a mediocridade”. Observe-se que a formulação, o desenvolvimento e a interpretação da obra de Korsch nesse capítulo desenvolvida por Viana é uma análise crítica, que coloca o autor no seu tempo, apresentando suas superações e elementos importantes, resgatando um “marxismo autêntico” livre dos preceitos dogmáticos dos pseudomarxistas que Korsch chamara de “marxismo vulgar”.

Entrando em consonância com o capítulo anterior, o próximo intitulado *Crítica ao pseudomarxismo* é uma continuidade da análise das críticas que Karl Korsch fará ao “marxismo vulgar”; primeiramente à socialdemocracia (esta sendo a expressão da segunda fase da história do marxismo expressa, por exemplo, em *Anti-Kautski*) e, posteriormente, ao bolchevismo. A primeira, pode ser exemplificada com os disparos contra Kautsky na sua concepção do marxismo compreendo-o como uma ciência positiva (“ciência pura”) e na sua tentativa de desligar o marxismo do movimento operário revolucionário. O segundo alvo de críticas é o bolchevismo. Apesar de sua proximidade em determinado contexto com tal tendência conforme ressalta Viana (2012, p. 55), ao publicar sua *Anticrítica* (que sai em *Marxismo e Filosofia*), Korsch dispara duras críticas a Lenin na sua concepção da relação entre “teoria e prática, na qual a teoria pura e a prática pura se manifesta na ideologia leninista. A crítica de Korsch parte do reconhecimento do caráter pré-kantiano, pré-hegeliano e pré-marxista

do leninismo (e do kautskismo), que se limita a reproduzir a ideologia burguesa do conhecimento (as relações sujeito e objeto do conhecimento), atreladas a

supervaloração das ciências naturais e a uma epistemologia ingênua, já superada por Kant” (p. 57-58). Ainda ressalta em Korsch que o leninismo fora utilizado, “em princípio, para acelerar o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização na Rússia” (p. 59).

Continuando a obra, o capítulo seguinte denominado *A retomada do materialismo histórico*. O primeiro ponto de destaque é a contribuição que Korsch fornece ao marxismo e que está expresso em sua análise marxista do materialismo histórico e sua crítica ao pseudomarxismo em dois elementos: a relação entre marxismo e ciência (afirmando a tese de que o marxismo não é uma ciência) e outro elemento: a *especificidade histórica* (retomando Marx), por exemplo, na questão entre contradições das relações de produção e forças produtivas, que tem sentido apenas ao caso específico do capitalismo (p. 72). Viana ainda destaca no presente capítulo sua contribuição aos conceitos de forças produtivas, relações de produção, base, superestrutura com o de relações de produção, etc.; a necessária distinção dos métodos das ciências naturais e o método dialético; a importância de entender a realidade e o papel da consciência, esta última como realidade.

Tudo isso se constitui como contribuição conceitual de explicitar as conexões da sociedade burguesa e os meios de sua superação. Dessa forma, a perspectiva desenvolvida por Nildo Viana retomando Korsch em *A retomada do materialismo histórico* é o vínculo do marxismo com o proletariado revolucionário e seu compromisso com a transformação social.

Para finalizar essa obra, Viana em *Considerações Finais*, nos traz que o antidogmatismo é algo fundamental, pois abomina o culto à autoridade, já que ele tece diversas críticas à Korsch no que tange os equívocos interpretativos do autor sobre o marxismo (a concepção de marxismo, fases do marxismo, excesso de historicismo, economia, etc.).

Ao autor, que cumpre um inestimável papel no resgate de uma teoria revolucionária, resta-nos resenhar sua obra trazendo ao leitor uma indicação indispensável contribuição para o marxismo contemporâneo de autores relegados ao “esquecimento” feito pela hegemonia contrarrevolucionária bolchevique.

Finalmente, podemos apontar que *Karl Korsch e a Concepção Materialista da História* oferece subsídios para quem quer interpretar o mundo de forma libertária.

Além disso, o presente livro demonstra a vitalidade do papel do intelectual. Por isso a ênfase que procurei demonstrar nessa análise da obra de Nildo Viana é mais um em uma série de trabalhos e estudos de fundamental necessidade investigativa produzida por ele.

Por fim, importa ressaltar que, como pode perceber o leitor, essa obra proporciona a um futuro pesquisador da obra de Karl Korsch as possibilidades interpretativas que um marxismo autêntico oferece: uma *crítica revolucionária* que visa a superação do que é criticado, tanto na teoria quanto na prática.

João Gabriel da Fonseca Mateus

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (2013). É aluno do curso de Especialização em História Cultural: Imaginário, Identidades e Narrativas da UFG. É autor dos livros: *Educação e Anarquismo: Uma perspectiva libertária* e *Escritos Sobre a Imprensa Operária da Primeira República*. É membro do NUPAC (Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural) e do corpo editorial da Revista Espaço Livre.

E-mail: joagabriel_fonseca@hotmail.com.